



Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO
DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARANTA DO NORTE
EXERCÍCIO 2024

PROCESSO N.º:	1849484/2024
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTA DO NORTE
CNPJ:	03.239.019/0001-83
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITO MUNICIPAL:	ERICO STEVAN GONCALVES
RELATOR:	WALDIR JÚLIO TEIS
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	GUARANTA DO NORTE
NÚMERO OS:	2010/2025
EQUIPE TÉCNICA:	GILSON GREGORIO





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO	13
2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	13
2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023	13
2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024	14
2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS	16
2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA	17
3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	17
3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)	18
3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA	18
3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	19
3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	22
3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	24
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	28
4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	28
4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	28
4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO	29
4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	30
4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA	32
4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	34
4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	36
4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	36
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS	37
5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	40
5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	42
5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO	46
5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL	51
5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)	52





5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO	53
5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL	53
5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO	55
5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS	56
5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	60
5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS	63
5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS	66
5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS	67
5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	69
5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA	69
5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA	69
5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA	70
5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA	71
5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA	71
5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA	71
5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA	72
5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA	73
5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	73
5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)	73
5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)	75
5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	76
5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR	76
5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	77
5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	79
5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS	79
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	80





6. 1. DÍVIDA PÚBLICA	80
6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)	81
6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)	82
6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)	83
6. 2. EDUCAÇÃO	84
6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	87
6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO	90
6. 3. SAÚDE	91
6. 4. DESPESAS COM PESSOAL	93
6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF	93
6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO	96
6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL	97
6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF	100
7. REGIME PREVIDENCIÁRIO	104
7. 1. NORMAS GERAIS	104
7. 1. 1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP	104
7. 1. 2. PRÓ-GESTÃO RPPS	107
7. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP	109
7. 1. 4. UNIDADE GESTORA ÚNICA	110
7. 1. 5. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS	111
7. 1. 5. 1. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS	112
7. 1. 5. 2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	114
7. 1. 6. ATRASO NO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS	115
7. 1. 6. 1. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS	115
7. 2. GESTÃO ATUARIAL	115
7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA	115
7. 2. 2. AVALIAÇÃO ATUARIAL	120
7. 2. 2. 1. RESULTADO ATUARIAL	123
7. 2. 3. RESULTADO CORRENTE DOS RPPS	126





7. 2. 4. ÍNDICES DE COBERTURA	127
7. 2. 4. 1. ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	127
7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS	129
7. 2. 5. PLANO DE CUSTEIO	130
7. 2. 5. 1. DA COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO COM A AVALIAÇÃO ATUARIAL	132
7. 2. 5. 2. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO	133
8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS	136
8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO	136
9. POLÍTICAS PÚBLICAS	138
9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO	138
9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS	139
9. 1. 2. IDEB	140
9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT	143
9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE	144
9. 2. 1. DESMATAMENTO	145
9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA	147
9. 3. INDICADORES DE SAÚDE	150
9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE	151
9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI	152
9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA	153
9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO	153
9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT	154
9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA	155
9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB	156
9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL	157
9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH	158
9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP	159
9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS	160
9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS	161
9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES	161
9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE	162





9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS	163
9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE	164
9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL	165
9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE	166
9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE	167
9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES	169
10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO	170
10. 1. COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO	170
10. 2. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDA NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO	170
10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	171
10. 4. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO	172
10. 5. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	172
11. PRESTAÇÃO DE CONTAS	173
11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE	173
12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO	175
13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT	176
13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	178
13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)	180
13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)	184
13. 4. OUVIDORIA	187
14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO	189
14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	189
14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO	190
14. 3. APÊNDICES	194
Anexo: 1 - ORÇAMENTO	196
Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)	196
Quadro: 1.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária	200
	205





**Quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos
Adicionais Financiados por Superávit**

Quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito	213
Quadro: 1.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação	217
Quadro: 1.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias	223
Quadro: 1.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento	224
Anexo: 2 - RECEITA	233
Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita	233
Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)	234
Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)	234
Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)	235
Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)	235
Anexo: 3 - DESPESA	237
Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica	237
Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo	238
Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução	240
Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	244
Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado – Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS	244
Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário	
Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS	246
Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR	261
Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados	261
Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)	262
Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)	272
	273





**Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder
Legislativo (Inclusive Intra)**

Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES	274
Quadro: 6.1 - Dívida Ativa	274
Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS	274
Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS	275
Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS	281
Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS	282
Quadro: 6.6 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS	283
Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)	283
Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar	284
Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO	284
Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO	286
Anexo: 7 - EDUCAÇÃO	91
Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)	287
Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB	287
Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS	288
Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB	289
Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício	290
Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB	91
Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA	292
Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício	292
Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO	292
	293





**Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro
aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB**

Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício	294
Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino	296
Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais	297
Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	297
Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções	297
Anexo: 8 - SAÚDE	299
Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde	299
Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS	300
Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	301
Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde	302
Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502	303
Anexo: 9 - PESSOAL	304
Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)	304
Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)	304
Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN	305
Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado	307
Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA	309
Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)	309
Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)	309





Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)	310
Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos	310
Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88	310
Anexo: 11 - METAS FISCAIS	312
Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)	312
Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)	312
Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A	313
Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF	313
Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO	314
Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)	315
Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)	325
Anexo: 14 - PREVIDÊNCIA	335
Quadro: 14.1 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Declaração de Veracidade	335
Quadro: 14.2 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Parecer do Controle Interno	335
Quadro: 14.3 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Declaração de Veracidade	336
Quadro: 14.4 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Parecer do Controle Interno	336
Quadro: 14.5 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - Declaração de Veracidade	337
Quadro: 14.6 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - Parecer do Controle Interno	337
Apêndice A - Demonstrações Contábeis	
Apêndice B - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	
Apêndice C - Valores adicionados a Despesa Total com Pessoal	
Apêndice D - Parecer do Controle Interno do RPPS	
Apêndice E - Declaração de Veracidade - RPPS	
Apêndice F - Avaliação Atuarial do Previguar - Data base 31/12/2024	





1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 e ao art. 1º, incisos I e X da Resolução Normativa n.º 16/2021/TCE-MT, apresenta-se o Relatório Preliminar de Instrução de Contas com o resultado do exame das contas anuais **e da Previdência Municipal** do Município de **GUARANTA DO NORTE** - exercício financeiro de **2024** - com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

O ano de 2024 representa uma fase de transição nas administrações municipais no Brasil. Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Senado Federal estabelecem normas para garantir o equilíbrio das contas públicas, prevenindo ações que possam comprometer a sustentabilidade fiscal. Este relatório inclui a análise do cumprimento das disposições sobre o encerramento de mandato, conforme os artigos 42, parágrafo único, da LRF; 15, caput, da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001; 38, IV, "b" da LRF em consonância com o artigo 15, §2º da Resolução do Senado n.º 43/2001; e 21, II da LRF.

A análise das contas considerou as informações e os documentos apresentados nas prestações de contas mensais encaminhadas pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como dos demais órgãos da Administração Indireta que prestam contas individualmente ao TCE-MT, e a carga especial de Contas de Governo, encaminhadas por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas - Aplic, em atendimento à Resolução Normativa n.º 03/2020 /TCE-MT/TP.

Destaca-se, ainda, que nos casos em que a equipe técnica detectou irregularidades nos registros contábeis de receitas e despesas houve alteração dos valores para efeito de todos os cálculos dos limites constitucionais e legais, prevalecendo o valor considerado correto após fiscalização realizada em valores específicos, conforme detalhamento que será apresentado em cada tópico deste Relatório.





2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Data de Criação do Município	13/05/1986
Área Geográfica	4725,281 km²
Distância Rodoviária do Município à Capital	711 km
População do Município - IBGE - 2024	31.328

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal

2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023

Ressalta-se, que está disposta no Tópico 13 deste Relatório Técnico, a síntese da verificação do cumprimento das recomendações propostas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023.

Exercício	Protocolo/Ano	Decisão /Ano	Ordenador	Relator	Situação
Parecer Prévio					
2019	88374/2019	41/2020	ERICO STEVAN GONCALVES	VALTER ALBANO DA SILVA	Favorável
2020	100757/2020	126/2021	ERICO STEVAN GONCALVES	VALTER ALBANO DA SILVA	Favorável
2021	412422/2021	93/2022	ERICO STEVAN GONCALVES	GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO	Favorável
2022	89621/2022	56/2023	ERICO STEVAN GONCALVES	GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO	Favorável
2023	537357/2023	6/2024	ERICO STEVAN GONCALVES	WALDIR JÚLIO TEIS	Favorável

https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras





2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024

O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - IGF-M trata-se de indicador que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso o qual é subsidiado pelos dados recebidos pelo TCE via Aplic durante a análise das Contas Anuais de Governo Municipal.

É importante ressaltar que os índices apresentados neste relatório para os exercícios anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido à possível correção dos dados após apontamentos feitos durante as análises das contas anuais.

A análise da evolução do IGF-M nos últimos cinco anos permite compreender qual é o cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

Portanto, o indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
4. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS: Avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:





- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,80 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,61 e 0,80 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,40 e 0,60 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,40 pontos.

Destaca-se que o detalhamento dos índices e classificação dos conceitos deste indicador encontram-se no endereço eletrônico <https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF-M do município de **GUARANTA DO NORTE** :

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Investimento	IGFM - Liquidez	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
O município possui RPPS							SIM	1
2020	0,48	0,28	1,00	1,00	0,37	0,31	0,62	67
2021	0,53	0,34	1,00	1,00	0,45	0,29	0,65	79
2022	0,61	0,39	1,00	1,00	0,37	0,25	0,66	90
2023	0,01	0,33	1,00	1,00	0,37	0,27	0,53	116
2024	0,60	0,06	1,00	1,00	0,37	0,29	0,60	-

<https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>

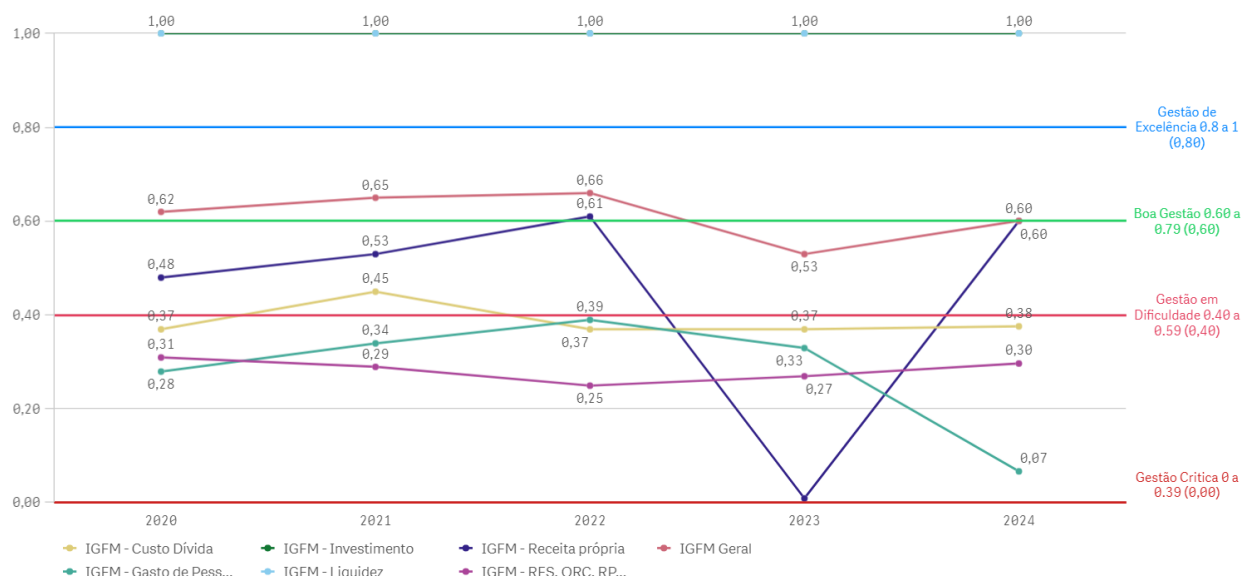
Em termos de IGFM-Geral, observa-se que o Município de **GUARANTA DO NORTE** apresentou, em 2023, conceito C (Gestão em Dificuldade) com índice de 0,53, figurando na 116ª posição entre os 141 municípios do Estado.

Em 2024 o IGFM-Geral do Município subiu levemente para 0,60, permanecendo no Conceito B (Boa Gestão).





IGFM - Índice de Gestão Fiscal dos Municípios



Com relação aos índices específicos do Município de **GUARANTA DO NORTE**, considerando todo período de 2020 a 2024, verifica-se que:

- O Índice de Receita Própria do município teve o conceito C (Gestão em Dificuldade) nos anos de 2020 e 2021. Em 2022 e 2023, subiu para o conceito de B (Boa Gestão), porém, na última avaliação (2024) voltou ao conceito C, estando no limite máximo de 0,60.
- O Índice de Gasto com Pessoal recebeu o conceito D (Gestão Crítica) em todo o período de 2020 a 2024, apresentando uma sensível piora em 2024, caindo de 0,33 para 0,06.
- O índice de Investimento recebeu o conceito A (Gestão de Excelência), com score máximo em todas as cinco avaliações.
- O Índice de Liquidez obteve score máximo em todos os cinco exercícios avaliados, conseguindo conceito A (Gestão de Excelência) nesse quesito.
- O Custo da Dívida, com score de 0,37, se enquadra no conceito D (Gestão Crítica), o que se repete desde o exercício de 2022.
- O indicador de Gestão Orçamentária do RPPS obteve score de 0,29, classificado no conceito D (Gestão Crítica), o que ocorreu em todos os cinco exercícios avaliados.

2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS





As contas do Município no exercício de **2024** estiveram sob gestão dos seguintes agentes responsáveis:

ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
GESTORES E RESPONSÁVEIS			
PREFEITURA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	ERICO STEVAN GONCALVES	01/01/2021 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	CRISTIANO NORBERTO DOS SANTOS	01/01/2021 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	ALFREDO FOGACA NETO	02/02/2015 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	VALCIMAR JOSE FUZINATO	01/01/2021 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	THIAGO ALMEIDA DA SILVA	02/07/2012 a 31/12/2024

Sistema Control-P

2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

ENTIDADE
PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE GUARANTA DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTA DO NORTE
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTA DO NORTE

Sistema APLIC

3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos utilizados pelos Entes Federativos para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários





para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- Lei Orçamentária Anual - LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

Ressalta-se que as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 171, incisos I e II, da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2021-TP, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Assim, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações, a fim de verificar as situações encontradas, mediante critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

A seguir, serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA

O Plano Plurianual - PPA, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 1º, é instituído por lei a cada quatro anos, para vigor no quadriênio subsequente. Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada,





as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA do Município de **GUARANTA DO NORTE** para o quadriênio 2022 a 2025, foi instituído pela Lei n.º **2085** de **12/11/2021**, protocolada sob o n.º **9750 /2022** no TCE-MT.

Em **2024**, segundo dados do Sistema Aplic, o PPA foi alterado pelas seguintes leis:

Nº da Lei	Data de aprovação	Nº da Lei	Data de aprovação
02359/2024	29/01/2024	02399/2024	24/06/2024
02361/2024	29/01/2024	02402/2024	24/06/2024
02365/2024	21/02/2024	02404/2024	02/07/2024
02367/2024	21/02/2024	02407/2024	13/08/2024
02371/2024	06/03/2024	02408/2024	04/09/2024
02373/2024	06/03/2024	02409/2024	20/09/2024
02374/2024	06/03/2024	02410/2024	20/09/2024
02378/2024	19/03/2024	02412/2024	09/10/2024
02379/2024	19/03/2024	02413/2024	09/10/2024
02385/2024	02/04/2024	02415/2024	12/11/2024
02387/2024	16/04/2024	02419/2024	27/11/2024
02388/2024	16/04/2024	02420/2024	27/11/2024
02390/2024	13/05/2024	02422/2024	27/11/2024
02393/2024	22/05/2024	02424/2024	03/12/2024

3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.





A LDO do Município de **GUARANTA DO NORTE** para o exercício de **2024** foi instituída pela Lei Municipal n.º **2343/2023**, de **21/11/2023**, protocolada sob o nº **1779206/2024** no TCE-MT.

A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, dispõe no § 1º do artigo 4º, que o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste anexo serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração do orçamento e sua execução. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2024, Secretaria do Tesouro Nacional. - 14ª ed., pág.243)

Entende-se por:

- **Dívida Consolidada Líquida:** Valor obtido deduzindo-se da Dívida Consolidada o valor do Ativo Disponível e dos haveres financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados.
- **Resultado Nominal:** Diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida - DCL no final do período de referência e o saldo ao final do período anterior, representando a intenção do ente em contrair ou reduzir obrigações financeiras.
- **Resultado Primário:** Diferença entre os totais das receitas e despesas não-financeiras, demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida.





Consta na LDO/2024 o Anexo de Metas Fiscais, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, § 1º), estabelecendo para o exercício de 2024 as seguintes metas:

- a. a meta de resultado primário para o Município é de déficit de R\$ **-16.537.600,00**, significando que as receitas primárias projetadas serão insuficientes para bancar as despesas primárias projetadas para o exercício;
- b. a meta de resultado nominal para o Município é de déficit de R\$ **-15.691.300,00**.
- c. o montante da dívida consolidada líquida para 2024 ficou estabelecida em R\$ **-18.159.000,00**.

O cumprimento da meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO será objeto de análise específica pela equipe técnica e as conclusões serão apresentadas no Capítulo 7 deste Relatório.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, nos termos do art. 4º, § 3º, da LRF, a fim de evidenciar os principais riscos capazes de influenciar no alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrentar.

Assim, para que esses riscos não afetem as metas fiscais propostas, foram definidas na LDO/2024 do Município as seguintes providências:

RISCO FISCAL	VALOR R\$	PROVIDÊNCIA
Diminuição da arrecadação decorrente do cenário econômico	550.000,00	Reserva de contingência
Sentenças judiciais - Precatórios	350.000,00	Alocação de valor para pagamento de precatórios
TOTAL	900.000,00	

Sobre a elaboração do LDO é possível afirmar que:

- 1) As metas fiscais de resultado nominal e primário foram previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF).

As metas fiscais de resultado nominal e primário foram previstas na LDO, conforme consta no Anexo de Metas Fiscais (Doc. Digital nº 406988/2024, fl. 79).





2) A LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF).

As providências a serem adotadas são “a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira”, foram estabelecidas no art. 38 da LDO.

3) A LDO do exercício de 2024 foi regularmente divulgada em obediência aos arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

Verificou-se que a LDO do exercício de 2024 (Lei nº 2343/2023), além da sua publicação no Diário Oficial de Guarantã do Norte, foi também disponibilizada no site da prefeitura, no endereço eletrônico: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/mt/guaranta-do-norte>.

4) A LDO do exercício de 2024 foi publicada em veículo oficial, conforme arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000.

A Lei nº 2343/2023 – LDO/2024 foi publicada no Diário Oficial de Guarantã do Norte, Edição nº 405, do dia 11/12/2023, que pode ser acessada pelo link (<https://diariooficial.guarantadonorte.mt.gov.br/publicacoes/6495/>).

5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF.

O Anexo de Riscos Fiscais pode ser verificado no Doc. Digital nº 406988 /2024, fl. 83.

6) A LDO estabeleceu percentual para a Reserva de Contingência.

O art. 23 da LDO define que a LOA destinará o percentual entre 0,3% e 1% da Receita Corrente Líquida para a Reserva de Contingência.

3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA





A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os Orçamentos Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA do Município de **GUARANTA DO NORTE** para o exercício de **2024** foi publicada em conformidade com a Lei Municipal n.º **2351/2023**, de **23/11/2023**, protocolada sob o n.º **1779230/2024** no TCE-MT.

A LOA/2024 estimou a receita e fixou a despesa no montante de **R\$ 227.675.000,00**, conforme seu art. 1º, sendo este valor desdobrado nos seguintes orçamentos:

- Orçamento Fiscal: R\$ 132.461.000,00
- Orçamento da Seguridade Social: R\$ 95.214.000,00
- Orçamento de Investimento: R\$ 0,00

Sobre a elaboração da LOA é possível afirmar que:

1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos (art. 165, § 5º da CF).

O artigo art. 1º da LOA, que estima a receita e fixa a despesa, destaca os valores do orçamento fiscal e da seguridade social.

2) A Lei Orçamentária do exercício de 2024 foi regularmente divulgada, em obediência aos arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

Verificou-se que a LOA do exercício de 2024 (Lei nº 2351/2023), além da sua publicação no Diário Oficial de Guarantã do Norte, houve também a sua disponibilização no site da prefeitura, no endereço eletrônico: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/mt/guaranta-do-norte>.

3) A Lei Orçamentária do exercício de 2024 foi publicada em veículo oficial, em obediência aos arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000.





A Lei nº 2351/2023 - LOA/2024 foi publicada no Jornal Oficial de Guarantã do Norte, Edição nº 405, do dia 11/12/2023 (<https://diariooficial.guarantadonorte.mt.gov.br/publicacoes/6503/>).

4) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos.

A LOA/2024 não contém autorização para remanejamento, transposição e transferência de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF/1988).

3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Lei Municipal nº 2351/2024 (LOA/2024) definiu o seguinte parâmetro para as alterações orçamentárias:

ARTIGO 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, em obediência ao que dispõe o Art. 167, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, observandose as seguintes condições:

I - Até o limite de 14% (quatorze por cento) do total da despesa fixada no Art. 4º desta Lei, para os casos créditos suplementares por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, no curso da execução orçamentária, em conformidade com o Caput do Art. 24 da Lei Municipal nº 2343 /2023 de 21 de novembro de 2023 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2024.

II - Para a abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de Superávit Financeiro, por Fonte de Recursos do exercício anterior, do total apurado do Balanço Patrimonial, em conformidade Art. 24, §1º, Inciso III, da Lei





Municipal nº 2343/2023 de 21 de novembro de 2023 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2024.

III - Para a abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de Excesso de Arrecadação ou de receitas não previstas, em conformidade com Art. 24, §1º, I Inciso II da Lei Municipal nº 2343/2023 de 21 de novembro de 2023 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2024.

Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSP.	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUP.	ESP.	EXTRA.				
R\$ 227.675.000,00	R\$ 66.291.556,38	R\$ 19.175.682,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.167.893,64	R\$ 271.974.345,26	19,45%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	29,11%	8,42%	0,00%	0,00%	18,08%	119,45%	-

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

Apresenta-se a seguir de forma gráfica a participação dos créditos adicionais em relação ao total dos créditos abertos no exercício.

GRÁFICO CRÉDITOS ADICIONAIS DO PERÍODO

O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc. Digital nº 594368/2025, fl. 83) apresenta como valor





atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 257.256.995,26, igual ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas, e as exclusões das operações intraorçamentárias no valor de R\$ 14.717.350,00, conforme informações do Sistema Aplic.

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2024	R\$ 227.675.000,00	R\$ 85.467.238,90	37,53%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

De acordo com o quadro acima, constata-se que as alterações orçamentárias em **2024** totalizaram 37,53% do Orçamento Inicial.

Na tabela a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 41.167.893,64
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 22.124.473,46
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 4.528.114,63
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 17.646.757,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 85.467.238,90

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).

GRÁFICO CRÉDITOS ADICIONAIS POR FONTE DE FINANCIAMENTO

A partir da análise das alterações orçamentárias realizadas, por meio de créditos adicionais, constatou-se o que segue:

1) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964). FB03.





Dispositivo Normativo:

Art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964.

1.1) *Abertura de créditos adicionais por conta de recursos de excesso de arrecadação inexistentes no montante de R\$ 60.983,61. - FB03*

Conforme detalhado no Quadro 1.4 deste relatório (Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito), foram abertos créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação, no montante de R\$ 60.983,61 na fonte 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados.

2) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. IV da Lei nº 4.320/1964). FB03.

Dispositivo Normativo:

Art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. IV da Lei nº 4.320/1964

2.1) *Abertura de créditos adicionais por conta de recursos de excesso de arrecadação inexistentes no montante de R\$ 997.529,71. - FB03*

Conforme detalhado no Quadro 1.4 deste relatório (Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito), foram abertos créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de operações de crédito, no montante de R\$ 997.529,71 na fonte 754 - Recursos de Operações de Crédito.

3) Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro.





Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964).

4) Abertura de créditos adicionais sem indicação de recursos orçamentários objeto da anulação parcial ou total de dotações.

Não houve abertura de créditos adicionais sem indicação de recursos orçamentários objeto da anulação parcial ou total de dotações. (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. III da Lei nº 4.320/1964)

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2024**, a Receita total prevista após as deduções e considerando a receita Intraorçamentária, foi de **R\$ 254.327.588,09**, sendo arrecadado o montante de **R\$ 252.421.131,10**, conforme demonstrado no Quadro 2.1 do Anexo 2.

4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dentre as receitas auferidas no exercício de **2024**, foram selecionadas algumas Transferências Constitucionais e Legais efetuadas pela União e pelo Estado para verificação da consistência entre os valores informados na prestação de contas e os dados públicos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Banco do Brasil.





4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco do Brasil disponibilizam consultas aos valores repassados pela União e pelo Estado aos municípios como transferências constitucionais e legais pelos links abaixo:

- Transferências Constitucionais <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>
- Demonstrativo DAF: <https://demonstrativos.apps.bb.com.br/arrecadacao-federal>

O total dos valores repassados no decorrer do exercício foram comparados com os valores registrados como receita arrecadada:

Transferências da União:

Descrição	Informações Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 31.018.580,41	R\$ 31.018.580,41	R\$ 0,00
Cota-Parte ITR	R\$ 1.342.374,17	R\$ 1.342.374,17	R\$ 0,00
IOF-Ouro	R\$ 42.435,09	R\$ 42.435,09	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União)	R\$ 1.723.018,08	R\$ 1.723.018,08	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	R\$ 3.723.265,11	R\$ 3.723.265,11	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC> APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente





Transferências do Estado:

Descrição	Fonte Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota-Parte do ICMS	R\$ 25.521.065,95	R\$ 25.521.065,95	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPVA	R\$ 6.900.334,76	R\$ 6.900.334,76	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPI - Municípios	R\$ 219.789,58	R\$ 219.789,58	R\$ 0,00
Cota-Parte da CIDE	R\$ 91.244,19	R\$ 91.244,19	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	R\$ 1.421,07	R\$ 1.421,07	R\$ 0,00
Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de Transferências do Fundeb	R\$ 44.932.095,58	R\$ 44.932.095,58	R\$ 0,00

APLIC > APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente

1) As Transferências Constitucionais e Legais foram contabilizadas adequadamente

Conforme demonstrado nos quadros acima, o total dos valores repassados no decorrer do exercício foram devidamente registrados como receita arrecadada.

4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das receitas orçamentárias no período de 2020/2024, revela crescimento significativo na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:





Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)	R\$ 119.614.463,18	R\$ 147.390.351,59	R\$ 176.938.905,09	R\$ 204.559.713,93	R\$ 227.273.039,81
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 16.587.191,94	R\$ 22.547.763,15	R\$ 30.935.158,85	R\$ 36.803.977,93	R\$ 38.859.346,23
Receita de Contribuição	R\$ 4.643.086,28	R\$ 5.907.564,26	R\$ 9.331.769,60	R\$ 8.255.379,21	R\$ 8.952.249,48
Receita Patrimonial	R\$ 823.526,83	R\$ 2.053.861,05	R\$ 3.965.213,55	R\$ 3.335.076,52	R\$ 4.441.603,52
Receita Agropecuária	R\$ 3.276,00	R\$ 6.940,00	R\$ 17.134,72	R\$ 9.819,00	R\$ 634,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 3.036,01	R\$ 30.161,78	R\$ 21.435,86	R\$ 31.380,50	R\$ 37.797,94
Transferências Correntes	R\$ 96.951.693,94	R\$ 116.160.855,15	R\$ 131.341.409,93	R\$ 153.090.139,98	R\$ 172.240.245,58
Outras Receitas Correntes	R\$ 602.652,18	R\$ 683.206,20	R\$ 1.326.782,58	R\$ 3.033.940,79	R\$ 2.741.163
RECEITAS DE CAPITAL (Exceto intra)	R\$ 11.691.848,11	R\$ 7.322.180,06	R\$ 17.927.513,62	R\$ 22.472.711,75	R\$ 27.942.077,35
Operações de crédito	R\$ 5.961.676,33	R\$ 1.889.010,04	R\$ 1.322.508,64	R\$ 228.471,59	R\$ 6.021.912,19
Alienação de bens	R\$ 471.031,72	R\$ 1.392.594,84	R\$ 1.162.487,40	R\$ 1.133.635,19	R\$ 782.087,28
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de capital	R\$ 5.259.140,06	R\$ 4.040.575,18	R\$ 15.442.517,58	R\$ 21.110.604,97	R\$ 21.138.077,88
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS (Exceto Intra)	R\$ 131.306.311,29	R\$ 154.712.531,65	R\$ 194.866.418,71	R\$ 227.032.425,68	R\$ 255.215.117,16
DEDUÇÕES	-R\$ 9.422.183,18	-R\$ 12.941.498,42	-R\$ 14.387.926,90	-R\$ 15.749.071,59	-R\$ 17.449.913,04
RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)	R\$ 121.884.128,11	R\$ 141.771.033,23	R\$ 180.478.491,81	R\$ 211.283.354,09	R\$ 237.765.204,12
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 7.025.442,76	R\$ 5.942.384,85	R\$ 8.047.895,56	R\$ 12.015.091,36	R\$ 14.655.926,98
Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	R\$ 128.909.570,87	R\$ 147.713.418,08	R\$ 188.526.387,37	R\$ 223.298.445,45	R\$ 252.421.131,10
Receita Tributária Própria	R\$ 15.301.153,19	R\$ 20.678.872,39	R\$ 28.821.409,41	R\$ 34.451.444,65	R\$ 36.734.593,18
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	12,79%	14,03%	16,28%	16,84%	16,16%





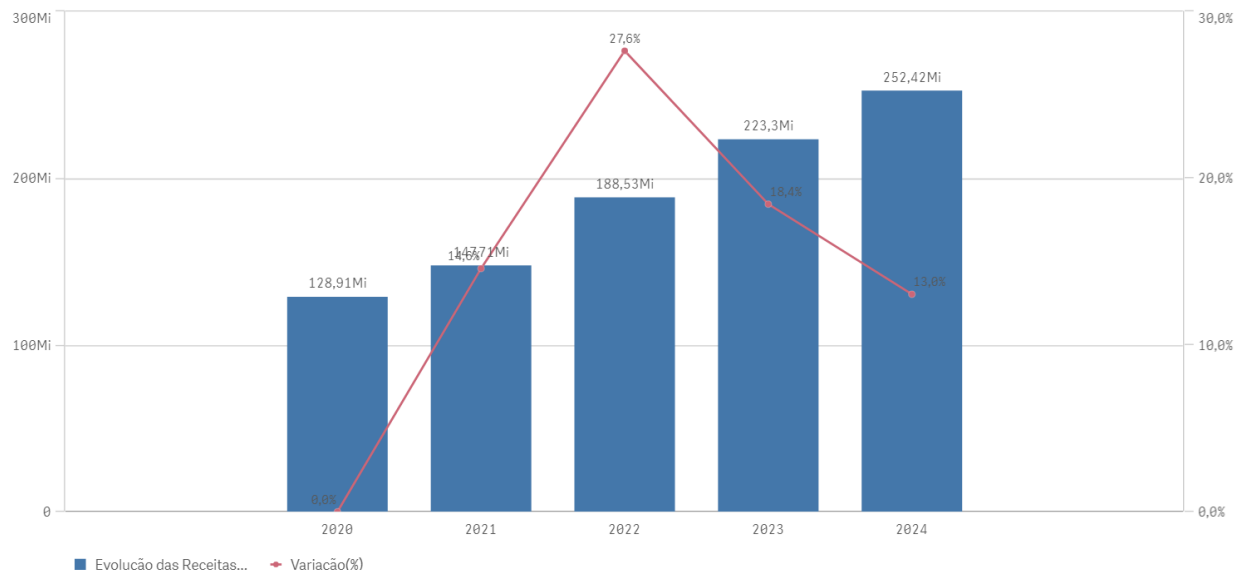
Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	15,22%				

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Verifica-se no quadro acima que as receitas Transferências Correntes representaram em **2024** a maior fonte de recursos na composição da receita municipal, totalizando o valor de R\$ 172.240.245,58, o que corresponde a 67,49% do total da receita orçamentária, exceto a intra (corrente e de capital) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 255.215.117,16.

Segue demonstrado graficamente essa evolução das Receitas Orçamentárias nos últimos cinco exercícios, considerando os valores informados no quadro anterior:

Evolução das Receitas Orçamentárias



4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

A receita tributária própria em relação ao total de receitas correntes arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e





Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **16,16%**.

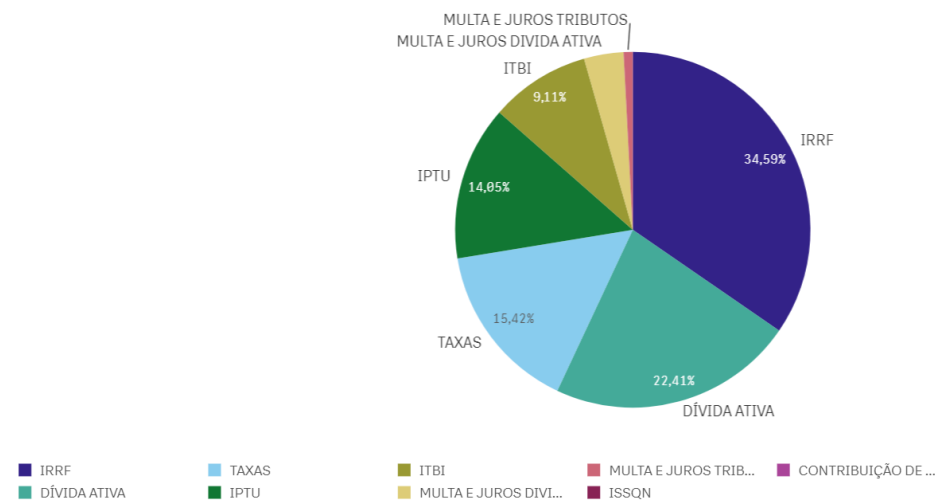
A tabela e o gráfico a seguir apresentam a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2020 a 2024, destacando-se, individualmente, os impostos:

Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
IPTU	R\$ 2.447.135,32	R\$ 2.936.022,70	R\$ 3.183.646,39	R\$ 3.881.409,99	R\$ 3.570.062,28
IRRF	R\$ 3.350.114,55	R\$ 3.733.518,58	R\$ 6.086.944,23	R\$ 7.944.524,16	R\$ 8.785.509,37
ISSQN	R\$ 4.112.929,03	R\$ 5.870.224,77	R\$ 8.954.227,56	R\$ 11.371.375,43	R\$ 11.333.561,28
ITBI	R\$ 1.290.406,24	R\$ 2.265.487,99	R\$ 3.075.193,04	R\$ 2.611.526,00	R\$ 2.312.787,93
TAXAS	R\$ 1.868.490,17	R\$ 2.629.467,08	R\$ 3.596.681,18	R\$ 3.775.054,69	R\$ 3.917.163,96
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 130.380,51	R\$ 109.972,37	R\$ 129.628,16	R\$ 193.671,27	R\$ 209.800,18
DÍVIDA ATIVA	R\$ 1.690.379,30	R\$ 2.680.588,73	R\$ 2.864.916,08	R\$ 3.968.084,65	R\$ 5.691.339,90
MULTA E JUROS DIVIDA ATIVA	R\$ 411.318,07	R\$ 453.590,17	R\$ 930.172,77	R\$ 705.798,46	R\$ 914.368,28
TOTAL	R\$ 15.301.153,19	R\$ 20.678.872,39	R\$ 28.821.409,41	R\$ 34.451.444,65	R\$ 36.734.593,18

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Aplic) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Segue ilustrado no gráfico abaixo a composição da Receita Tributária Própria em **2024**:

Composição da Receita Tributária Própria



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.





4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

O art. 30, III, da Constituição Federal, estabelece a competência dos Municípios em instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas. Além disso, os municípios dispõem do recebimento das receitas não tributárias as quais se somam ao montante de recursos arrecadados pelo município para a consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a previsão constitucional de repasses financeiros da União e do Estado para o Município garante uma receita mínima independentemente de sua capacidade financeira de arrecadação própria, podendo fazer com que os municípios dependam de recursos externos para manutenção de sua estrutura político-administrativa.

O Grau de Autonomia Financeira do Município é caracterizada pelo percentual de participação das receitas próprias do município em relação à receita total arrecadada. Em outras palavras, a autonomia financeira é a capacidade do município de gerar receitas, sem depender das receitas de transferências.

Descrição	Valor - R\$
Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) (A)	R\$ 255.215.117,16
Receita de Transferência Corrente (B)	R\$ 172.240.245,58
Receita de Transferência de Capital (C)	R\$ 21.138.077,88
Total Receitas de Transferências D = (B+C)	R\$ 193.378.323,46
Receitas Próprias do Município E = (A-D)	R\$ 61.836.793,70
Índice de Participação de Receitas Próprias F = (E/A)*100	24,22%
Percentual de Dependência de Transferências G = (D/A)*100	75,77%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Receita > Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita.





A autonomia financeira de **24,22%** indica que, a cada R\$ 1,00 recebido, o município apenas contribuiu com R\$ 0,24 de receita própria. Assim, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência foi na ordem de **75,77%**.

A tabela a seguir apresenta o grau de dependência financeira do município no período de 2020 a 2024:

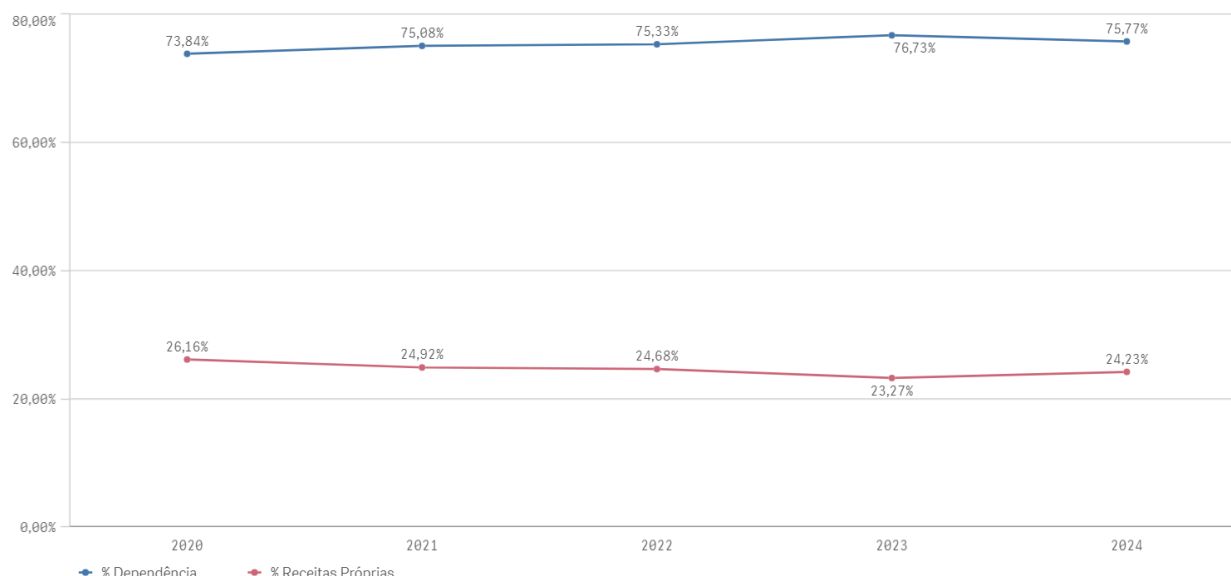
Dependência de Transferência					
Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual de Participação de Receitas Próprias	26,16%	24,91%	24,67%	23,27%	24,22%
Percentual de Dependência de Transferências	73,83%	75,08%	75,32%	76,72%	75,77%

Fonte: Relatórios Contas de Governo - Tópico: Grau de Autonomia Financeira.

Verifica-se no quadro acima que o índice de participação de receitas próprias no exercício de 2024 foi de **24,22%** evidenciando um leve aumento em relação ao exercício de 2023.

Segue demonstrado graficamente a série histórica do Índice de Participação de Receitas Próprias:

Série Histórica - Dependência Financeira





4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2024**, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de **R\$ 271.974.345,26**, sendo realizado (empenhado) o montante de **R\$ 253.735.862,29**, liquidado **R\$ 243.678.737,74** e pago **R\$ 242.380.267,24**.

4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2020/2024, revela aumento da despesa realizada, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Grupo de despesas	2020	2021	2022	2023	2024
Despesas correntes	R\$ 89.647.273,10	R\$ 112.639.835,74	R\$ 146.752.338,19	R\$ 176.553.824,68	R\$ 192.056.221,70
Pessoal e encargos sociais	R\$ 50.949.101,01	R\$ 59.767.633,22	R\$ 69.791.270,88	R\$ 82.804.656,78	R\$ 85.205.808,07
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras despesas correntes	R\$ 38.698.172,09	R\$ 52.872.202,52	R\$ 76.961.067,31	R\$ 93.749.167,90	R\$ 106.850.413,63
Despesas de Capital	R\$ 21.311.412,71	R\$ 20.327.302,76	R\$ 33.268.545,48	R\$ 30.971.596,96	R\$ 47.036.612,51
Investimentos	R\$ 19.964.087,61	R\$ 18.758.311,24	R\$ 31.274.893,96	R\$ 28.696.231,34	R\$ 44.493.086,04
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 1.347.325,10	R\$ 1.418.991,52	R\$ 1.993.651,52	R\$ 2.275.365,62	R\$ 2.543.526,47
Total Despesas Exceto Intra	R\$ 110.958.685,81	R\$ 132.967.138,50	R\$ 180.020.883,67	R\$ 207.525.421,64	R\$ 239.092.834,21
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 7.255.396,48	R\$ 5.912.413,41	R\$ 8.040.174,10	R\$ 12.005.430,43	R\$ 14.643.028,08
Total das Despesas	R\$ 118.214.082,29	R\$ 138.879.551,91	R\$ 188.061.057,77	R\$ 219.530.852,07	R\$ 253.735.862,29
Varição - %	Varição_2020	17,48%	35,41%	16,73%	15,58%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

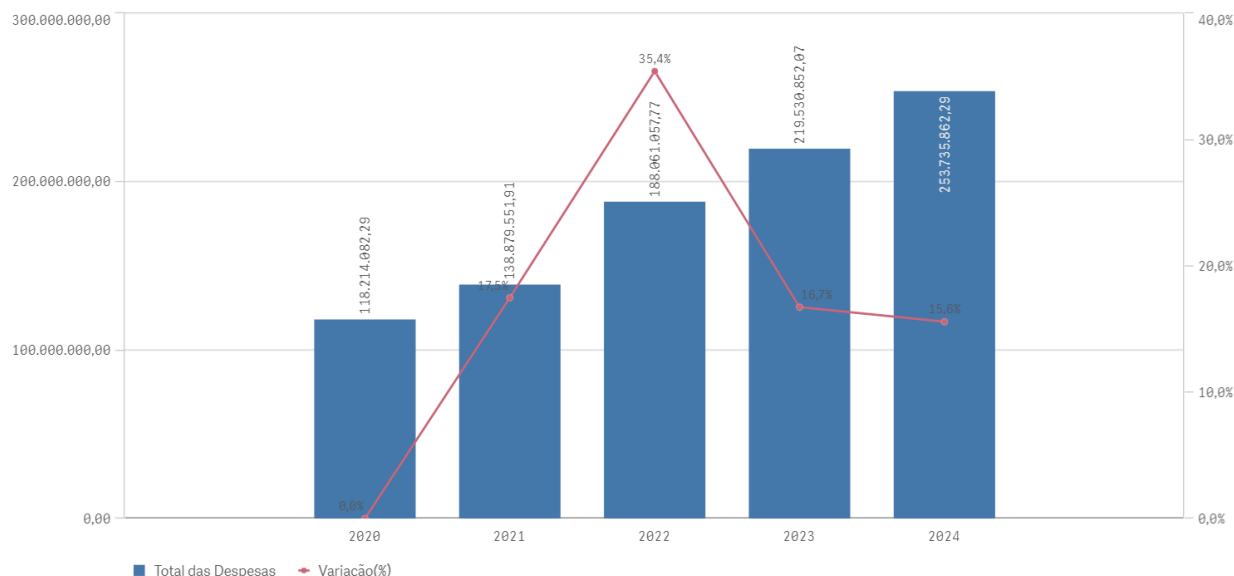




Verifica-se, no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação em 2024 na composição da despesa orçamentária municipal foi Outras Despesas Correntes, totalizando o valor de R\$ 106.850.413,63, o que corresponde a 44,69% do total da despesa orçamentária (Exceto a intra) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 239.092.834,21.

Segue demonstrado graficamente a evolução das despesas orçamentárias ocorridas nos últimos cinco exercícios, verificada no quadro acima:

Série Histórica - Despesas Orçamentárias



O gráfico acima demonstra, claramente, o constante crescimento das despesas orçamentárias, ano a ano.

Ressalta-se que consta demonstrado no Anexo 3, Quadro 3.3, o resultado da execução dos programas de governo previstos no orçamento.

5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS





Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município e é por meio dos balanços consolidados que são feitas as análises.

O ponto de partida para a realização das análises deste tópico é a apresentação pelo Chefe do Poder Executivo das Demonstrações Contábeis. Assim, foi verificado se:

1) As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 **não** foram regularmente divulgadas. NB05.

Dispositivo Normativo:

Arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000.

1.1) *Ausência de divulgação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 no Portal da Transparência do município. - NB05*

A Prefeitura Municipal de GUARANTÃ DO NORTE enviou os balanços consolidados na sua prestação de Contas de Governo, no entanto, esse balanços não foram divulgados no Portal da Transparência do município, conforme determina a legislação.

Em consulta realizada ao Portal da Transparência do município, no endereço eletrônico https://www.gp.srv.br/transparencia_guarantadonorte/servlet/home_portal_v2?1, na opção “CONTAS PÚBLICAS > BALANÇOS ANUAIS”, realizada em 23/05/2025 às 12:54h, verificou-se que as últimas Contas Anuais lá divulgadas são do exercício de 2022, conforme imagem a seguir:





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE - MT ▾



CONTAS PÚBLICAS

BALANÇOS ANUAIS



PESQUISA AVANÇADA



EXERCÍCIO:

0

DESCRIÇÃO:

Pesquisar

EXERCÍCIO	DESCRIÇÃO	
2022	BALANÇO - CONTAS ANUAIS 2022	
2022	CÂMARA MUNICIPAL - ANEXO - 01 - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	
2022	CÂMARA MUNICIPAL - ANEXO - 02 - ADENDO III PORTARIA SOF 08/1985 - POR ÓRGÃO E UNIDADE	
2022	CÂMARA MUNICIPAL - ANEXO - 02 - DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA	
2022	CÂMARA MUNICIPAL - ANEXO - 06 - DESPESA POR ÓRGÃO, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E PROGRAMA DE TRABALHO - ADENDO V PORTARIA SOF 08/1985	
2022	CÂMARA MUNICIPAL - ANEXO - 07 - PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO	
2022	CÂMARA MUNICIPAL - ANEXO - 08 - DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA	
2022	CÂMARA MUNICIPAL - ANEXO - 09 - DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÃO	
2022	CÂMARA MUNICIPAL - ANEXO - 10 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM ARRECADADA	
2022	CÂMARA MUNICIPAL - ANEXO - 11 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM REALIZADA	

PRIMEIRO

ANTERIOR

PRÓXIMO

ÚLTIMO

EXIBIR:

10 ▾

DE 34 REGISTROS

2) As Demonstrações Contábeis foram publicadas em veículo oficial.

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 foram publicadas no Diário Oficial de Guarantã do Norte, Edição nº 686, do dia 17/02/2025, que pode ser acessada pelo link https://diariooficial.guarantadonorte.mt.gov.br/media/publicacoes/2025/2/17/809_2949e275-d9da-47bc-83df-658e1db1fbb2_2025-2-17.pdf?d=1.

3) As Demonstrações **não** foram publicadas de forma consolidada. CB06.

Dispositivo Normativo:

Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.





3.1) *As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 não foram publicadas de forma consolidada.* - **CB06**

O Poder Executivo encaminhou ao Sistema Aplic, junto à prestação das Contas de Governo de 2024, as demonstrações contábeis consolidadas do município.

Porém, no Diário Oficial de Guarantã do Norte, na edição nº 686, de 17/02/2025 (https://diariooficial.guarantadonorte.mt.gov.br/media/publicacoes/2025/2/17/809_2949e275-d9da-47bc-83df-658e1db1fbb2_2025-2-17.pdf?d=1), só foram publicadas as Demonstrações Contábeis **individualizadas** da Prefeitura Municipal, como pode ser visto no Apêndice A.

4) Assinatura das Demonstrações contábeis.

As Demonstrações contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo (Protocolo Control-P nº. 1849484/2024) foram assinadas pelo titular da Prefeitura e pelo contador legalmente habilitado.

5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Portaria n.º 184, de 25/08/2008, do Ministério da Fazenda dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O aumento da globalização dos negócios exige transparência das demonstrações financeiras em uma jornada rumo à harmonização contábil, uma vez que cada país possui regulamentação própria e entendimentos específicos quanto às técnicas contábeis, o que gera, assim, divergência em muitos aspectos.





A existência de padrões contábeis uniformes e consistentes eleva a qualidade da informação contábil para fins de avaliação e comparação do desempenho e da eficiência orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, bem como facilita a compreensão dos dados e promove a transparência. No cenário atual, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes evidenciações de informações geradas para prestações de contas, responsabilização, desempenho e transparência dos resultados da gestão.

A Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de padronizar os procedimentos contábeis no âmbito da federação sob a mesma base conceitual, publica regularmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Este manual, é de observância obrigatória para todos os entes da Federação e está alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS, assim como está de acordo com a legislação que dá embasamento à contabilidade patrimonial no setor público e à normatização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público por parte da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Federal de Contabilidade.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A convergência das demonstrações contábeis refere-se à conciliação das práticas contábeis aos padrões internacionais visando diminuir as diferenças dos procedimentos da área e com isso viabilizar a comparação de informações em qualquer lugar do mundo. Já a consistência contábil se trata da verificação da uniformização dos critérios contábeis de modo a atingir a convergência das demonstrações contábeis.

Dessa forma, foi verificada a consistência na elaboração das Demonstrações Contábeis apresentadas no Sistema Aplic, referentes ao exercício de **2024**, considerando a Portaria do STN n.º 877/2018 e as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPCs n.ºs. 04, 05, 06, 07 e 08 expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.





Abaixo são apresentados os quesitos analisados, bem como as inconsistências de estrutura e omissões verificadas na análise:

5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1. Quadro Principal - Receitas Orçamentárias: deve estar detalhado por categoria econômica e origem, separadas por: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de créditos/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). As colunas devem especificar a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar.	A apresentação das Receitas diverge do modelo do MCASP, uma vez que detalha as receitas até o terceiro nível e o modelo para no segundo nível. Além disso, apresenta inconsistências no detalhamento das Receitas Correntes: A conta Outras Receitas Correntes aparece duas vezes e com valores diferentes; no detalhamento da conta RECEITA DE SERVIÇOS constam contas relativas à Transferências Correntes. Por fim, a linha "Déficit", onde deveria constar o valor do déficit da execução orçamentária, foi suprimida.	NÃO ATENDIDO
2 Quadro Principal - Despesas Orçamentárias: deve estar detalhado por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, separadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, superávit e reserva do RPPS. As colunas devem discriminar a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.	CONFORME	ATENDIDO
3 Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados: deve estar detalhado por categoria econômica e grupo de natureza da despesa. As colunas devem discriminar: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo a pagar.	CONFORME	ATENDIDO
4 Quadro de Execução dos Restos a Pagar Processados: deve estar detalhado por categoria econômica e grupo de natureza da despesa. As colunas devem discriminar: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, pagos, cancelados e saldo a pagar.	CONFORME	ATENDIDO
5 Deve demonstrar, em caso de desequilíbrio orçamentário, o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de	Apesar de estar demonstrado o valor do superávit financeiro do exercício anterior, o valor do déficit da execução não foi	NÃO ATENDIDO





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior.	demonstrado.	
6 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo: O somatório das contas analíticas (contas filhas) deve ser igual ao valor das respectivas contas sintéticas (contas mães).	A somatória das contas filhas da conta Receitas Correntes não confere com o seu valor.	NÃO ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) O Balanço Orçamentário apresentado/divulgado não está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN. CC09.

Dispositivo Normativo:

Portaria do STN nº877/2018 e as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPCs nºs. 04, 05, 06, 07 e 08 - STN

1.1) *A forma de apresentação e o conteúdo do quadro principal referente as receitas, no Balanço Orçamentário, diverge do modelo estabelecido pela STN. - CC09*

O quadro principal, relativo às Receitas Orçamentárias, apresenta estrutura divergente à estabelecida pela STN, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Além disso, apresenta inconsistência entre a somatória das contas “filhas” com o valor das contas “mães”.

Para melhor visualização, segue imagens do referido demonstrativo e do modelo aprovado pela STN no MCASP.

Balanço Orçamentário



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE - MT
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO
DEZEMBRO/2024

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	184.527.700,00	204.429.769,71	209.576.405,55	5.146.635,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34.054.850,47	34.501.750,47	36.734.593,18	2.232.842,71
Impostos	29.172.000,00	29.172.000,00	31.378.603,38	2.206.603,38
Receita Patrimonial	4.882.850,47	5.329.750,47	5.355.989,80	26.239,33





Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	7.930.500,00	7.930.500,00	8.952.239,13	1.021.739,13
Contribuições Sociais	4.755.500,00	4.755.500,00	5.209.131,82	-453.631,82
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	3.175.000,00	3.175.000,00	3.743.107,31	568.107,31
Receitas Imobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	846.300,00	1.670.986,55	2.965.745,11	1.294.758,56
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	9.000,00	9.000,00	634,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.200,00	4.200,00	37.797,94	33.597,94
Transferências Intergovernamentais	140.730.189,53	157.634.342,69	156.782.824,67	-851.518,02
Transferências de Instituições Privadas	30.000,00	30.000,00	546,55	-29.453,45
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	931.660,00	1.447.260,00	2.721.924,97	1.274.664,97
Multas e Juros de Mora	651.500,00	725.500,00	1.346.036,97	620.536,97
Indenizações e Restituições	160,00	441.760,00	668.818,12	227.058,12
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	280.000,00	280.000,00	707.069,88	427.069,88

Modelo do MCASP

2.4.1. Quadro Principal

<ENTE DA FEDERAÇÃO> BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Exercício: 20XX				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) =(c-b)
Receitas Correntes (I)				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
Receita de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Receitas de Capital (II)				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortizações de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)				

Como mostra a imagem acima, a estrutura estabelecida no MCASP apresenta as receitas apenas em dois níveis, sendo as linhas: Receitas Correntes (I) e Receitas de Capital (II) as contas “mães”, do primeiro nível, e as contas listadas imediatamente abaixo de cada uma, com recuo à direita, as suas respectivas contas “filhas”, de segundo nível.

No Balanço Orçamentário de Guarantã do Norte, esse quadro traz um desdobramento a mais, ou seja, o terceiro nível de desdobramento. No entanto, não reflete a correta composição das respectivas contas “mãe”. É o caso da conta “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”, que possui apenas uma conta “filha”, porém, seu valor não corresponde ao da sua “mãe”, é menor; o mesmo





acontece com as contas “Receita Patrimonial”, cuja “filha” tem valor zero, “Receita Industrial” e “Outras Receitas Correntes” que, apesar de listar várias contas “filhas”, apenas uma tem valor, que é menor que o da conta “mãe”.

Já com a conta “RECEITA DE SERVIÇOS”, verifica-se o inverso. A soma do valor das suas contas “filhas” é muito maior que o seu valor. Porém, observa-se que as contas listadas como suas “filhas” são transferências intergovernamentais e de instituições privadas, cuja conta “mãe” correta é a conta “Transferências Correntes”, que aparece mais acima com valor zero.

A inconsistência também ocorre com a conta “mãe” Receitas Correntes (I), cuja soma dos valores das contas de suas “filhas”, de segundo nível, não corresponde ao seu valor, conforme mostra o quadro a seguir:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Receitas Realizadas (C)
RECEITAS CORRENTES (I)	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	36.734.593,18
Receita Patrimonial	5.355.989,80
Receita Industrial	8.952.239,13
Transferências Correntes	0,00
Outras Receitas Correntes	3.743.107,31
RECEITA AGROPECUÁRIA	634,00
RECEITA DE SERVICOS	37.797,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.721.924,97
Valor da somatória	57.546.286,33
Valor apresentado no Balanço Orçamentário	209.576.405,55
Diferença	-152.030.119,22

Ressalta-se que, em que pese o modelo do MCASP se restringir ao segundo nível, nada impede que haja um detalhamento maior, desde que esteja correto.

Outra inconsistência importante diz respeito à demonstração do resultado da execução orçamentária. A apuração do resultado da execução orçamentária se dá pelo confronto do total das receitas orçamentárias realizadas com o total das despesas orçamentárias empenhadas, representados pelas linhas: SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V) e SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV), respectivamente. No caso em tela, tivemos o seguinte resultado:





Descrição	Valor R\$
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	237.518.482,90
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	239.092.834,21
Resultado da Execução Orçamentária	-1.574.351,31

Esse resultado representa um déficit de execução orçamentária, ou seja, a receita arrecadada foi menor que a despesa empenhada. Nesse caso, esse resultado deve vir destacado no quadro principal da Receita Orçamentária, logo após a linha SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V), com o título "Déficit (VI)", que deve ser somado à linha de cima, resultando no "TOTAL (VII) = (V + VI)", que deve ser igual ao valor da linha "TOTAL (XV) = (XIII + XIV)", no quadro das despesas orçamentárias.

Ocorre, porém, que no Balanço Orçamentário apresentado, a referida linha "Déficit (VI)" foi suprimida, apesar de o valor da linha TOTAL conferir com valor da linha TOTAL nas despesas. Observa-se, ainda, que o valor constante na linha TOTAL é maior que o valor da linha SUBTOTAL, exatamente no valor do déficit apurado (239.092.834,21 - 237.518.482,90 = 1.574.351,31).

Portanto, o Balanço Orçamentário apresentado, no quadro da Receitas Orçamentárias, não obedece ao modelo aprovado pelo MCASP.

5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Demonstra a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte ("caixa e equivalente de caixa" e "depósitos restituíveis e valores vinculados").	A estrutura do Balanço Financeiro encaminhado na prestação de contas atende ao modelo definido pelo MCASP. No entanto, o seu conteúdo não. Ou seja, os valores lá constantes estão totalmente incorretos.	NÃO ATENDE
2 Apresenta informações do exercício anterior e do exercício atual.	Apesar de atender ao modelo definido pelo MCASP quanto à forma de apresentação, os seus valores estão completamente incorretos.	NÃO ATENDE
	Além de o conteúdo estar inconsistente, o resultado da soma das contas "filhas" não	





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas= S das contas mães.	bate com o valor das contas "mães".	NÃO ATENDE

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) O Balanço Financeiro apresentado não está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN. CC09.

Dispositivo Normativo:

Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

1.1) O conteúdo do Balanço Financeiro não evidencia as receitas e despesas orçamentárias nem os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, além de divergir do modelo estabelecido pela STN quanto à forma de apresentação. - CC09

De acordo com a 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, publicada em dezembro de 2023 e válido a partir de 2024:

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte ou destinação de recurso, discriminando-as em recursos não vinculados, recursos vinculados (exceto ao RPPS) e os recursos vinculados ao RPPS;
- b. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS;
- c. as entradas e saídas em caixa e equivalentes de caixa decorrentes de outras movimentações financeiras;
- d. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; e
- e. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, segregados em caixa e equivalentes de caixa





(exceto RPPS) e caixa e equivalentes de caixa – RPPS (grifou-se)

O total das Receitas Orçamentárias contante do Balanço Financeiro encaminhado na prestação de contas é de R\$ 5.942.029,83. No entanto, conforme consta no Balanço Orçamentário, o valor total das Receitas Orçamentárias Realizadas foi de R\$ 237.518.482,90, como mostram as imagens a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE - MT
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO
DEZEMBRO/2024

INGRESSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)		5.942.029,83	4.953.942,70
Ordinária		0,00	0,00
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)		5.942.029,83	4.953.942,70
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS		5.942.029,83	4.953.942,70
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Outras Vinculações		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS		0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		6.090.000,00	5.494.800,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		180.635,21	244.730,64
Inscrição de Restos a Pagar Processados		-9.740.888,20	14.521.188,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-148.853,13	1.634.130,15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		25.444.812,16	22.242.970,65
Saldo do Exercício Anterior (V)		0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		295.715,87	255.489,13
Caixa e Equivalentes de Caixa		123.730.001,54	105.653.542,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		6.418.380,91	5.454.162,47



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE - MT
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO
DEZEMBRO/2024

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	184.527.700,00	204.429.769,71	209.576.405,55	5.146.635,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34.054.850,47	34.501.750,47	36.734.593,18	2.232.842,71
Impostos	29.172.000,00	29.172.000,00	31.378.603,38	2.206.603,38
Receita Patrimonial	4.882.850,47	5.329.750,47	5.355.989,80	26.239,33
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Receita Industrial	7.930.500,00	7.930.500,00	8.952.239,13	1.021.739,13
Contribuições Sociais	4.755.500,00	4.755.500,00	5.209.131,82	-453.631,82
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	3.175.000,00	3.175.000,00	3.743.107,31	568.107,31
Receitas Imobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	846.300,00	1.670.986,55	2.965.745,11	1.294.758,56
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	9.000,00	9.000,00	634,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.200,00	4.200,00	37.797,94	33.597,94
Transferências Intergovernamentais	140.730.189,53	157.634.342,69	156.782.824,67	-851.518,02
Transferências de Instituições Privadas	30.000,00	30.000,00	546,55	-29.453,45
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	931.660,00	1.447.260,00	2.721.924,97	1.274.664,97
Multas e Juros de Mora	651.500,00	725.500,00	1.346.036,97	620.536,97
Indenizações e Restituições	160,00	441.760,00	668.818,12	227.058,12
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	280.000,00	280.000,00	707.069,88	427.069,88
RECEITAS DE CAPITAL (II)	27.656.800,00	34.407.318,38	27.942.077,35	-6.465.241,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.604.800,00	7.132.914,63	6.021.912,19	-1.111.002,44
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	222.000,00	754.100,00	782.087,28	-27.987,28
Alienação de Bens Móveis	0,00	457.000,00	308.500,00	-148.500,00
Alienação de Bens Imóveis	222.000,00	297.100,00	473.587,28	176.487,28
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	24.830.000,00	26.520.303,75	21.138.077,88	-5.382.225,87
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II)	212.184.500,00	238.837.088,09	237.518.482,90	-1.318.605,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	212.184.500,00	238.837.088,09	237.518.482,90	-1.318.605,19
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	212.184.500,00	238.837.088,09	239.092.834,21	255.746,12
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	17.646.757,17	17.646.757,17	17.646.757,17	0,00
Superávit Financeiro	17.646.757,17	17.646.757,17	17.646.757,17	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

Isso demonstra que o Balanço Financeiro não contempla os valores das receitas orçamentárias realizadas.

O mesmo ocorre com as Despesas Orçamentárias, cujo valor constante no Balanço Financeiro é de apenas R\$ 18.448.809,21, porém, o valor correto das Despesas Pagas foi é R\$ 227.737.239,16, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário, conforme imagens a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE - MT
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO
DEZEMBRO/2024

DISPÊNDIOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Despesa Orçamentária (VI)		18.448.809,21	17.292.440,92
Ordinária		4.753.043,56	4.998.868,04
Vinculada		13.695.765,65	12.293.572,88
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS		13.695.765,65	12.293.572,88
Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Seguridade Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Correntes (VII)		0,00	0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	18.707.658,00	37.916.312,38
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	-13.227.781,67	12.206.901,83
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	550.178,68	437.690,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.449.168,19	22.241.320,09
Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.936.092,80	3.030.400,46
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	37.156.467,21	55.208.753,30
Pagamentos Extraorçamentários (X)	0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	233.265,97	232.542,04
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	36.614,34	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.146.623,84	1.069.580,58
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	195.809,91	295.715,87
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE - MT
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO
DEZEMBRO/2024

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Despesas Correntes (IX)	173.168.000,00	200.428.111,53	192.056.221,70	189.329.335,98	189.324.621,48	4.142.386,65
Pessoal e Encargos Sociais	85.433.400,00	89.348.194,72	85.205.808,07	85.199.386,99	85.196.712,35	4.142.386,65
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	87.734.600,00	111.079.916,81	106.850.413,63	104.129.948,99	104.127.909,13	4.229.503,18
Despesas de Capital (X)	35.469.000,00	54.058.883,73	47.036.612,51	39.706.373,68	38.412.617,68	7.022.271,22
Investimentos	33.009.000,00	51.508.783,73	44.493.086,04	37.162.847,21	35.869.091,21	7.015.697,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.460.000,00	2.550.100,00	2.543.526,47	2.543.526,47	2.543.526,47	6.573,53
Reserva de Contingência (XI)	3.720.000,00	2.770.000,00	0,00	0,00	0,00	2.770.000,00
Reserva do RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.770.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	212.357.000,00	257.256.995,26	239.092.834,21	229.035.709,66	227.737.239,16	18.164.161,05
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	212.357.000,00	257.256.995,26	239.092.834,21	229.035.709,66	227.737.239,16	18.164.161,05
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	212.357.000,00	257.256.995,26	239.092.834,21	229.035.709,66	227.737.239,16	18.164.161,05

Além disso, conforme mostrado nas imagens acima, os valores relativos ao Saldo do Exercício Anterior e ao Saldo para o Exercício Seguinte também apresentam inconsistências.





Primeiro, não apresenta a soma do valor das suas contas “filhas”, apresentando o valor zero. Isso porque, no Saldo para o Exercício Seguinte consta apenas o valor de R\$ 195.809,91 na conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS), sendo que, do Saldo do Exercício Anterior veio também o valor de R\$ 123.730.001,54 na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Outra inconsistência gritante é com relação aos valores totais que, no lado dos Ingressos, apresenta o valor de R\$ 6.418.380,91, valor este que não se consegue obter pela soma dos itens indicados na sua fórmula matemática. Já no lado dos Dispendios, a linha Total apresenta o valor zero.

Diante do exposto, o Balanço Financeiro apresentado, além de não obedecer ao modelo aprovado pelo MCASP, é totalmente inconsistente e inválido, vez que não demonstra a realidade financeira do ente no exercício de 2024.

5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composto por quadro principal dos Ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado, Intangível).	CONFORME	ATENDE
2 Composto por quadro principal dos Passivos, incluindo na coluna do Passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, provisões a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).	CONFORME	ATENDE
3 Inclui no quadro principal na coluna do Patrimônio Líquido no mínimo o Patrimônio Social, Capital Social e Resultados		





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
Acumulados.	CONFORME	ATENDE
4 Inclui no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial.	CONFORME	ATENDE
5 Inclui no quadro das contas de compensação: atos potenciais ativos e atos potenciais passivos.	CONFORME	ATENDE
6 Inclui no quadro de Superávit/Déficit Financeiro: Código, descrição e saldos das fontes de recursos.	CONFORME	ATENDE
7 Apresenta informações comparáveis com o exercício anterior.	CONFORME	ATENDE
8 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Soma das contas filhas = Soma das contas mães.	CONFORME	ATENDE

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) O Balanço Patrimonial apresentado na prestação de contas está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

A avaliação aqui realizada é apenas quanto a forma de apresentação do Balanço Patrimonial, tanto com relação à sua composição (se tem todos os quadros obrigatórios), estrutura de seus quadros (se apresenta todas as contas devidamente agrupadas, com os respectivos valores para o exercício atual e anterior) e se o somatório das contas filhas corresponde ao valor das respectivas contas mães.

Diante disso, cabe a ressalva de que **não** foi verificada a veracidade e conformidade dos valores apresentados no Balanço Patrimonial, não se tratando, portanto, de convalidação da referida demonstração contábil.

5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)

Demonstra-se a seguir os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos iniciais apresentados no exercício de 2024:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Ativo Circulante	R\$ 149.343.093,62	R\$ 149.343.093,62	R\$ 0,00
ARLP	R\$ 23.005.594,06	R\$ 23.005.594,06	R\$ 0,00
Investimentos	R\$ 1.769,79	R\$ 1.769,79	R\$ 0,00
Ativo Imobilizado	R\$ 145.665.714,38	R\$ 145.665.714,38	R\$ 0,00
Ativo Intangível	R\$ 4.467,00	R\$ 4.467,00	R\$ 0,00





TOTAL DO ATIVO	R\$ 318.020.638,85	R\$ 318.020.638,85	R\$ 0,00
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Passivo Circulante	R\$ 1.890.411,01	R\$ 1.890.411,01	R\$ 0,00
Passivo Não Circulante	R\$ 114.606.095,66	R\$ 114.606.095,66	R\$ 0,00
Patrimônio Líquido	R\$ 201.524.132,18	R\$ 201.524.132,18	R\$ 0,00
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 318.020.638,85	R\$ 318.020.638,85	R\$ 0,00

APLIC>Prestação de Contas>Contas de Governo>Balanço patrimonial

Com base nas informações acima, verifica-se que:

- 1) Há convergência entre os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos iniciais apresentados no exercício de 2024

5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO

Demonstra-se a seguir quadro com os saldos dos subgrupos do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial do Exercício de 2024:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)
Ativo Circulante	R\$ 160.864.593,07	Passivo Circulante	R\$ 2.561.187,78
ARLP	R\$ 26.810.189,00	Passivo Não Circulante	R\$ 119.491.816,18
Investimentos	R\$ 1.769,79	Patrimônio Líquido	R\$ 251.329.211,31
Ativo Imobilizado	R\$ 185.701.196,41		
Ativo Intangível	R\$ 4.467,00		
TOTAL DO ATIVO (I)	R\$ 373.382.215,27	TOTAL DO PASSIVO (II)	R\$ 373.382.215,27
DIFERENÇA (III) = I - II	R\$ 0,00		

APLIC>Prestação de Contas> Contas de Governo>Balanço Patrimonial

Da análise do quadro acima, constata-se que:

- 1) Na conferência de saldos do Balanço Patrimonial foi verificado que o total do Ativo e o Passivo são iguais entre si.

5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL





O quadro a seguir tem por objetivo demonstrar acerca da apropriação do Resultado Patrimonial no Patrimônio Líquido do Ente:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Patrimônio Líquido de 2023 (I)	R\$ 201.524.132,18
Patrimônio Líquido de 2024 (II)	R\$ 251.329.211,31
Variação do PL (III) = II - I	R\$ 49.805.079,13
Saldo final de ajustes de Exercícios anteriores registrados em 2024 (IV)	R\$ 0,00
Resultado patrimonial evidenciado na DVP (V)	R\$ 75.066.020,18
Diferença (VI) = III - IV - V	-R\$ 25.260.941,05

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais

Com base nas informações acima, verifica-se que:

1) A apropriação do resultado patrimonial do exercício apresenta inconsistência. CB05.

Dispositivo Normativo:

Arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1.1) A apropriação do resultado patrimonial, apurado na DVP, ao Patrimônio Líquido do exercício de 2023 não confere com o total do Patrimônio Líquido do Exercício de 2024. - CB05

O resultado patrimonial do exercício de 2024, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, foi de R\$ 75.066.020,18 superavitário, que deve ser apropriado ao Patrimônio Líquido – PL.

Ao somar o resultado patrimonial de 2024 ao valor do PL de 2023, deveríamos obter o valor do PL de 2024. No entanto, o valor obtido apresenta uma divergência de R\$ 25.260.941,05, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Valor R\$
Patrimônio Líquido de 2023 (I)	201.524.132,18
Resultado patrimonial evidenciado na DVP (II)	75.066.020,18





Descrição	Valor R\$
Soma (III = I + II)	276.590.152,36
Patrimônio Líquido de 2024 (IV)	251.329.211,31
Diferença (V = IV - III)	-25.260.941,05

5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO

As informações apresentadas abaixo, tem por objetivo evidenciar a convergência do Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros/Permanentes e o apurado no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro por fontes de recursos:

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	Exercício Atual (2024)	Exercício Anterior (2023)
Ativo Financeiro	R\$ 120.178.392,02	R\$ 124.025.717,41
(-) Passivo Financeiro	R\$ 12.636.498,13	R\$ 16.513.728,78
Resultado Financeiro (I = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro)	R\$ 107.541.893,89	R\$ 107.511.988,63

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VERSUS QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO			
DESCRIÇÕES	QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	QUADRO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO	DIFERENÇA
Resultado financeiro 2024	R\$ 107.541.893,89	R\$ 107.541.893,89	R\$ 0,00
Resultado financeiro 2023	R\$ 107.511.988,63	R\$ 107.511.988,63	R\$ 0,00

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial

Assim, verifica-se que:

1) Foi verificado que o total do resultado financeiro é convergente com o total das fontes de recursos.





5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Compõe a VPA: (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; Transferências e Delegações Recebidas; Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas).	A composição das contas apresenta diversas inconsistências, conforme detalhamento no achado a seguir.	NÃO ATENDIDO
2 Compõe a VPD: (Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas).	CONFORME	ATENDIDO
3 Apresenta o resultado patrimonial do período.	CONFORME	ATENDIDO
4 Apresenta informações do exercício anterior e exercício atual.	CONFORME	ATENDIDO
5 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: S das contas filhas = S das contas mães.	Não é possível obter o valor total das VPA a partir da somatória das contas filhas apresentadas.	NÃO ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) apresentada **não** está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN. CC09.

Dispositivo Normativo:

Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

1.1) *A forma de apresentação e o conteúdo do quadro Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, na Demonstração das Variações Patrimoniais, não segue o modelo estabelecido pela STN. - CC09*





O quadro relativo às Variações Patrimoniais Aumentativas apresenta estrutura completamente inconsistente e divergente da estabelecida pela STN, no Manual de Contabilidade Aplica ao Setor Público – MCASP. Além disso, apresenta inconsistência entre a somatória das contas “filhas” com o valor das contas “mães”.





A imagem a seguir mostra a estrutura da DPV estabelecida no MCASP:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos			
Taxas			
Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
Contribuições Sociais			
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			
Contribuição de Iluminação Pública			
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			
Venda de Mercadorias			
Vendas de Produtos			
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Juros e Encargos de Mora			
Variações Monetárias e Cambiais			
Descontos Financeiros Obtidos			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras			
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras			
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Intragovernamentais			
Transferências Intergovernamentais			
Transferências das Instituições Privadas			
Transferências das Instituições Multigovernamentais			
Transferências de Consórcios Públicos			
Transferências do Exterior			
Execução Orçamentária Delegada de Entes			
Transferências de Pessoas Físicas			
Outras Transferências e Delegações Recebidas			
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos			
Reavaliação de Ativos			
Ganhos com Alienação			
Ganhos com Incorporação de Ativos			
Ganhos com Desincorporação de Passivos			
Reversão de Redução ao Valor Recuperável			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar			
Resultado Positivo de Participações			
Operações da Autoridade Monetária			
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas			
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas			





A DVP apresentada na prestação de contas é a reproduzida na imagem a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE - MT
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO
DEZEMBRO/2024

NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	294.740.686,87	279.618.329,38
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria	42.412.738,80	43.268.166,96
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria	35.243.485,44	37.253.304,56
Contribuições	7.163.980,07	5.925.499,11
Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos	5.273,29	89.363,29
Contribuições	29.699.271,68	25.765.363,89
Transferências e Delegações Recebidas	25.956.116,92	22.461.835,03
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.743.154,76	3.303.528,86
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	11.543.770,31	9.223.658,51
Vendas de Produtos	0,00	9.567,00
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	5.361.530,94	3.654.384,18
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.923.749,00	4.778.472,97
Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.064.387,15	1.341.160,07
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	904.063,97	203.441,93
Descontos Financeiros Obtidos	7.992,89	16.730,52
Tributárias	2.947.304,99	3.217.140,45
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	192.375.024,33	174.967.324,91
Transferências Intragovernamentais	0,00	203.441,93
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	192.182.967,15	174.463.144,21
Transferências das Instituições Privadas	546,55	1.640,42
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	43.905,68	277.354,03
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	147.604,95	21.744,32
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	10.791.118,93	18.604.048,15
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	950.317,40	1.140.840,90
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.840.801,53	17.463.207,25
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.995.013,82	3.011.293,99
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	294.740.686,87	279.618.329,38

Da comparação entre a estrutura definida pela STN e a apresentada pelo município, verifica-se diversas inconsistências, conforme segue:

- Na composição da conta “Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria” consta, indevidamente, a conta “Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos”;
- A conta “Contribuição” traz as seguintes contas “filhas”: “Transferências e Delegações Recebidas”, “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” e “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”, sendo que estas contas são, na verdade, contas “irmãs” da





conta Contribuição e não filhas, ou seja, estão no mesmo nível e são totalizadoras de outras contas filhas;

- Existem linhas de “Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)” e de “Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)” na relação de contas que compõem a VPA;
- Existem contas que, na verdade, fazem parte das VPD e não das VPA, quais sejam: “Benefícios Previdenciários e Assistenciais”, “Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo”, “Tributárias” e “Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados”.

5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composta por quadro principal; quadro de transferências recebidas e concedidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função; e quadro de juros e encargos da dívida.	CONFORME	ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (ingressos e desembolsos); Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (ingressos e desembolsos); e Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.	A composição das contas apresenta diversas inconsistências, conforme detalhamento no achado a seguir.	NÃO ATENDIDO
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: S das contas filhas= S das contas mães.	Existem contas mães com valor zero, sendo que suas filhas apresentam valores.	NÃO ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresentada **não** está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN. CC09.

Dispositivo Normativo:

Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN

1.1) *A forma de apresentação e o conteúdo da Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, não segue o modelo estabelecido pela STN. - CC09*





O quadro principal da DFC apresenta estrutura divergente da estabelecida pela STN, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Além disso, apresenta inconsistência entre a somatória das contas “filhas” com o valor das contas “mães”.

A imagem a seguir mostra a estrutura da DFC estabelecida no MCASP:

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos			
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Remuneração das Disponibilidades			
Outras Receitas Derivadas e Originárias			
Transferências recebidas			
Desembolsos			
Pessoal e demais despesas			
Juros e encargos da dívida			
Transferências concedidas			
Outros desembolsos operacionais			
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos			
Alienação de bens			
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos			
Outros ingressos de investimentos			
Desembolsos			
Aquisição de ativo não circulante			
Concessão de empréstimos e financiamentos			
Outros desembolsos de investimentos			
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos			
Operações de crédito			
Integralização do capital social de empresas dependentes			
Outros ingressos de financiamento			
Desembolsos			
Amortização /Refinanciamento da dívida			
Outros desembolsos de financiamentos			
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)			
Caixa e Equivalentes de caixa inicial			
Caixa e Equivalente de caixa final			





A seguir, apresenta-se a DFC encaminhada na prestação de contas pelo município:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE - MT
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO
DEZEMBRO/2024

NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	0,00	0,00
Receitas derivadas e originárias	46.950.120,77	44.139.641,03
Receita de Contribuições	162.140.107,99	144.668.858,77
Receita Patrimonial	24.309.214,97	20.532.386,04
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	169.472.363,16	135.326.553,11
Receita de Serviços	23.703,94	0,00
Remuneração das Disponibilidades	2.124,19	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	707.069,88	2.142,54
Transferências recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos Operacionais	0,00	0,00
	6.090.000,00	5.494.800,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
	14.776.242,81	13.378.845,34
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Pessoal e demais despesas	0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais	7.974.646,44	2.041.166,09
Transferências Concedidas	0,00	0,00
Outros Desembolsos Operacionais	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
	0,00	0,00
Desembolsos	25.982,69	15.069,55
Aquisição de ativo não circulante	25.982,69	15.069,55
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Amortização /Refinanciamento da dívida	183.524.546,41	159.388.526,50
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		
	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	87.810.450,47	71.578.076,03
Caixa e Equivalente de caixa final	95.714.095,94	87.810.450,47

Da comparação entre a estrutura definida pela STN e a DFC apresentada pelo município, verifica-se diversas inconsistências, conforme segue:





- Não existe a linha que totaliza os Desembolsos no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais;
- Tem uma linha com o título: FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO, com valor de R\$ 14.776.242,81 dentro dos FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS;E
- Existe uma linha sem nomenclatura, com valor de R\$ 6.090.000,00;

Em suma, é necessário revisar e refazer toda DFC, uma vez que as inconsistências do demonstrativo o tornam sem nenhum aproveitamento.

5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 As notas explicativas apresentam informações gerais da entidade; Resumo das políticas contábeis significativas; Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis e outras informações relevantes.	Não foi apresentada nenhuma Nota Explicativa.	NÃO ATENDIDO
2 As notas explicativas foram apresentadas de forma sistemática e cada quadro ou item nas demonstrações contábeis a que uma nota se aplique teve referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Não foi apresentada nenhuma Nota Explicativa.	NÃO ATENDIDO
3 O Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante, é evidenciado em notas explicativas; Há evidenciação do detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário); A utilização do superavit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário é evidenciado em notas explicativas; As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária são evidenciadas em notas explicativas; O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente é registrado em notas explicativas; Há evidenciação do detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada; Há evidenciação do montante da	Não foi apresentada nenhuma Nota Explicativa.	NÃO ATENDIDO





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício (Déficit Orçamentário).		
4 O Balanço Financeiro deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: as receitas orçamentárias líquidas de deduções. Observar se o detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos estão apresentados em quadros anexos ou em notas explicativas.	Não foi apresentada nenhuma Nota Explicativa.	NÃO ATENDIDO
5 O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de notas explicativas que indiquem: evidenciação do detalhamento das seguintes contas: Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; Imobilizado; Intangível; Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo; evidenciação das políticas contábeis relevantes que tenham reflexos no patrimônio sejam evidenciadas, como as políticas de depreciação, amortização e exaustão; Há evidenciação em notas explicativas dos ganhos e perdas decorrentes da baixa de imobilizado estão reconhecidos no resultado Patrimonial e devidamente evidenciados em nota explicativa; Há evidenciação em notas explicativas, dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e de realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo; Há evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e notas explicativas; A depreciação, amortização e exaustão para cada período é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo	Não foi apresentada nenhuma Nota Explicativa.	NÃO ATENDIDO
6 A Demonstração das Variações Patrimoniais deverá ser acompanhada de notas explicativas que indiquem: evidenciação em notas explicativas da origem e do destino dos recursos provenientes de alienação de ativos, em atendimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar 101/2000 (LRF).	Não foi apresentada nenhuma Nota Explicativa.	NÃO ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) **Não** foram apresentadas Notas Explicativas, em desacordo com as normas e orientações expedidas pela STN. CC09.

Dispositivo Normativo:

Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.





1.1) *Nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 não consta nenhuma Nota Explicativa.* - **CC09**

O Manual de Contabilidade Aplica ao Setor Público - MCASP estabelece que todas as Demonstrações Contábeis **deverão** ser acompanhadas de Notas Explicativas. Vejamos:

O **Balanço Orçamentário** deverá ser acompanhado de **notas explicativas** que divulguem, ao menos:

[...]

Algumas operações podem interferir na elaboração do **Balanço Financeiro**. Sempre que a utilização de um procedimento afetar o resultado financeiro apurado neste demonstrativo, tal procedimento **deverá ser evidenciado em notas explicativas**.

[...]

O **Balanço Patrimonial** deverá ser acompanhado de **notas explicativas** em função da dimensão, da natureza e função dos valores envolvidos nos ativos e passivos.

[...]

A **DVP** deverá ser acompanhada de **notas explicativas**, divulgando separadamente a natureza e valores dos itens relevantes que compõem as VPA e as VPD.

[...]

A **DFC** deverá ser acompanhada de **notas explicativas** quando os itens que compõem os fluxos de caixa forem relevantes.





No entanto, nas Demonstrações Contábeis publicadas não consta nenhuma nota explicativa.

Já na carga do Sistema Aplic relativa às Contas de Governo, no campo próprio para inserção das notas explicativas de cada uma das demonstrações, consta o mesmo documento, cujo título é: JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO-ENVIO DOS DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES, conforme Apêndice B.

Nele estão enumerados, dentre outros, os documentos de número 155 a 159, relativos às notas explicativas ao Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, DVP e DFC, todos com o mesmo “motivo da ausência”: **“Não houve ocorrência”**.

Portanto, não apresentadas as notas explicativas estabelecidas pelo MCASP.

5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Além da análise quanto à estrutura das demonstrações contábeis, e, em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, foi verificado se o Município divulgou em notas explicativas informações sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, conforme estabelecido no artigo 1º, na Portaria do STN n.º 548, de 24 de setembro de 2015:

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

Dessa análise, observou-se que o Município de **GUARANTA DO NORTE** não divulgou o estágio de implementação do PIPCP em notas explicativas.





Assim, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao Prefeito Municipal de **GUARANTA DO NORTE**:

Faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que, as notas explicativas das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2025, sejam integradas por informações acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria STN 548/2015 e visando subsidiar análises futuras nas Contas de Governo. Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes.

5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

Um dos procedimentos patrimoniais exigidos pela Portaria do STN n.º 548 /2015 é a apropriação por competência das obrigações decorrentes de benefícios a empregados, dentre eles a gratificação natalina e férias.

Segundo o MCASP (STN, 10ª Ed, p. 307):

O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência... e para o reconhecimento dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias deve-se realizar a apropriação mensal em conformidade com o regime de competência.

A apropriação mensal das férias, do abono constitucional de 1/3 e da gratificação natalina deve ser registrada em conta com atributo Permanente (P) e posteriormente, quando do empenho, terá o saldo transportado para contas com atributo Financeiro (F) com os respectivos desdobramentos de natureza orçamentária e posterior pagamento.





O prazo para implementação do reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados para municípios com mais de 50 mil habitantes encerrou-se em 2018 e para os municípios com até 50 mil habitantes encerrou-se em 2019.

A consulta ao Razão contábil das contas patrimoniais 21111010251 e 21111010351 (atributos P) evidencia que **não** foram efetuados os registros contábeis por competência da gratificação natalina, das férias e do adicional de 1/3 das férias.

1) Não foi realizada a apropriação mensal das férias e 13º salário. CB03.

Dispositivo Normativo:

Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1.1) *Não foi realizada a apropriação mensal das férias e 13º salário, em desacordo com os itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.*
- **CB03**

Conforme consulta ao Razão contábil das contas patrimoniais 21111010251 e 21111010351 (atributos P), no Sistema Aplic, verificou-se que não foi efetuado o registro contábil, por competência mês a mês, da gratificação natalina, das férias e do adicional de 1/3 das férias, conforme imagens a seguir:

The screenshot shows the 'Razão Contábil' interface. At the top, there's a menu bar with options like 'Sistema', 'Peças de Planejamento', 'Prestação de Contas', 'Informes: Mensais', 'Informes: Egvio Imediato', 'Auditoria', 'Impressões', 'Cruzamento de Dados', and 'Ajuda...'. Below the menu, the title 'Razão Contábil' is displayed with a subtitle: ':: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções'. A search bar shows 'Resultado(s) da consulta'. The main table has columns for 'Mês de referência' (set to 'DEZEMBRO'), 'Conta contábil' (set to '21111010251'), and a table with columns: 'Data', 'C.', 'Num. lanç...', 'Seq.', 'Cód. Conta', 'Descrição', 'L...', 'Val. débito', 'Val. crédito', 'Detalhamento', and 'H'. The table is currently empty.

Razão Contábil - 21111010251 - DECIMO TERCEIRO SALARIO (P)

This is a second screenshot of the same 'Razão Contábil' interface, showing the same search results for account 21111010251 in December. The table remains empty, confirming no records were found.





Mês de referência		Conta contábil	
DEZEMBRO		21111010351	

Data	C.	Num. lanç...	Seq.	Cód. Conta	Descrição	L...	Val. débito	Val. crédito	Detalhamento	Hist

Razão Contábil - 21111010351 - FERIAS (P)

5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação orçamentária referente ao exercício de **2024** do Município de **GUARANTA DO NORTE**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor:

5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Líquida Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 139.586.924,99	R\$ 142.667.224,99	R\$ 178.971.132,60	R\$ 225.914.742,26	R\$ 239.003.088,09
Receita Líquida Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 121.884.128,11	R\$ 141.771.033,23	R\$ 180.478.491,81	R\$ 211.283.354,09	R\$ 237.765.204,12
Quociente de execução da Receita (QER)=B/A	0,8731	0,9937	1,0084	0,9352	0,9948





A série histórica mostra que o QER, com excessão do exercício de 2022, foi menor que 1, ou seja, a receita arrecadada foi menor que a prevista.

Em relação ao exercício de **2024** o resultado indica que a receita arrecadada foi menor do que a prevista, correspondendo a **99,48% do valor estimado**, indicando a existência de Frustração de Receita para a cobertura de despesas.

5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Corrente Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 118.326.124,99	R\$ 132.701.413,99	R\$ 164.506.747,39	R\$ 195.786.499,00	R\$ 221.925.839,71
Receita Corrente Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 119.614.463,18	R\$ 147.390.351,59	R\$ 176.938.905,09	R\$ 204.559.713,93	R\$ 227.273.039,81
Quociente execução da receita corrente (QERC)=B/A	1,0108	1,1106	1,0755	1,0448	1,0240

No Exercício de **2024** o resultado indica que a receita corrente arrecadada foi maior do que a prevista, correspondendo a **2,4% acima do valor estimado** (excesso de arrecadação), resultado também apresentado historicamente, nos últimos quatro exercícios.





5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita de Capital Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 30.961.900,00	R\$ 20.253.611,00	R\$ 26.914.410,21	R\$ 46.855.589,64	R\$ 34.407.318,38
Receita de Capital Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 11.691.848,11	R\$ 7.322.180,06	R\$ 17.927.513,62	R\$ 22.472.711,75	R\$ 27.942.077,35
Quociente execução da receita de capital (QRC)+B/A	0,3776	0,3615	0,6660	0,4796	0,8121

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de 2024 o resultado indica que a receita de capital arrecadada foi **menor** do que a prevista, correspondendo a **81,21% do valor estimado** (frustração de receitas de capital).

5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa					





-	2020	2021	2022	2023	2024
Orçamentária (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 146.496.654,58	R\$ 158.233.108,36	R\$ 197.256.703,51	R\$ 241.547.609,07	R\$ 257.256.995,26
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 110.958.685,81	R\$ 132.967.138,50	R\$ 180.020.883,67	R\$ 207.525.421,64	R\$ 239.092.834,21
Quociente execução da despesa (QED)+B /A	0,7574	0,8403	0,9126	0,8591	0,9293

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de **2024** o resultado indica que a despesa realizada foi menor do que a autorizada, representando **92,93%** do valor orçado atualizado, indicando economia orçamentária.

5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 100.549.091,90	R\$ 119.335.069,37	R\$ 151.826.976,73	R\$ 183.144.797,13	R\$ 200.428.111,53
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 89.647.273,10	R\$ 112.639.835,74	R\$ 146.752.338,19	R\$ 176.553.824,68	R\$ 192.056.221,70
Quociente execução da Despesa Corrente (QEDC)=A /B	0,8915	0,9439	0,9665	0,9640	0,9582

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de **2024** o resultado indica que a despesa corrente realizada foi menor do que a autorizada, correspondendo a **95,82%** do valor aitorizado.





5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 43.493.562,68	R\$ 37.155.138,99	R\$ 43.006.726,78	R\$ 56.271.811,94	R\$ 54.058.883,73
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 21.311.412,71	R\$ 20.327.302,76	R\$ 33.268.545,48	R\$ 30.971.596,96	R\$ 47.036.612,51
Quociente execução da Despesa de Capital (QDC)=A/B	0,4899	0,5470	0,7735	0,5504	0,8701

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de **2024** o resultado indica que a despesa de capital realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a **87,01%** do valor autorizado.

5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT n.º 43/2013, a qual dispõe sobre as diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados, conforme demonstrados no Anexo 4 - Análise da Situação Orçamentária, Quadro 4.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - Exceto Operações Intraorçamentárias.

5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)





O art. 167, III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Complementar a esse ditame, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32, § 3º, enfatiza que são consideradas para essa análise, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados e o das despesas de capital executadas.

Assim, denomina-se Regra de Ouro a vedação de que os ingressos financeiros provenientes de endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

O objetivo é impedir que o ente se endivide para o pagamento de despesas correntes como: pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública. Categoricamente a regra determina que a Receita de Capital não deve ultrapassar o montante da Despesa de Capital.

Apresenta-se abaixo a série histórica para verificação do cumprimento da regra de ouro:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (A)	R\$ 21.311.412,71	R\$ 20.327.302,76	R\$ 33.268.545,48	R\$ 30.971.596,96	R\$ 47.036.612,51
Operações de Créditos (B)	R\$ 5.961.676,33	R\$ 1.889.010,04	R\$ 1.322.508,64	R\$ 228.471,59	R\$ 6.021.912,19
Regra de Ouro B/A	0,2797	0,0929	0,0397	0,0073	0,1280

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O quadro acima demonstra que o município vem obedecendo a regra de ouro nos últimos cinco exercícios.

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:





1) C. GOV M - REGRA DE OURO

Houve obediência da regra de ouro, uma vez que as receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital, conforme estabelece o Art. 167, III, CF.

5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superavit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

A seguir, apresenta-se o histórico da execução orçamentária de 2020 a 2024:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro - Créditos Adicionais (A)	R\$ 0,00	R\$ 14.283.062,46	R\$ 19.135.699,12	R\$ 18.049.970,72	R\$ 16.782.880,63
Despesa Orçamentária Consolidada Ajustada (B)	R\$ 104.286.033,95	R\$ 131.460.359,68	R\$ 177.976.911,09	R\$ 207.119.664,55	R\$ 239.876.352,77
Receita Orçamentária Consolidada Ajustada (C)	R\$ 125.722.228,49	R\$ 137.001.942,67	R\$ 176.071.906,69	R\$ 206.329.411,39	R\$ 231.823.174,29
QREO--->2020 a 2023=C+A/B 2024= Se (C-B)<0; (C+A /B); (C/B)	1,2055	1,1508	1,0968	1,0833	1,0363

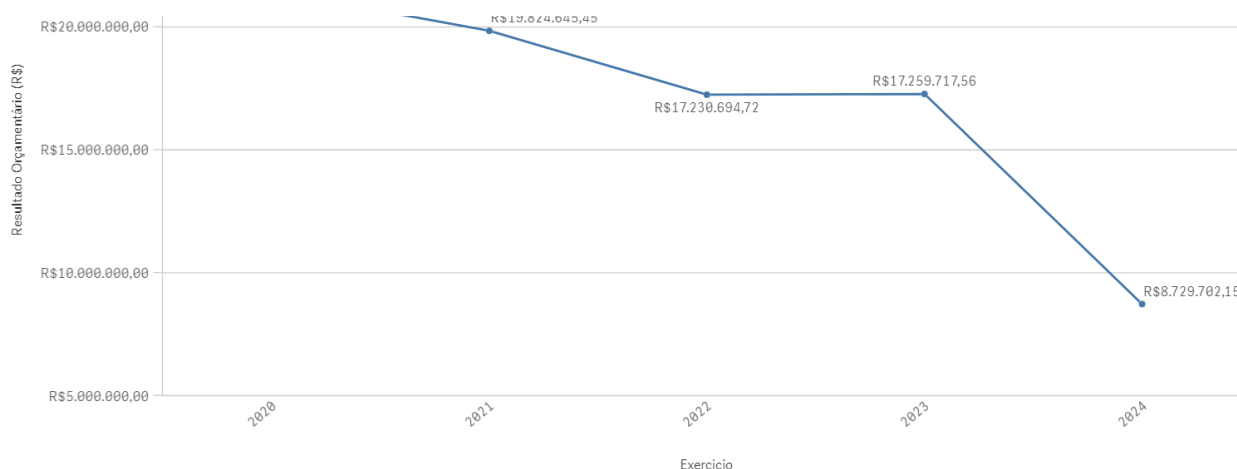
Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Série Histórica - Execução Orçamentária

R\$25.000.000,00

R\$21.436.194,54





A partir da análise do quociente da situação orçamentária, constatou-se o que segue:

1) C. GOV M - Quociente da Execução Orçamentária

Esse resultado apurado (1,0363), conforme diretrizes estabelecidas na Resolução Normativa n.º 43/2013, indica que receita arrecadada é maior que a despesa realizada - superávit de execução orçamentária.

5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de **2024** do Município de **GUARANTA DO NORTE**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor.

5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante o Exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não





pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.

O Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados, do Anexo 5 (Restos a Pagar) apresentam os valores existentes de Restos a Pagar Processados de R\$ 1.298.470,50, e de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 11.318.951,21.

5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado no Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

O Município deve garantir recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo os restos a pagar não processados do exercício ao final de 2024.

Disciplinando o assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece da seguinte forma sobre o controle da disponibilidade de caixa:

“como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios”. (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional - 14ª ed., pág. 567).





De modo a garantir o princípio do equilíbrio financeiro, neste mesmo sentido há decisão deste Tribunal de Contas sobre a necessidade de garantir recursos para o pagamento tanto dos restos a pagar processados quanto não processados do exercício, conforme transcrição a seguir:

1. Para efeito de verificação do cumprimento das disposições constantes no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a relação entre a assunção de obrigação de despesa e a suficiente disponibilidade de caixa deve ser calculada, individualmente, por fontes de recursos. Inclui-se como assunção de obrigação de despesa tanto os restos a pagar processados quanto os não processados, inscritos no exercício." (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Parecer Prévio n.º 41 /2017-TP. Julgado em 03/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 24 /10/2017. Processo n.º 8.385-2/2016).(Item 7.8. Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 30)

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar Não Processados e Demais Obrigações Financeiras).

Apresenta-se a seguir o quadro da série histórica:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Disp. Bruto - Exceto RPPS (A)	R\$ 23.188.593,75	R\$ 30.953.455,87	R\$ 34.330.955,82	R\$ 36.215.266,94	R\$ 24.464.296,08
Demais Obrigações - Exceto RPPS (B)	R\$ 0,00	R\$ 159.557,33	R\$ 4.066,18	R\$ 19.834,44	R\$ 15.174,70
Restos a Pagar Processados - Exceto RPPS (C)	R\$ 616.204,44	R\$ 1.157,72	R\$ 437.690,00	R\$ 586.793,02	R\$ 1.297.375,64
Restos a Pagar Não Processados - Exceto RPPS (D)	R\$ 6.919.269,57	R\$ 8.932.779,82	R\$ 14.560.148,92	R\$ 15.875.913,19	R\$ 11.250.684,34
Quociente Disponibilidade Financeira (QDF)= (A-B)/(C+D)	3,0772	3,4468	2,2887	2,1986	1,9484





O resultado do exercício em análise indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 1,94 de disponibilidade financeira, conforme detalhado nos Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5.

5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Inscrição de Restos a Pagar no Exercício (A)	R\$ 7.401.963,95	R\$ 7.531.527,36	R\$ 14.776.822,43	R\$ 15.316.097,42	R\$ 11.355.595,05
Total Despesa - Execução (B)	R\$ 118.214.082,29	R\$ 138.879.551,91	R\$ 188.061.057,77	R\$ 219.530.852,07	R\$ 253.735.862,29
Quociente inscrição de restos a pagar (QIRP)=A/B	0,0626	0,0542	0,0785	0,0698	0,0447

No exercício de **2024** o resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,04 foram inscritos em restos a pagar.

5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS

Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte, desde que respeitadas a fonte e a destinação de recursos específicas. No entanto, para fins de abertura de crédito





adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei n.º 4.320/64.

O cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 6.4 do Anexo 6 (Análise da Situação Financeira e Patrimonial) deste Relatório de Contas de Governo.

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Ativo Financeiro - Exceto RPPS (A)	R\$ 23.188.593,75	R\$ 30.953.455,87	R\$ 34.330.955,82	R\$ 36.215.266,94	R\$ 24.464.296,08
Total Passivo Financeiro - Exceto RPPS (B)	R\$ 7.546.760,57	R\$ 9.131.002,27	R\$ 15.001.905,10	R\$ 16.482.540,65	R\$ 12.563.234,68
Quociente Situação Financeira (QSF)=A/B	3,0726	3,3899	2,2884	2,1972	1,9472

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de **2024** o resultado indica que houve **Superávit** financeiro no valor de R\$ 11.901.061,40, considerando todas as fontes de recursos.

6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo, seguem análises dos cumprimentos dos limites constitucionais e legais, que devem ser observados pelo Município:

6. 1. DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no art. 29, inciso I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inciso III, da Resolução n.º 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de





operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos (art. 1º, § 1º, inciso V, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal).

6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)

Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 7.1 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 7 (Limites Constitucionais e Legais).

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).





-	2020	2021	2022	2023	2024
DCL (A)	-R\$ 4.826.168,00	-R\$ 10.847.048,28	-R\$ 11.855.392,80	-R\$ 14.034.407,87	R\$ 3.308.206,39
RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO (B)	R\$ 106.986.803,02	R\$ 129.682.761,07	R\$ 158.145.095,71	R\$ 183.858.842,18	R\$ 203.904.800,88
Quociente Limite de Endividamento (QLE) = $SE(A \leq 0,0, A/B)$	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0162

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Conforme demonstrado no quadro acima, nos exercícios de 2020 a 2023 a dívida consolidada líquida foi negativa, ou seja, as disponibilidades eram maiores que a dívida pública consolidada.

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:

1) C. GOV M - Quociente do Limite de Endividamento (QLE)

O resultado de (0,0162) indica que a DCL ao final do exercício corresponde a 1,62% da RCL, estando dentro do limite estabelecido na Resolução do Senado nº 40/2001.

6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas “operações de crédito”, definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº43/2001, como “os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros”.





O art. 7º, inciso I, da supracitada Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

Segue, abaixo, a série histórica do indicador:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 106.986.803,02	R\$ 129.682.761,07	R\$ 158.145.095,71	R\$ 183.858.842,18	R\$ 203.904.800,88
Total Dívida Contratada (B)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.322.508,64	R\$ 228.471,59	R\$ 6.021.912,19
Quociente Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC) =B/A	0,0000	0,0000	0,0083	0,0012	0,0295

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Pelo quadro acima observa-se que nos exercícios de 2020 e 2021 não houve contratação de dívida pelo município de GUARANTÃ DO NORTE.

Nos exercícios de 2022 e 2023, os valores das dívidas contratadas ficaram muito abaixo do limite.

No exercício de 2024, verificou-se:

1) C. GOV M - Quociente da Dívida Pública Contratada no Exercício (QDPC)

O resultado de 0,0295 indica que a dívida contratada no exercício representou 2,95% da receita corrente líquida ajustada para fins de endividamento, o que indica cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)

Os dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos





a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, inciso II, da Resolução n.º 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

Apresenta-se, a seguir, a série histórica do quociente:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 106.986.803,02	R\$ 129.682.761,07	R\$ 158.145.095,71	R\$ 183.858.842,18	R\$ 203.904.800,88
Total Dispendio da Dívida Pública (B)	R\$ 1.347.325,10	R\$ 1.418.991,52	R\$ 1.993.651,52	R\$ 2.275.365,62	R\$ 2.543.526,47
Quociente Dispendios da Dívida Pública (QDDP)=B/A	0,0125	0,0109	0,0126	0,0124	0,0124

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Conforme demonstrado no quadro acima, os dispêndios da dívida pública de GUARANTÃ DO NORTE vem respeitando o limite, variando de 1,09% a 1,26% da RCL no período de 2020 a 2023.

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:

1) C. GOV M - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP)

O resultado de 0,0124 indica que os dispêndios da dívida pública efetuados no exercício representaram 1,24% da Receita Corrente Líquida Ajustada para fins de Endividamento, estando dentro do limite estabelecido na legislação vigente.

6. 2. EDUCAÇÃO





A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Quanto à formação da base de cálculo da MDE, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005, que excluía o IRRF da referida base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Até o exercício de 2020, o TCE-MT, para verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do ensino, considerava as despesas após a sua regular liquidação conforme Resolução Normativa TCE-MT n.º 14/2012. Todavia, em função da revogação do item que trata do cálculo da aplicação em MDE da citada Resolução, ocorrida na Sessão Presencial realizada em 03 de maio de 2022, por ocasião do julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Governo do estado de Mato Grosso, o cálculo passou a ser pela despesa empenhada, conforme item c.1 do Acórdão 207/2022-TP (Sessão de Julgamento 3-5-2022 - Tribunal Pleno - Processo n.º 22.153-8/2020) transcrito abaixo:

c.1) para efeito de verificação anual do cumprimento dos limites referentes à aplicação em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb, deve-se considerar as despesas empenhadas, conforme critério previsto no art. 24, II, da LC n.º 141/2012, que dispõe sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde; e, c.2) para efeito de verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a





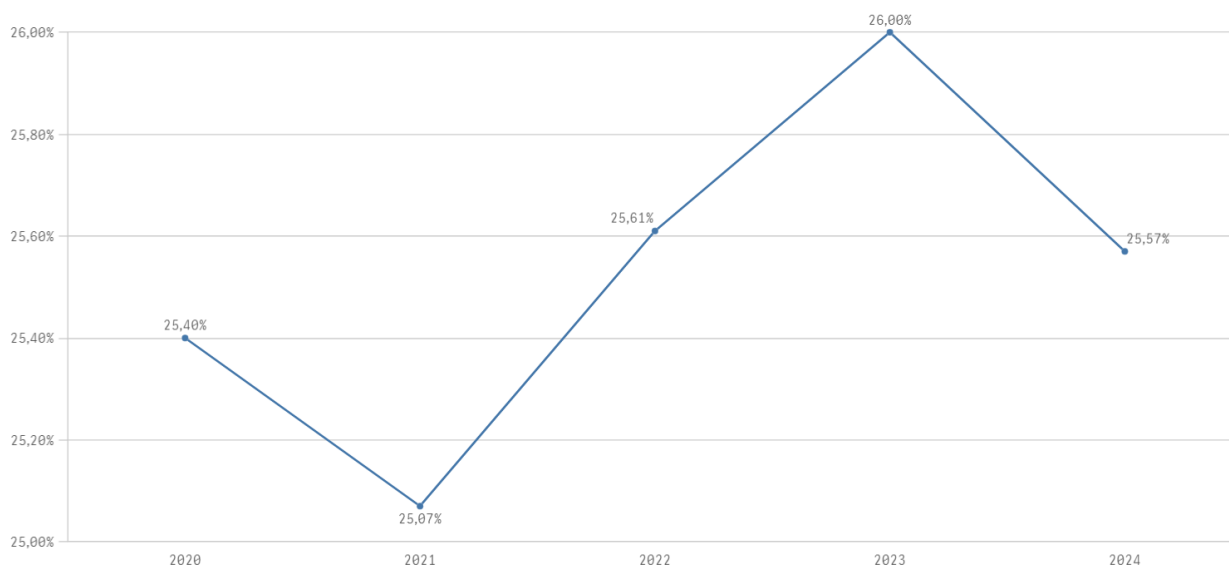
manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Mato Grosso, deve-se incluir as despesas empenhadas com o ensino superior, sendo inaplicável, neste caso, o que dispõe a Resolução de Consulta n.º 21/2008.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2020/2024, indica que a administração municipal de **GUARANTA DO NORTE** vem cumprindo a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	25,40%	25,07%	25,61%	26,00%	25,57%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Educação



Nesse sentido, da análise das informações constatou-se que:

1) C. GOV M - Aplicação em MDE

O percentual aplicado no exercício de 2024 (25,33%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a





proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, regulamentado pela Lei n.º 11.494, de 20/06/2007 e pelo Decreto n.º 6.253/2007, trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional 108, de 26/08/2020, dá nova redação ao art. 212-A, da Constituição Federal:

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;

O inciso XI, dessa EC, determina que a proporção não inferior a 70% (setenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. (Antes era 60%)

Diante disso, a Lei n.º 14.113, de 25/12/2020, regulamenta o Fundeb e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Lei n.º 11.494/2007, ressalvado o caput do





art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020. Além disso, o Decreto n.º 10.656, de 22/03/2021, revoga o Decreto n.º 6.253/2007, sendo a nova norma regulamentadora do Fundeb.

Essa lei definiu os seguintes parâmetros:

- a) haverá complementação da União aos recursos do Fundeb, sendo que a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais, será destinada à educação infantil (art. 3º, § 2º; art. 4º, art. 5º, art. 13, art. 16, § 2º, art. 28, da Lei n.º 14.113/2020);
- b) até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. (art. 25, § 3º) (antes era 5%)

Ressalta-se que o superávit de 10% se refere somente ao Fundeb 30%, sendo que a parte de 70%, destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicado integralmente até o final do exercício em que os recursos forem recebidos.

Nesse sentido, a jurisprudência do TCE/MT, na vigência da Lei 11.494/2007:

Educação. Superávit nos recursos do Fundeb 40%. Aplicação no exercício subsequente. Parte Fundeb 60%. Utilização exclusiva no exercício corrente.

1. Sendo apurado superávit financeiro de até 5% nos recursos recebidos do Fundeb no exercício corrente, poderá ser aplicado no primeiro trimestre do exercício subsequente, mediante abertura de créditos adicionais (art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007). Tal previsão legal aplica-se exclusivamente à parte disponível do Fundeb 40%.

2. A parte do Fundeb 60%, vinculada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicada anualmente, sendo incabível, neste caso, a possibilidade prevista no art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio n.º 81/2017-TP.





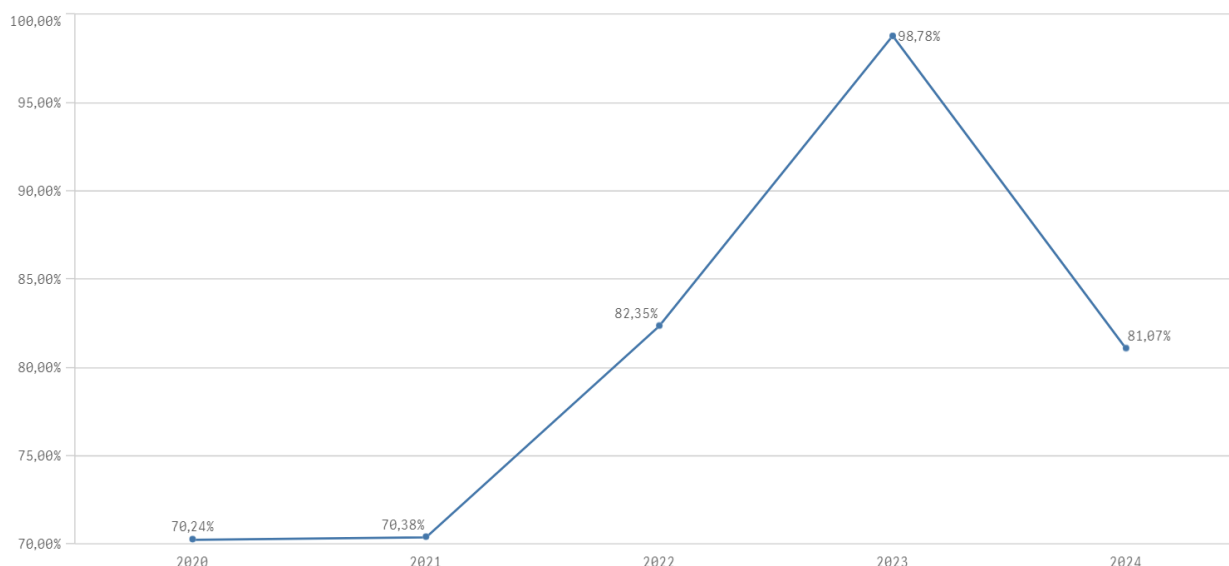
Julgado em 28/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 14/12/2017. Processo n.º 7.816-6/2016). (Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada. fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, p. 39)

Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais da Educação Básica, período 2020/2024, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	70,24%	70,38%	82,35%	98,78%	81,07%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). A partir de 2021 o % mínimo de Aplicação é de 70%.

Série Histórica - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica



Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o **cumprimento** desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

1) C. GOV M - FUNDEB 70%





O percentual destinado para os profissionais da educação básica em efetivo exercício (81,07%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação.

2) C. GOV M - FUNDEB - Aplicação Mínimo 90%

O Resultado de (3,25%) indica que o percentual das receitas recebidas do FUNDEB não aplicado no exercício está dentro do limite estabelecido no art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020.

6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

A Complementação da União ao FUNDEB é um mecanismo de repasse de recursos federais para a educação básica pública, com o objetivo de promover equidade na distribuição dos recursos, reduzindo desigualdades regionais e socioeconômicas.

A complementação da União é distribuída em três modalidades, de acordo com critérios específicos:

- **Valor Anual por Aluno FUNDEB (VAAF) - 50% da complementação**
Destinado a estados e municípios que não atingem um valor mínimo de investimento por aluno com os recursos próprios do FUNDEB.
- **Valor Anual Total por Aluno (VAAT) - 35% da complementação**
Beneficia redes de ensino cuja arrecadação total vinculada à educação (incluindo outros impostos e transferências) não atinge um patamar mínimo por aluno.
 1. Pelo menos 50% dos recursos da complementação VAAT, nos municípios, devem ser aplicados na educação infantil.
 2. No mínimo 15% desses recursos devem ser aplicados em despesas de capital.
- **Valor Anual por Aluno para Equidade e Qualidade (VAAR) - 15% da complementação**
Mecanismo que reconhece o esforço das redes de ensino na redução de desigualdades educacionais e na melhoria da qualidade da educação.





Dessa forma, os municípios que recebem recursos da Complementação VAAT devem cumprir duas exigências principais:

1. Mínimo de 50% dos recursos destinados à Educação Infantil

- Aplicação prioritária em creches e pré-escolas, visando ampliar e qualificar a oferta de atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

2. Mínimo de 15% dos recursos aplicados em Despesas de Capital

Esses recursos devem ser investidos em melhorias permanentes na rede de ensino.

Da análise das informações do exercício atual é possível verificar que:

1) C. GOV M - FUNDEB 50% - Ed. Infantil - COMPL UNIÃO

O percentual destinado na Educação Infantil da Complementação da União (VAAT) demonstrado no Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB, do Anexo: 7 - EDUCAÇÃO (58,51%), assegura o cumprimento do percentual mínimo de 50% estabelecido no Art. 212 - A, §3º, CF/88.

2) C. GOV M - FUNDEB 15% - DESP CAPITAL - COMPL UNIÃO

O percentual da Complementação da União (VAAT) destinado para despesas de capital demonstrado no Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB, do Anexo: 7 - EDUCAÇÃO (20,45%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15% estabelecido no Art. 212 - A, XI, CF/88.

6. 3. SAÚDE

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.





A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Atendendo ao comando do art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, foi publicada a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecendo em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Quanto à formação da base de cálculo para as ASPS, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005, que exclui o IRRF da base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

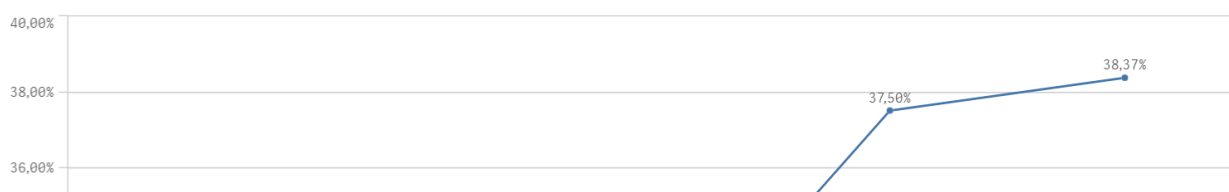
Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

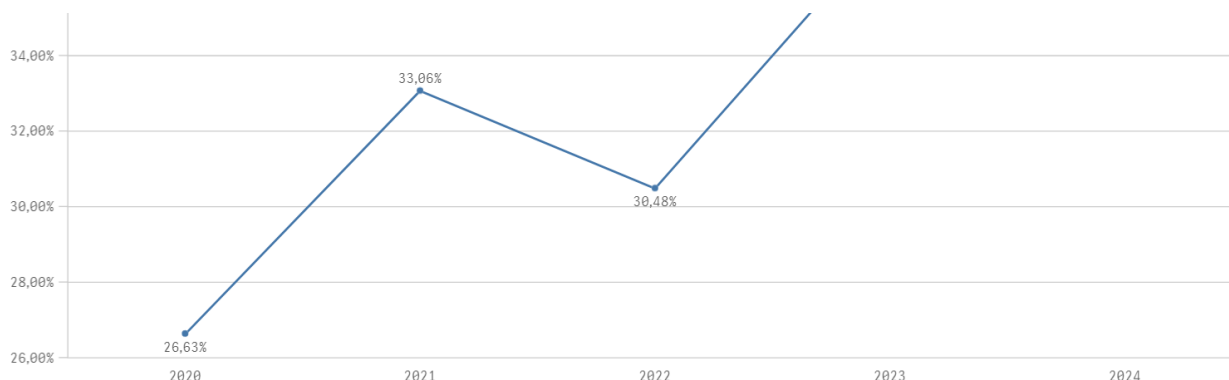
No período 2020/2024, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, **atenderam** à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	26,63%	33,06%	30,48%	37,50%	38,37%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde - APLIC). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Saúde





Assim, da análise das informações, constata-se que:

1) C. GOV M - Aplicação em ASPS

O percentual aplicado no exercício de 2024 (38,37%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

6. 4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar n.º 101/2000, em seu art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF

A Lei Complementar n.º 101/2000, em seu art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2020/2024, manteve-se abaixo do valor máximo permitido, com exceção do Poder Executivo no exercício de 2024, que ficou em 56,88%, conforme se observa a seguir:





LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2020	2021	2022	2023	2024
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					
Aplicado - %	52,34%	51,73%	50,52%	51,55%	56,88%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					
Aplicado - %	2,14%	1,51%	1,73%	1,87%	1,76%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	54,48%	53,24%	52,25%	53,42%	58,64%
Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).					

Para apuração do limite de gasto com pessoal do Poder Executivo, a 2ª SECEX encaminhou à Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte o Ofício Circular nº 2 /2025/2ª SECEX, solicitando a Declaração quanto à existência de terceirizações de serviços com execução de atividades por Organizações Sociais - OS, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, Cooperativas ou quaisquer outras entidades sem fins lucrativos.

Porém, o referido ofício não foi respondido.

Não obstante, no Relatório Preliminar das Contas Anuais de Governo do exercício de 2023, foi informado que a Prefeitura de Guarantã do Norte “terceiriza serviços por meio de contrato com o Instituto SAGEP - Saúde, Gestão e Projetos e com o Instituto Social de Saúde São Lucas.

Em consulta ao Sistem Aplic, verificou-se que ambos os contratos estiveram vigentes no exercício de 2024, tendo sido empenhado os seguintes valores totais:

CREDOR	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO
INSTITUTO SAGEP - SAUDE, GESTÃO E PROJETOS	34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	1.441.129,36
INSTITUTO SAGEP - SAUDE, GESTÃO E PROJETOS	43 - Subvenções Sociais	12.048.554,59
INSTITUTO SOCIAL DE SAUDE SAO LUCAS	85 - Contrato de Gestão	19.917.175,32
TOTAL		33.406.859,27

Conforme demonstrado acima, o montante de R\$ 1.441.129,36 já foi computado na Despesa Total com Pessoal, uma vez que foi empenhado no elemento





de despesa 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

Com relação ao valor de R\$ 12.048.554,59, empenhado como 43 - Subvenções Sociais, em consulta a algumas faturas enviadas ao Sistema Aplic, verificou-se tratar de valores pagos a médicos e técnicos, ou seja, também se refere a despesas com terceirização de pessoal, a exemplo das faturas contantes do Apêndice C (fls. 2 a 5).

Dessa forma foi adicionado ao valor das DTP o montante de R\$ 31.965.729,91 (12.048.554,59 + 19.917.175,32), conforme relação dos empenhos no Apêndice C (fls. 6 a 14).

A partir da análise das informações sobre o total de gastos com pessoal do Poder Executivo é possível verificar o que segue:

1) C. GOV M - Pessoal _Limite_LRF

Nos gastos com pessoal do Poder Executivo não foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 114.229.615,80, correspondente a 56,88% da RCL Ajustada, não assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF. AA06.

Dispositivo Normativo:

Arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000

1.1) Não atendimento ao limite máximo de 54% com Depsesas de Pessoal. - AA06

Conforme demonstrados nos Quadros 9.3 e 9.4, do Anexo 9 - Pessoal, o total da despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo foi de R\$ 114.229.615,80, que corresponde a 56,88% da Receita Corrente Líquida Ajustada.





Portanto, a DTP do Poder executivo excedeu em 2,88 pontos percentuais o Limite Máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal.

6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO

O total da despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo (Quadros 9.3 e 9.4 do Anexo 9 - Pessoal) foi de R\$ 114.229.615,80, que correspondeu a 56,88% da Receita Corrente Líquida Ajustada, estando acima do Limite Máximo (54%) estabelecido no art. 20, inc. III, “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em virtude do atingimento do Limite Máximo de Gastos com Pessoal previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal é vedado ao Poder (Executivo/Legislativo):

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.





Ademais, de acordo com o art. 23 da LRF, cabe ao Poder Executivo eliminar o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 29-A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;
- II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;
- III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;
- IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;
- V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;
- VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

Além disso, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29-A, CF;





- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

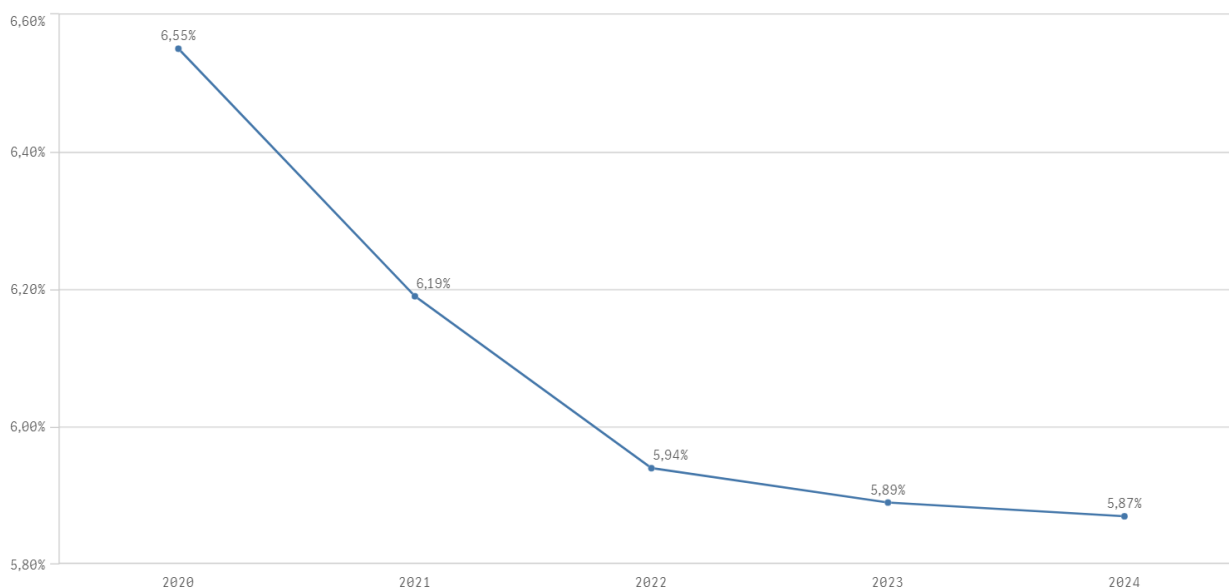
No caso do Município de **GUARANTA DO NORTE**, com Estimativa de População do Município - IBGE - 2024 de **31.328** habitantes, o percentual de repasse fica estabelecido em **7,00%** da Receita Base.

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2020/2024 está apresentada a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,55%	6,19%	5,94%	5,89%	5,87%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Repasse Legislativo





A partir da análise dos quadros 10.1 e 10.2, constantes no Anexo 10 - Repasse à Câmara Municipal deste relatório, constata-se:

1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram superiores aos limites definido no art. 29-A da Constituição Federal.

O Quadro 10.2, do Anexo 10, demonstra um repasse do Poder Executivo ao Legislativo de R\$ 6.090.000,00, inferior ao limite de 7% da receita base estabelecido pela CF, cujo valor corresponde a R\$ 7.250.930.08.

2) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, III, CF).

O Quadro 10.1 do Anexo 10 demonstra uma previsão orçamentária de repasses ao Poder Legislativo, incluindo suplementações, no valor de R\$ 6.090.000,00, e o Quadro 10.2 mostra que foi repassado pelo Poder Executivo o valor de R\$ 6.090.000,00, exatamente igual ao fixado na LOA.

3) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, II, CF).

Consulta ao sistema Aplic da UG Câmara (Informes Mensais>Contabilidade>Lançamento Contábil>Razão Contábil, conta 45112020100 - Repasse Recebido – Duodécimo) mostra que os repasses foram efetuados até o dia 20 de cada mês, conforme imagem a seguir:

APLIC [Módulo Auditoria] :: CAMARA MUNICIPAL DE GUARANTA DO NORTE :: CNPJ: 24672909000154 ::

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes: Mensais Informes: Envio Imediato Auditoria Impressões Cruzamento de Dados Ajuda...

Razão Contábil
:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Mês de referência: DEZEMBRO Conta contábil: 45112020100

Data	Cód. Conta	Descrição	Val. crédito Histórico
12/01/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	100.000,00 REF. RECEBIMENTO DE ANTECIPACAO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA DO MES 01/2024
18/01/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	407.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA DO MES 01/2024
19/02/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	507.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA DO MES 02/2024
19/03/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	507.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA DO MES 03/2024
17/04/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	507.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA DO MES 04/2024
20/05/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	507.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA DO MES 05/2024
20/06/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	507.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA DO MES 06/2024
19/07/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	507.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA DO MES 07/2024
20/08/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	507.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA DO MES 08/2024
20/09/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	507.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA 09/2024
18/10/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	507.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA 10/2024
19/11/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	507.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA 11/2024
19/12/2024	45112020100	REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO	507.500,00 REF. RECEBIMENTO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DA COMPETENCIA 12/2024





6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF

O dispositivo constitucional 167-A preconiza que:

Art. 167-A. **Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento)**, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e;





d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º





deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente

§ 5º As disposições de que trata este artigo.

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifo nosso)

Em linhas gerais, o artigo 167-A da Constituição Federal prevê que nos casos em que a relação entre as despesas e receitas correntes do Ente atingir o limite de 95%, algumas restrições deverão ser adotadas visando controlar as despesas com pessoal, como, por exemplo, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.





Importa constar que conforme redação do dispositivo constitucional mencionado, trata-se de uma “faculdade” aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, quando apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento).

Todavia, se o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos Órgãos e Poderes a que se refere.

Os Tribunais de Contas serão responsáveis por atestar o percentual da relação entre a receita e a despesa corrente e, caso esse percentual supere 95% (noventa e cinco por cento), atestar a adoção dos mecanismos de ajustes fiscal estabelecidos.

A seguir apresenta a relação entre despesas correntes e receitas correntes dos exercícios de 2021 a 2024:

Exercício	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 140.391.238,02	R\$ 113.984.831,31	R\$ 4.362.881,71	84,29%
2022	R\$ 170.598.873,75	R\$ 150.122.264,54	R\$ 4.670.247,75	90,73%
2023	R\$ 200.825.733,70	R\$ 182.801.743,78	R\$ 5.757.511,33	93,89%
2024	R\$ 224.479.053,75	R\$ 203.972.364,06	R\$ 2.726.885,72	92,08%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

O quadro acima demonstra que a relação entre as despesas correntes e as receitas correntes do Município de GUARANTÃ DO NORTE permaneceu dentro do limite estabelecido no art. 167-A da CF em todo o período analisado, de 2021 a 2024.

Não obstante, cabe ressaltar o que preconiza o § 1º do art. 167-A da CF, a seguir transcrito:

Art. 167-A. (...)
[...]





§ 1º Apurado que a despesa corrente **supera 85% (oitenta e cinco por cento)** da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos. (grifou-se)

Dessa forma, tendo em vista que o percentual apurado no exercício de 2024 (92,08%) supera 85% e, ainda, que está muito próximo do limite máximo, cabe recomendar ao Gestor que implemente, dentro possível, as medidas de acompanhamento e de redução da despesa corrente sugeridas nos incisos I a X do caput do art. 167-A da CF.

7. REGIME PREVIDENCIÁRIO

Os servidores efetivos do município estão vinculados Regime Próprio de Previdência - RPPS e os demais ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

7. 1. NORMAS GERAIS

7. 1. 1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP

Índice de Situação Previdenciária - ISP-RPPS é um instrumento do Ministério da Previdência Social que mede a qualidade da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos entes federativos. Criado para avaliar a gestão, sustentabilidade financeira e equilíbrio atuarial dos RPPS, o índice utiliza dados informados pelos próprios entes no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.





A Portaria SPREV n.º 14.762/2020 estabelece a composição, metodologia de aferição e periodicidade do Indicador de Situação Previdenciária e autoriza sua publicação. Nos termos de seu art. 4º, tem-se que a metodologia do ISP-RPPS envolve a análise de três dimensões principais: gestão e transparência, situação financeira e situação atuarial. Cada uma dessas dimensões é composta por indicadores específicos, como regularidade previdenciária, envio de informações, modernização da gestão, suficiência financeira, acumulação de recursos e cobertura de compromissos previdenciários. Os entes federativos recebem classificações A, B ou C, conforme o desempenho em cada indicador.

Portaria SPREV n.º 14.762/2020

Art. 4º A classificação do ISP-RPPS será determinada com base na análise dos indicadores abaixo, relacionados aos seguintes aspectos:

I - gestão e transparência:

- a) Indicador de Regularidade;
- b) Indicador de Envio de Informações;
- c) Indicador de Modernização da Gestão;

II - situação financeira:

- a) Indicador de Suficiência Financeira;
- b) Indicador de Acumulação de Recursos;

III - situação atuarial: Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.

§ 1º A cada indicador será atribuída uma **classificação A, B ou C**.

§ 2º Para os indicadores a que se referem os incisos II e III do caput, será atribuída a classificação C caso os demonstrativos utilizados em seu cálculo não tenham sido enviados no prazo previsto no inciso I do caput do art. 2º. (grifado)

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 assim dispõe:

Portaria MTP n.º 1.467/2022

Art. 238. O Índice de Situação Previdenciária dos Regimes





Próprios de Previdência Social - ISP-RPPS será aferido anualmente segundo conceitos, critérios de composição, metodologia de cálculo e periodicidade estabelecidos pela SPREV.

§ 1º Para apuração do ISP-RPPS serão utilizadas as informações de que trata o art. 241, relativas ao exercício anterior ao de sua divulgação, encaminhadas até a data-base estabelecida pela SPREV.

§ 2º Para fins de cálculo e divulgação do ISP-RPPS os regimes próprios serão segregados em grupos, conforme seu porte, calculado pelas quantidades de segurados e beneficiários do RPPS, e subgrupos, de forma a refletir o grau de maturidade da sua massa.

§ 3º As informações detalhadas sobre a composição e metodologia de aferição do ISP-RPPS serão disponibilizadas pela SPREV na página da Previdência Social na Internet por meio de relatório anual, com a correspondente memória de cálculo do índice.

§ 4º Após ser publicado o relatório anual de que trata o § 3º, os interessados terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar à SPREV, impugnação aos resultados apresentados, cuja apreciação e decisão serão informadas aos interessados em até 30 (trinta) dias contados do encerramento do prazo para apresentação da impugnação, procedendo-se, então, se for o caso, à revisão do ISP-RPPS que será considerado válido até a próxima divulgação anual do índice.

§ 5º Caso ocorra alteração de composição ou de metodologia de aferição do ISP-RPPS antes do prazo de 3 (três) anos da última alteração, os resultados com a antiga metodologia deverão continuar a ser divulgados até o término desse período.





Na edição de 2024, incorporou-se o Indicador de Reforma RPPS e Vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC. Essa métrica reflete a adoção de reformas previdenciárias pelos entes, conforme exigências da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

O índice é essencial para avaliar a saúde previdenciária dos estados e municípios, influenciando a concessão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, que não busca comparar diretamente os entes, mas garantir que boas práticas sejam seguidas para um sistema previdenciário sustentável.

De acordo com o Relatório Final do Indicador de Situação Previdenciária, publicado em 03/12/2024, pelo Ministério da Previdência Social, o Município de **GUARANTA DO NORTE** apresenta a classificação **C**, conforme se demonstra a seguir:

ENTE	UF	GRUPO	SUBGRUPO	ISP	PERFIL AUTARIAL
GUARANTÃ DO NORTE	MT	MÉDIO PORTE	MENOR MATURIDADE	C	II

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria>

Nesse sentido, recomenda-se ao gestor municipal que promova ações conjuntas com o RPPS, a fim de adotar medidas para fortalecer a governança e gestão, aprimorar a suficiência financeira, a acumulação de recursos, bem como a melhoria da situação atuarial. Essas ações visam garantir uma administração mais eficiente e sustentável dos recursos previdenciários, contribuindo para a melhoria da classificação no ISP.

7. 1. 2. PRÓ-GESTÃO RPPS

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS foi instituído pela Portaria MPS n.º 185/2015 e objetiva incentivar a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária pelos RPPS, de forma a melhorar o controle dos ativos e passivos e dar maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade, consoante estabelece o art. 236 da Portaria MTP n.º 1.467/2022. Em seu §1º, prevê que a





adesão ao Pró-Gestão é facultativa e deve ser formalizada por termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS, conforme cita-se a seguir:

Portaria MTP n.º 1.467/2022:

Art. 236. O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS n.º 185, de 14 de maio de 2015, tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

§ 1º A adesão ao Pró-Gestão RPPS é facultativa, devendo ser formalizada por meio de termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS.

O Programa possui 3 dimensões - Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária - e 4 níveis de aderência conforme a complexidade, o porte e a estrutura organizacional que os RPPS podem alcançar, sendo o Nível I o mais simples e o Nível IV o mais avançado, com prazo de validade de 3 anos.

Como vantagens proporcionadas pela certificação, o Manual do Pró-Gestão RPPS elenca:

- a) Melhoria na organização das atividades e processos; b) Aumento da motivação por parte dos colaboradores; c) Incremento da produtividade; d) Redução de custos e do retrabalho; e) Transparência e facilidade de acesso à informação; f) Perpetuação das boas práticas, pela padronização; g) Reconhecimento no mercado onde atua.





Em consulta ao Radar Previdência, na data de 22/05/2024, verificou-se que o RPPS de GUARANTÃ DO NORTE se encontra no Nível de Acesso à Certificação do Pró-Gestão, classificação esta dada àqueles regimes de previdência que pretendem ingressar no programa, além de preparar o seu ambiente organizacional e, avançar na certificação para os Níveis I a IV. Contudo, essa situação se perdura desde 2020 e o RPPS não obteve a certificação até o momento.

Por isso, sugere-se a recomendação para que o RPPS conclua os procedimentos para a efetiva certificação do Pró-Gestão RPPS, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185/2015, para a implementação do Programa e a obtenção da certificação institucional, conforme Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008/2024.

7. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Previdência Social, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

1) Na análise das informações extraídas, em 22/05/2025, no endereço <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>, constatou-se que o Município de GUARANTÃ DO NORTE, por meio do CRP n.º 989887-239056, encontra-se REGULAR, com o Certificado de Regularidade Previdenciária (via administrativa).



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Guarantã do Norte UF: MT
CNPJ Principal: 03.239.019/0001-83

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº





9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 11/12/2024
VÁLIDO ATÉ 09/06/2025

N.º 989887 -
239056

7. 1. 4. UNIDADE GESTORA ÚNICA

A Portaria n.º 1.467, de 02/06/2022, disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamentos dos RPPS, e mantém a vedação de existência de mais de um RPPS e unidade gestora em cada ente federativo, conforme art. 71, *in verbis*:

Portaria MTP n.º 1.467/2022

(...)

Art. 71. É vedada a existência de mais de um RPPS para os segurados desse regime em cada ente federativo e de mais de uma unidade gestora.

§ 1º A unidade gestora única deverá gerenciar, direta ou indiretamente, a concessão, o pagamento e a manutenção, dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte devidos a todos os segurados e beneficiários do RPPS e a seus dependentes, relativos a todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

§ 2º Há gerenciamento indireto quando a concessão, o





pagamento e a manutenção dos benefícios forem executados por outro órgão ou entidade integrante da correspondente Administração Pública, atendendo-se, porém, na realização daquelas atividades, ao comando, à coordenação e ao controle da unidade gestora única.

A Emenda Constitucional n.º 103/2019 registrou como mandamento constitucional a referida obrigação, estabelecendo:

Constituição Federal de 1988

Art.40.(...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103, de 2019)

1) Constatou-se que o município possui unidade gestora única do RPPS.

Da análise da previdência social dos servidores do Município de GUARANÃ DO NORTE, verifica-se que esses estão vinculados ao FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE GUARANTA DO NORTE - PREVIGUAR, não sendo constatados outros Regimes Próprios de Previdência Social.

7. 1. 5. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS

O caput do art. 40 e inc. I do art. 198 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, a fim de que se preserve o equilíbrio financeiro e atuarial e que o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de





forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portanto, é determinação constitucional o recolhimento, tempestivo, da contribuição previdenciária pelo ente público.

De acordo com os dispositivos citados, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso e/ou inadimplência no recolhimento das contribuições patronais e segurados, é de sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.

Portanto, os repasses das contribuições previdenciárias são uma obrigação constitucional, sendo necessário o seu recolhimento dentro do prazo, a fim de não ocasionar o pagamento de **juros e multas por atraso**, não podendo ser tratado como despesas flexíveis de pagamento ou como uma forma de financiamento de outras despesas.

Registra-se que a inadimplência previdenciária prejudica a saúde financeira dos RPPS e, por via de consequência, sua capacidade de pagar eventuais benefícios aos seus segurados.

7. 1. 5. 1. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS

De acordo com o Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno (Apêndice D) nos termos da Resolução Normativa nº 12/2020-TP, o Controlador Interno informou a **adimplência** de contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, do exercício de 2024, conforme demonstrado no Anexo 14, Quadros 14.2, 14.4 e 14.6.

Consta no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Apêndice E), enviado ao Sistema Aplic, conforme





consulta realizada em 21/05/2024, a **adimplência** de contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, do exercício de 2024, conforme demonstrado no Anexo 14, Quadros 14.1, 14.3 e 14.5..

Além disso, verificou-se a **adimplência** de contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, do exercício de 2024, por meio das informações encaminhadas via Sistema Aplic.

Demonstra-se na tabela, a seguir, a consolidação das informações citadas acima:

Contribuições Previdenciárias Patronais:

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 7.444.357,38	R\$ 7.444.357,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
APLIC	R\$ 7.444.357,38	R\$ 7.444.357,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 7.444.376,97	R\$ 7.444.376,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias e Documentos Diversos

Contribuições Previdenciárias dos servidores:

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 4.789.495,84	R\$ 4.789.495,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
APLIC	R\$ 4.789.495,84	R\$ 4.789.495,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 4.789.142,49	R\$ 4.789.142,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias; APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais>Documentos Diversos

Contribuições Previdenciárias Suplementares:





Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos monetários Pagos		Diferença em R\$ (A-B)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 6.603.640,59	R\$ 6.603.640,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
APLIC	R\$ 6.603.640,59	R\$ 6.603.640,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 6.327.702,14	R\$ 6.327.702,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias; APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais>Documentos Diversos

1) Foi constatada a adimplência das contribuições previdenciárias patronais

Da análise do Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Controle Interno, das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic e da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias, verificou-se o repasse das contribuições previdenciárias patronais, no valor de **R\$ 7.444.357,38**, referente ao período de 2024, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social.

2) Foi constatada a adimplência das contribuições previdenciárias dos segurados.

Da análise do Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Controle Interno, das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic e da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias, verificou-se o repasse das contribuições previdenciárias dos segurados, no valor de **R\$ 4.789.495,84**, referente ao período de 2024, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social.

3) Foi constatada a adimplência das contribuições previdenciárias suplementares.

Da análise do Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Controle Interno, das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic e da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias, verificou-se o repasse das contribuições previdenciárias suplementares, no valor de **R\$ 6.603.640,59**, referente ao período de 2024, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social.

7. 1. 5. 2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS





Conforme pesquisa realizada em 22/05/2025 ao endereço eletrônico <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml>, o Município de GUARANTÂ DO NORTE não possui nenhum Acordo de Parcelamento de Contribuições Previdenciárias.

7. 1. 6. ATRASO NO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS

7. 1. 6. 1. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS

1) Constatou-se o repasse em dia das contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares.

Da análise do Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Controle Interno, das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic e da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias, verificou-se o repasse regular das contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, referentes ao exercício de 2024, devidas pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social.

7. 2. GESTÃO ATUARIAL

7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A EC n.º 103/2019 determinou que cada um dos entes federados realizasse sua própria reforma da previdência, pela fixação de alíquota mínima de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores, pela limitação dos benefícios previdenciários à aposentadoria e à pensão por morte e pela instituição da previdência complementar para os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o





limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para o valor das aposentadorias e das pensões pagas pelos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

No que tange à instituição do Regime de Previdência Complementar - RPC, conforme mencionado, a sua implementação é obrigatória pelos municípios que possuem RPPS. A instituição do RPC se dá pela aprovação da lei de implantação do regime, cujo projeto deve ser de iniciativa do poder executivo municipal, e pela vigência do RPC. Esta se dá pela autorização do convênio de adesão ao plano de benefícios da entidade de previdência complementar pelo órgão fiscalizador competente, caso haja o ingresso de segurados no RPPS com remuneração acima do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, após a instituição do RPC, ou após essa data, para os que vierem a admitir novos servidores que se enquadrem nessa situação, nos termos do art. 158 da Portaria MTP n.º 1.467/2022.

A mesma EC facultou aos entes estabelecer regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas aos seus respectivos RPPS.

O Ministério da Previdência Social identifica dois tipos de reforma da previdência:

1. Reforma da Previdência Ampla - Quando há uma reestruturação significativa no sistema previdenciário, podendo envolver mudanças nas regras de acesso (idade mínima, tempo de contribuição), cálculo de benefícios, regime de capitalização ou repartição, entre outras medidas que afetam a maior parte dos segurados.

2. Reforma da Previdência Parcial - Quando as mudanças são mais pontuais e atingem apenas grupos específicos de beneficiários, como servidores públicos, militares ou determinadas categorias de trabalhadores. Essa reforma pode incluir ajustes em alíquotas de contribuição, regras de transição ou criação de novas condições para aposentadoria.

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social - CNRPPS emitiu a Recomendação/MTP n.º 2, de 19 de agosto de 2021, nos seguintes termos:





CONSIDERANDO que o planejamento e a gestão previdenciária, no que se refere ao equilíbrio financeiro e atuarial, se não bem direcionados, afetarão a capacidade do ente federativo desenvolver outras políticas públicas de relevo, e ameaçarão também a garantia do correto e pontual pagamento de todas as aposentadorias e pensões de responsabilidade do regime previdenciário;

torna público ter deliberado em sua 5ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2021:

1 - **Orientar** os entes federativos quanto à **necessidade de adotarem as providências para a adequação do rol de benefícios e das alíquotas de contribuição do RPPS e para a instituição e vigência do regime de previdência complementar.**

2 - **Recomendar** aos entes federativos que adotem providências relacionadas à **discussão e aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios**, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. (grifado)

(...)

Em consulta ao Radar Previdência, constata-se que o Município GUARANTÃ DO NORTE realizou a reforma **parcial**, conforme se demonstra:





100,00%

de 106 RPPS Municipais

20 km

Realizaram Reforma Ampla Realizaram Reforma Parcial

Sugere-se a recomendação ao município para que adote providências relacionadas à discussão e viabilidade de aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios acerca das regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas ao seu RPPS, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.

1) O Município fixou a alíquota mínima de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores.

Conforme consulta à Lei Complementar Municipal nº 91/2005, verifica-se que o Município fixou a alíquota mínima de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores.

Art. 44. A Receita do PREVIGUAR será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

I - das contribuições mensais dos segurados ativos, definidas pelo § 1º do Art. 149 da CF/88, igual a 14% (quatorze por cento) calculada sobre o vencimento dos servidores ativos;

2) O município limitou os benefícios previdenciários à aposentadoria e à pensão por morte.

Conforme consulta à Lei Complementar Municipal nº 288/2020, verifica-se que o Município limitou os benefícios previdenciários à aposentadoria e à pensão por morte, conforme seu art. 3º a seguir reproduzido:

Art. 3º O rol de benefícios a ser concedido pelo PREVIGUAR fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

3) O município instituiu o Regime de Previdência Complementar por meio de lei.





Conforme consulta ao Radar Previdência, verifica-se que o Município **GUARANTA DO NORTE** instituiu o Regime de Previdência Complementar - RPC, por meio da Lei 308/2022.

4) O Município **não** teve o convênio de adesão com entidade fechada de previdência complementar aprovado. LB99.

Dispositivo Normativo:

§6º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019; e art. 158 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

4.1) *Ausência de instituição do RPC e/ou de adesão a convênio com entidade fechada de previdência complementar autorizado. - LB99*

Em consulta ao Sistema Aplic, verificou-se que o município possui servidores efetivos vinculados ao RPPS, com remuneração acima do teto do RGPS, conforme imagem a seguir:

Informações sobre a(s) folha(s) de pagamento				
Matrícula	CPF	Servidor	Mês de referência Descrição	Valor Base
▶ 0000001...	177...	ADRIANA APARECIDA DA SILVA GONÇALVES	Janeiro	8.375,82
0000048...	993...	CAMILO FERNANDO BALBINOT	Janeiro	19.714,85
0000000...	571...	CLEONICE TEREZINHA SROCZYNSKI ZACCHI	Janeiro	8.238,89
0000004...	014...	CRISTIANO NORBERTO DOS SANTOS	Janeiro	14.242,64
0000002...	280...	CYNTHIA REGINA LISBOA DE SOUZA	Janeiro	10.344,44
0000000...	631...	DIANE TONON CAOVILLA	Janeiro	8.238,89
0000000...	784...	FABIANA CRISTINA ROTTA	Janeiro	8.238,89
0000000...	433...	FABIANE TEREZINHA PIN BONFANTI	Janeiro	8.238,89
0000000...	299...	GILVANE COSTA BOHRY	Janeiro	8.238,89
0000004...	030...	GLAYSE ANNY FOGAÇA	Janeiro	8.802,76
0000205...	222...	GRAZIELE JARDIM PISSINELLI	Janeiro	9.556,67
0000000...	487...	JAIR TAVARES	Janeiro	9.615,69
0000000...	865...	JANICE TERESINHA CALIONI	Janeiro	8.238,89
0000000...	381...	JOACI SOARES DO NASCIMENTO	Janeiro	13.342,09
0000004...	013...	JOAO CARLOS REZENDE	Janeiro	18.281,07
0000003...	787...	JOARES RIBEIRO DE OLIVEIRA	Janeiro	8.620,14
0000002...	940...	JULIANO APARECIDO BOCCHIO	Janeiro	10.344,44
0000000...	020...	KATIA BRAMBILLA	Janeiro	8.586,97
0000002...	988...	KATIA DE PAULA AVELINO SERAFINI	Janeiro	10.141,67
0000001...	272...	LAIS KELI FERRETE GUIMARAES	Janeiro	10.977,63
0000001...	564...	LOREN RENATA IRIBARREM FURTADO	Janeiro	9.140,84
• 0000000...	593...	LUCIDIO LUIZ GARBINATO	Janeiro	8.703,02





Diante disso, o município deveria ter o convênio junto a uma entidade fechada de previdência complementar aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, nos termos do art. 58 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

No entanto, foi constatado que, apesar de já ter instituído o regime de previdência complementar para os seus servidores públicos titulares de cargo efetivo, o município **não** teve o convênio com entidade fechada de previdência complementar autorizado, permanecendo sem limite para o valor das aposentadorias concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

7. 2. 2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é documento a ser elaborado por atuário, de acordo com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, o qual caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que apresenta parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece os seguintes parâmetros acerca do referido documento:

Art. 26. Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, observados os seguintes parâmetros:

I - elaboração por atuário habilitado;

II - embasamento na Nota Técnica Atuarial - NTA;





III - demonstração da situação do RPPS em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, considerando as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e a legislação do ente federativo vigentes na data focal;

IV - inclusão de todos os benefícios concedidos e a conceder e respectivos critérios para sua concessão, manutenção e pagamento, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano de benefícios;

V - fornecimento das projeções atuariais e da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000;

VI - apuração das provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público; e

VII - definição do resultado atuarial do RPPS, com a apuração dos custos normal e suplementar e dos compromissos do plano de benefícios, para estabelecer o plano de custeio de equilíbrio do regime, embasado em regime financeiro e método de financiamento descritos na NTA, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão dos planos vigentes.

§ 1º Os resultados das avaliações atuariais anuais deverão ser registrados no Relatório da Avaliação Atuarial que deverá fornecer aos dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS e aos gestores e representantes legais dos entes federativos informações que possibilitem o contínuo acompanhamento da solvência e liquidez do plano de benefícios. (Redação dada pela Portaria MTP n.º 3.803, de 16 /11/2022)

§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial deverá demonstrar os ganhos e perdas atuariais.

§ 3º Para registro das provisões matemáticas previdenciárias de que trata o inciso VI do caput deverá ser utilizado método de financiamento alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público e, no caso de, adicionalmente, ser utilizado





outro método para a avaliação da situação atuarial do RPPS, seus resultados deverão ser apresentados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

§ 4º Deverão ser elaboradas avaliações atuariais anuais para apuração dos valores dos compromissos e registro das provisões matemáticas previdenciárias nas seguintes situações, observados subsidiariamente os parâmetros de atuária estabelecidos nesta Portaria e as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público: I - em caso de extinção de RPPS; II - para a massa de beneficiários do RPPS sob responsabilidade financeira direta do Tesouro; e III - para os Sistemas de Proteção Social dos Militares - SPSM dos Estados e Distrito Federal.

A obrigatoriedade de os RPPS realizarem a avaliação atuarial está estabelecida na Lei n.º 9.717/1998, a qual determina a sua realização inicial e, em cada exercício, realizado o levantamento dos recursos necessários ao custeio do plano, principalmente, à garantia dos pagamentos dos benefícios aos seus beneficiários, a saber:

Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Redação dada pela Medida Provisória n.º 2.187-13, de 2001).

Em consulta ao Sistema Aplic, verificou-se que a avaliação atuarial do **Fundo Municipal de Previdencia Social de Guarantã do Norte - PREVIGUAR**,





encaminha junto à prestação de contas de governo foi aquela realizada em 2024, com base cadastral de 31/12/2023.

Após contato com o gestor do PREVIGUAR, foi enviada a avaliação atuarial do PREVIGUAR, referente ao exercício de 2024 (Apêndice F), base cadastral de 31/12/2024, realizada pelo atuário Sr. **Álvaro Henrique Ferraz de Abreu**, com registro no MIBA n.º **1072**, vinculado à empresa **Agenda Assessoria**.

1) O Município realizou avaliação atuarial com data focal de 31/12/2024.

Dos documentos apresentados e consulta ao CADPREV (Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial) verifica-se a confecção de avaliação atuarial do exercício de 2024, base cadastral de 31/12/2024.

7. 2. 2. 1. RESULTADO ATUARIAL

O equilíbrio atuarial, conforme o art. 2º, inc. XVII, do Anexo VI, Portaria MTP n.º 1.467/2022, é definido de acordo com os termos a seguir transcritos:

Art. 2º Para os efeitos deste Anexo, considera-se:

(...)

XVII. a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

Assim, pode-se dizer que:

- Receitas estimadas = Obrigações (equilíbrio atuarial)
- Receitas estimadas > Obrigações (superávit atuarial)
- Receitas estimadas < Obrigações (déficit atuarial)





O déficit atuarial indica que o somatório das receitas atuais com as futuras é insuficiente para o pagamento dos compromissos com benefícios previdenciários, ao longo do tempo, necessitando de um plano de amortização para o equacionamento desse déficit.

O gráfico a seguir evidencia a evolução do resultado atuarial dos últimos seis exercícios:

Evolução do Resultado Atuarial



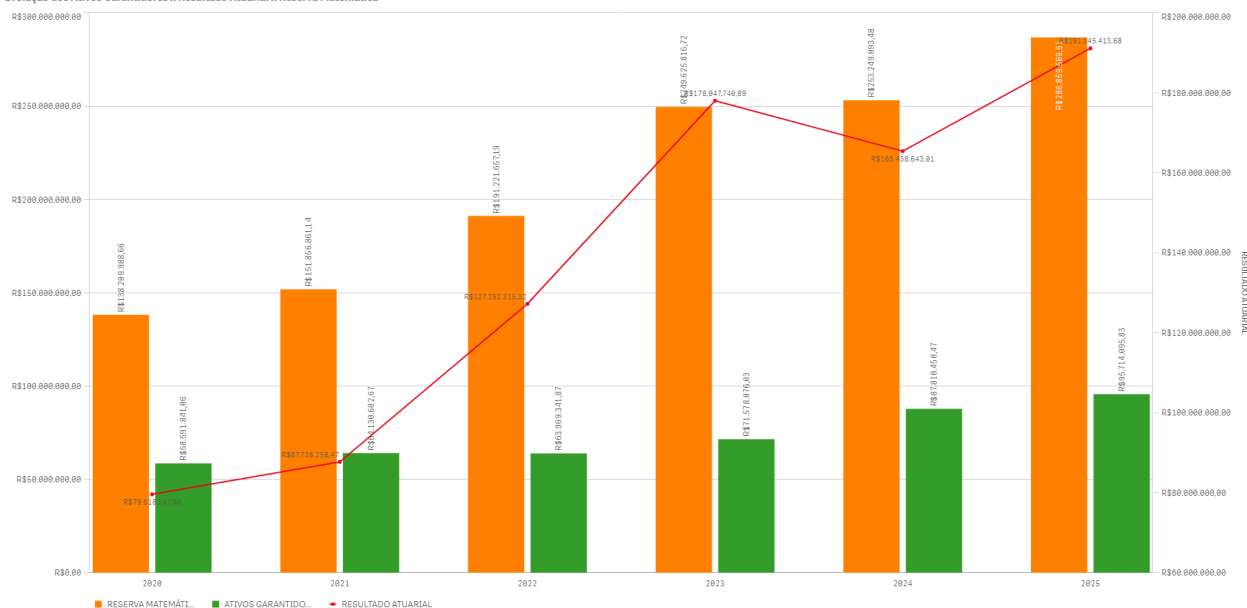
A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece diretrizes para a organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, enfatizando a importância do equilíbrio financeiro e atuarial. Um agravamento do resultado atuarial do município em relação ao exercício anterior pode ser interpretado como uma variação decorrente de mudanças nas hipóteses atuariais, aumento das despesas com benefícios, receitas insuficientes, gestão inadequada dos recursos, taxa de reposição de servidores, dentre outras causas. Essas variações devem ser devidamente acompanhadas de medidas corretivas e preventivas para garantir a sustentabilidade do RPPS a longo prazo.

No gráfico a seguir observa-se que a piora do resultado atuarial do último exercício decorreu do aumento da reserva matemática em proporção bem maior que do crescimento dos ativos garantidores.





Evolução dos Ativos Garantidores x Resultado Atuarial x Reserva Matemática



O art. 55 da Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece como medidas a serem adotadas para o equacionamento do déficit atuarial:

Art. 55. No caso de a avaliação atuarial apurar deficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, que poderão consistir em:

I - plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - segregação da massa;

III - aporte de bens, direitos e ativos, observados os critérios previstos no art. 63; e

IV - adequações das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, na forma do art. 164.

§ 1º Complementarmente às medidas previstas no caput, devem ser adotadas providências para o aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios e para a melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do regime e identificação e controle dos riscos atuariais.

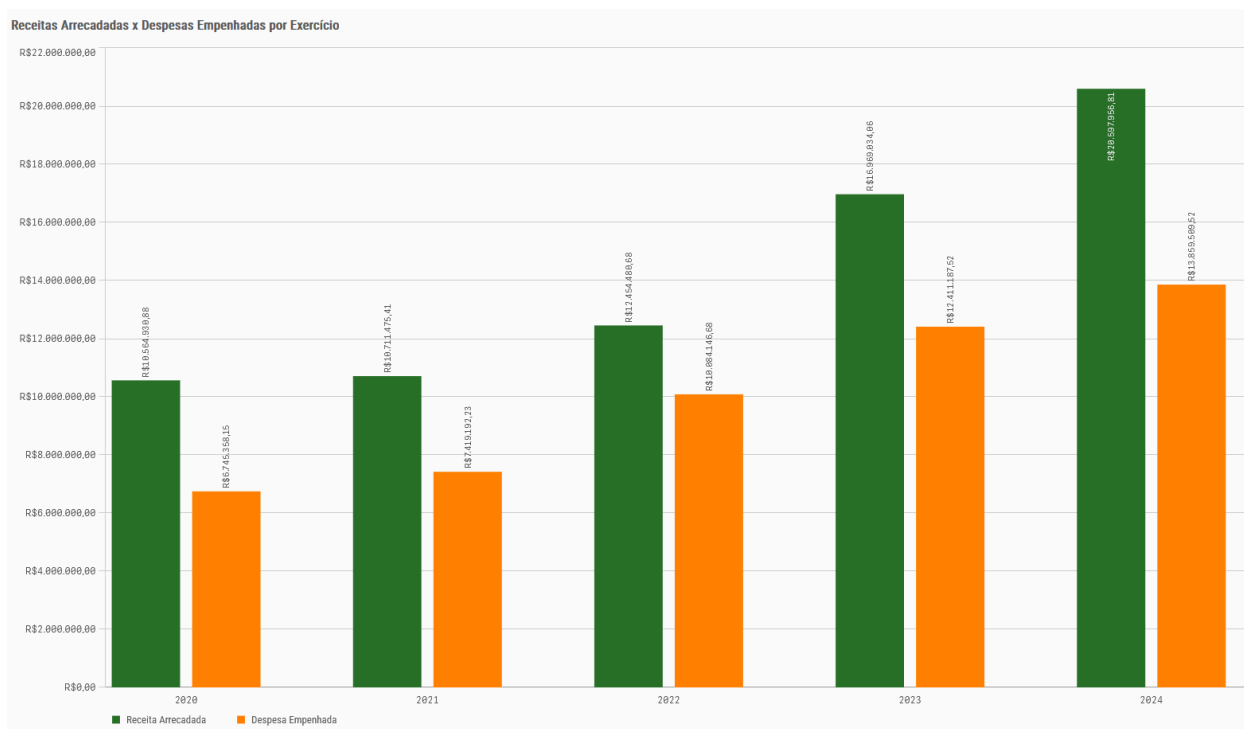




Desse modo, sugere-se que o município adote uma gestão proativa, de modo a avaliar e adotar as medidas permitidas pela Portaria MTP n.º 1.467/2022, em seu art. 55, a fim de equacionar o déficit atuarial.

7. 2. 3. RESULTADO CORRENTE DOS RPPS

Apresenta-se, a seguir, o comparativo entre as receitas arrecadadas pelo RPPS e as despesas empenhadas, a fim de se demonstrar a composição do resultado corrente nos últimos exercícios:

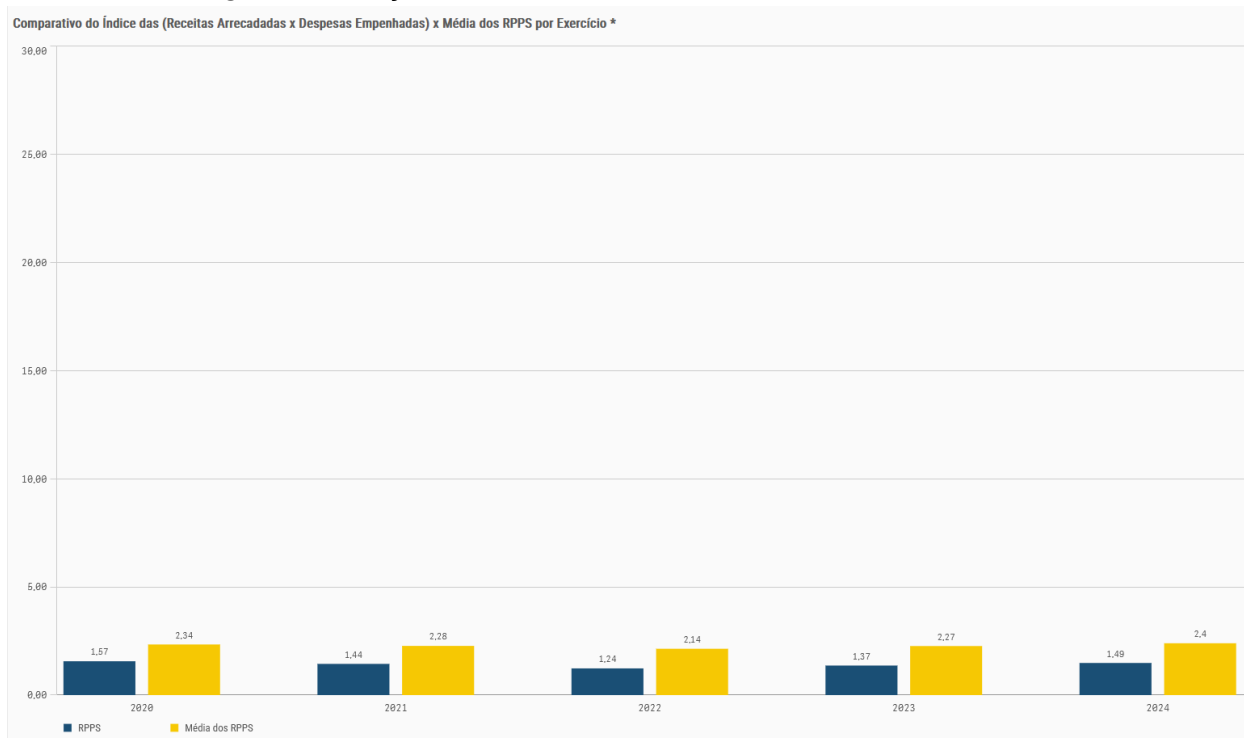


O gráfico acima evidencia que, nos últimos cinco exercícios, a receita arrecadada foi maior que a despesa empenhada.





Na comparação com os demais Regimes Próprios de Previdência Social, verifica-se a seguinte situação:



Apesar da boa situação do PREVIGUAR, que demonstra uma relação positiva entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, sendo de 1,49, no exercício de 2024, o que significa que as receitas correspondem a uma vez e meia as despesas, esse índice é bem menor que o da média dos demais RPPS do Estado, que em 2024 foi 2,4.

7. 2. 4. ÍNDICES DE COBERTURA

7. 2. 4. 1. ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

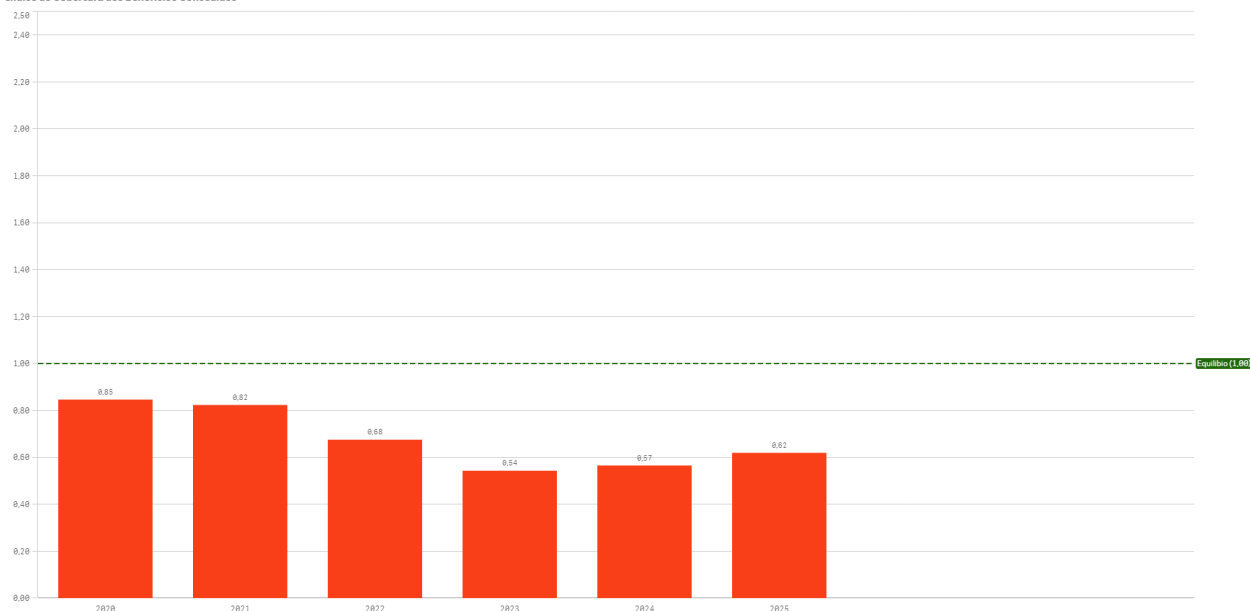
O índice de capacidade de cobertura dos benefícios concedidos é calculado com a informação do valor dos ativos garantidores, dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos, líquido das contribuições futuras dos benefícios concedidos e das compensações previdenciárias a receber, também, relativa a estes benefícios. Quanto mais próximo de 1,00, maior a capacidade de capitalização de





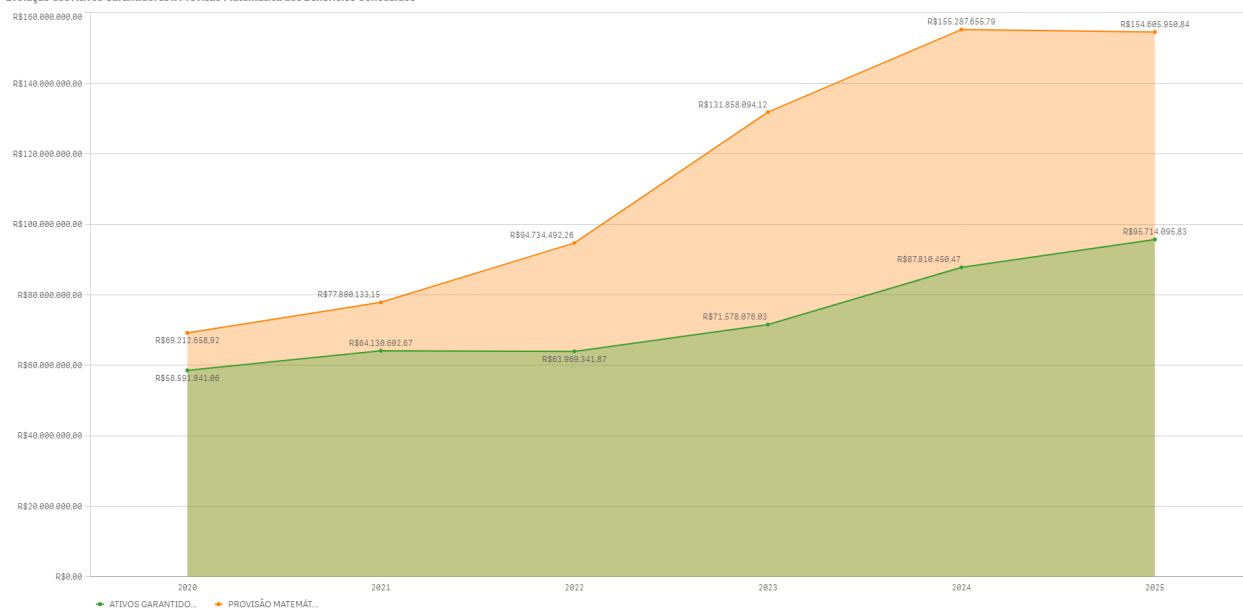
recursos suficientes para a cobertura do valor atual a ser pago aos participantes em pleno gozo dos benefícios.

Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos



Com base no gráfico acima, verifica-se que o processo de capitalização não é suficiente para cobrir a provisão matemática dos benefícios concedidos.

Evolução dos Ativos Garantidores x Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos





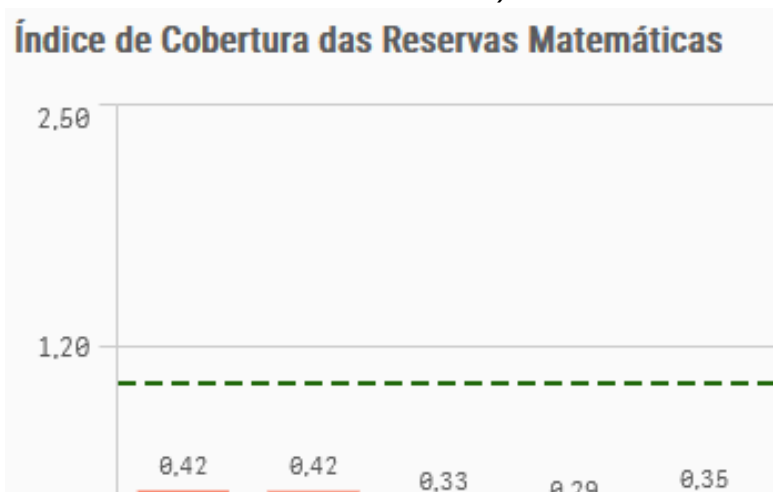
O gráfico acima evidencia que a provisão matemática cresceu a uma proporção bem maior do que aumento dos ativos garantidores, principalmente nos exercícios de 2022 e 2023. Isso refletiu em piora do índice de capacidade de cobertura dos benefícios concedidos.

No exercício de 2024 o índice teve uma pequena melhora. Isso se deu, principalmente, pelo fato de a provisão matemática ter permanecido praticamente estável.

Não obstante, considerando o baixo valor do índice de apenas 0,62, recomenda-se ao gestor municipal que, por intermédio do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), adote providências concretas no sentido de fortalecer os ativos garantidores do plano de benefícios, compatibilizar o crescimento da provisão matemática e a política de custeio vigente e realizar o acompanhamento periódico do índice.

7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS

O índice de cobertura das reservas matemáticas é mensurado com a informação do valor dos ativos garantidores e dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos e a conceder, líquido das contribuições futuras desses benefícios e das compensações previdenciárias a receber. Do mesmo modo, quanto mais o índice se aproximar de 1,00, melhor se apresenta a capacidade de o RPPS em capitalizar recursos suficientes para garantir a totalidade de seus compromissos futuros (cobertura dos benefícios concedidos e a conceder).





O índice de cobertura das reservas matemáticas, conforme se verifica no gráfico, tem se mantido abaixo de 1 em todos os últimos cinco anos, indicando que as reservas matemáticas são insuficientes para cobertura dos benefícios futuros.

Não obstante, verifica-se, também, que esse índice melhorou de 2023 para 2024.

1) Houve aumento do Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas em relação ao exercício anterior.

Na análise do Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas do exercício de 2024 (0,35) e 2023 (0,29), verifica-se que houve um acréscimo na ordem de (0,06) pontos, o que corresponde a uma melhora de 20%.

7. 2. 5. PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio dos Regimes Próprios de Previdência Social envolve a definição do custo normal e custo suplementar do Plano de Previdência, os quais podem ser definidos conforme abaixo:

Portaria MTP n.º 1.467/2022

Anexo VI

Art. 2º Para os efeitos deste Anexo, considera-se:

(...)

IX - custo normal: o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios;

X - custo suplementar: o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit





gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos garantidores necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias;

Anualmente, por meio da avaliação atuarial, é realizada a verificação dos recursos necessários para o custeio do plano de previdência, sendo então proposto, pelo atuário, o reajuste do custo normal e/ou suplementar, quando detectada essa necessidade.

O custo suplementar é utilizado para o equacionamento do déficit atuarial, apurado na avaliação atuarial, ou seja, quando o passivo atuarial for superior ao ativo real do plano.

Nesse sentido, a Avaliação Atuarial deverá identificar as principais causas do déficit atuarial e apresentar soluções possíveis, seus impactos e propor um plano de equacionamento, o qual deve ser implementado por meio de lei.

O art. 55 da Portaria MTP n.º 1.467/2022, estabelece a necessidade de adoção de medidas para equacionamento na hipótese de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial.

Art. 55. No caso de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, que poderão consistir em:

- I - plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;
- II - segregação da massa;
- III - aporte de bens, direitos e ativos, observados os critérios previstos no art. 63; e
- IV - adequações das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, na forma do art. 164.

§ 1º Complementarmente às medidas previstas no caput, devem ser adotadas providências para o aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão,





manutenção e pagamento dos benefícios e para a melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do regime e identificação e controle dos riscos atuariais.

§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial do RPPS, deverá identificar as principais causas do deficit atuarial por meio do balanço de ganhos e perdas atuariais, apresentar cenários com as possibilidades para seu equacionamento e os seus impactos e propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.

(...)

§ 6º O plano de equacionamento do deficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observado o prazo previsto no art. 54.

O **PREVIGUAR** apresentou, por meio da lei **347/2024**, a utilização de plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas com valores preestabelecidos, como forma de amortização do déficit atuarial.

7. 2. 5. 1. DA COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO COM A AVALIAÇÃO ATUARIAL

Para fins de equilíbrio do plano de custeio, na avaliação atuarial do exercício de 2024 foram propostas as seguintes alíquotas:

CUSTO NORMAL	CUSTO SUPLEMENTAR
Alíquota proposta para o exercício	Alíquota/Aporte propota (os) para o exercício
21,90%	20,60%

Apresenta-se, a seguir, o detalhamento das principais informações das alíquotas de custo normal praticadas e do plano de amortização do déficit atuarial, aprovados em lei:

Lei	Data da Lei	Exercício de referência da avaliação atuarial	Detalhamento
			Altera a Lei Complementar nº





Lei	Data da Lei	Exercício de referência da avaliação atuarial	Detalhamento
347/2024	02/07/2024	2023	91/2005, que resstrutura o PREVIGUAR. estabelece as contribuições mensais do Município em 42,50%, sendo: 21,90% relativos ao custo normal e 20,60% relativos ao custo especial.

1) A atual alíquota de custeio normal do RPPS, aprovada pela Lei 347/2024, está de acordo com a necessidade registrada e proposta na avaliação atuarial realizada no exercício de 2024.

2) A atual alíquota para o custeio suplementar do RPPS, aprovada pela Lei 347/2024, está de acordo com a necessidade registrada e proposta na avaliação atuarial realizada no exercício de 2024.

7. 2. 5. 2. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabeleceu a obrigatoriedade de demonstração da viabilidade orçamentária, financeira e fiscal quando da elaboração do plano de custeio para a cobertura do déficit atuarial, inclusive, no tocante aos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar n.º 101/2000, conforme detalhamento a seguir:

Art. 53. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial deverá observar os seguintes parâmetros:

(...)

II - ser objeto de **demonstração em que se evidencie que possui viabilidade orçamentária, financeira e fiscal** do ente federativo, nos termos do art. 64;

Art. 64. Deverão ser garantidos os recursos econômicos suficientes para honrar os compromissos estabelecidos no





plano de custeio e na segregação da massa, cabendo ao ente federativo demonstrar **a adequação do plano de custeio do RPPS à sua capacidade orçamentária e financeira e aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar n.º 101, de 2000.**

§ 1º Os estudos técnicos de implementação e revisão dos planos de custeio, inclusive de equacionamento de déficit atuarial e de alteração da estrutura atuarial do RPPS, deverão avaliar a viabilidade financeira, orçamentária e fiscal para o ente federativo conforme Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, observados o disposto no Anexo VI, a estrutura e os elementos mínimos previstos do modelo disponibilizado pela SPREV na página da Previdência Social na Internet.

§ 2º Os conselhos deliberativo e fiscal do RPPS deverão acompanhar as informações do demonstrativo de que trata este artigo, as quais serão, ainda, encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo para subsidiar a análise da capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para cumprimento do plano de custeio do RPPS. (grifado)

Vale comentar que, além do custo suplementar, para o equacionamento do déficit atuarial, o Ente vinculado ao RPPS tem a obrigatoriedade de honrar mensalmente com o custo normal.

O custo normal diz respeito ao montante de recursos necessários para suprir as necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, de acordo com a Lei n.º 9.717/1998 e a Portaria MTP n.º 1.467/2022, apurado, atuarialmente, sendo composto por uma contribuição mensal a ser paga pelo Ente e a ser descontada dos servidores públicos vinculados ao regime de previdência, por meio da aplicação de um percentual sobre sua remuneração da folha de pagamento.

1) Não foi elaborado/encaminhado o Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio. MC99.

Dispositivo Normativo:





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Resolução do TCE-MT de aprovação do leiaute do Sistema Aplic em cada exercício e Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas; art. 145, do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021

1.1) *Ausência de elaboração/não envio do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Li Complementar nº 347/2024. - MC99*

Conforme consulta ao Sistema Aplic/Portal da Transparência, não se localizou Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio.

No Pronunciamento expresso e Indelegável do Gestor do RPPS sobre as Contas Anuais e sobre o Parecer do Controle (Apêndice G), há a manifestação de que não foi elaborado estudo de viabilidade financeira, econômica orçamentária e fiscal do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS, como mostra a imagem a seguir:

5.10. Houve estudo de viabilidade financeira, econômica, orçamentária e fiscal do Plano de amortização do Deficit Atuarial, inclusive dos Poderes



PREVIGUAR

FUNDO MUN. PREV. SOCIAL DE GUARANTÃ DO NORTE - MT

AV. JATOBÁ, 1.195 - CENTRO / CNPJ 03.201.609/0001-17

FONE: (66) 3552-2001 - e-mail: previguar@ibest.com.br

Site: www.previguar.com.br

vinculados ao RPPS?

Não

Manifestação:

Não se Aplica.





8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira. (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional. - 13ª ed., pág. 74).

8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não-financeiras e tem por objetivo demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Receitas Não-Financeiras - RNF ou Primárias: corresponde ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos, as receitas de privatização e aquelas relativas a superávits financeiros. Para evitar a dupla contagem, não devem ser consideradas como receitas não-financeiras as provenientes de transferências entre as entidades que compõem o Ente federativo.

Despesas Não-Financeiras - DNF ou Primárias: corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.





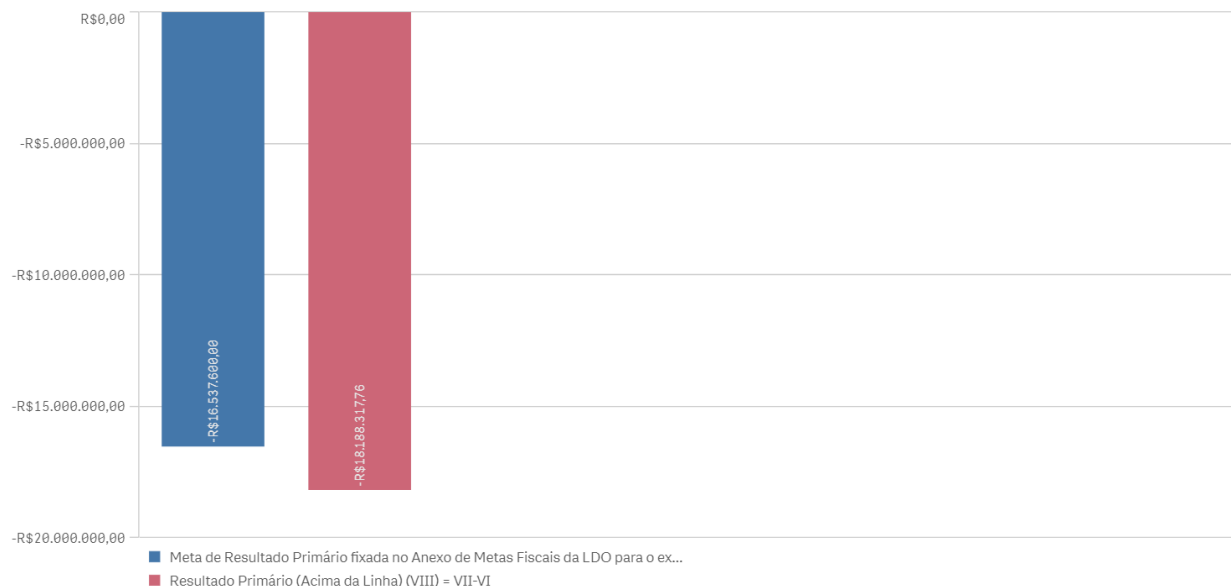
Déficits primários indicam parcela do aumento da Dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassaram as receitas não-financeiras. Superávits primários direcionados para o pagamento de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque da dívida líquida.

A meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2024 é de R\$ -16.537.600,00 e o Resultado Primário alcançou o montante de R\$ -18.188.317,76, ou seja, o valor alcançado está abaixo da meta estipulada na LDO, conforme demonstra o Quadro 11.1 constante no Anexo 11 - Metas Fiscais.

Ressalta-se que se utiliza, para fins de análise, o Resultado “Acima da Linha”, ou seja, a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas). Essa metodologia permite a avaliação dos resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal.

Gráfico Meta de Resultado Primário

Resultado Primário



1) Houve o descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2024. DB99.

Dispositivo Normativo:





Art. 9º, LRF

1.1) A gestão municipal não emitiu ato de limitação de empenho e/ou movimentação financeira em um cenário no qual o comportamento das receitas primárias não foi suficiente para acompanhar o aumento das despesas primárias, o que resultou no não cumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO 2024. - **DB99**

No Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2024 foi definida a meta do Resultado Primário deficitário (negativo) de R\$ 16.537.600,00.

Porém, conforme consta no Quadro 11.2 do Anexo 11 - METAS FISCAIS, o Resultado Primário alcançado foi de -R\$ 18.188.317,76, ou seja, R\$ 1.650.717,76 abaixo da meta estipulada na LDO, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Valor R\$
Receitas Primária Correntes	200.917.476,02
Receitas Primária de Capital	21.920.165,16
Total das Receitas Primárias (A)	222.837.641,18
Despesas Primária Correntes	190.203.018,16
Despesas Primária de Capital	35.843.108,52
Total das Despesas Primárias (B)	226.046.126,68
Restos a Pagar Pagos - Despesas Primária Correntes	6.248.919,00
Restos a Pagar Pagos - Despesas Primária de Capital	8.730.913,26
Total dos Restos a Pagar Pagos (C)	14.979.832,26
Total Geral das Despesas Primárias (D = B + C)	241.025.958,94
Resultado Primário (Acima da Linha) (E = A-D)	-18.188.317,76
Meta estabelecida na LDO	-16.537.600,00
Discrepância entre meta e resultado alcançado	-1.650.717,76

9. POLÍTICAS PÚBLICAS

9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, essencial para o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos. As políticas





públicas de educação são ações e programas implementados pelos governos federal, estadual e municipal visando assegurar o acesso à educação de qualidade para todos. Essas políticas visam não somente a universalização do ensino, mas também a melhoria contínua da qualidade educacional, a valorização dos profissionais da educação e a adequação da infraestrutura escolar.

Os municípios possuem responsabilidades prioritárias em relação às políticas públicas de educação. A Constituição Federal estabelece, no art. 211, § 2º que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, que abrange creches (que atendem bebês e crianças de até 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos).

Para a análise das Contas Anuais de Governo dos municípios de Mato Grosso priorizaram-se indicadores do exercício de 2024, que refletem a situação dos municípios no exercício analisado. Entretanto, há mais indicadores relevantes como Adequação da Formação Docente, Média de Alunos por Turma, Taxa de Distorção Idade-série, Taxas de Rendimento Escolar, e outros que até o fechamento deste tópico, não continham dados de 2024. Estes indicadores podem ser acessados no site do Inep (<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>).

9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS

O Censo Escolar é a principal ferramenta de coleta de informações sobre a educação básica no Brasil, sendo a mais importante pesquisa estatística educacional do país. Coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Censo Escolar é realizado anualmente em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, abrangendo todas as escolas públicas e privadas do território nacional.

A pesquisa estatística do Censo Escolar é dividida em duas etapas principais. A primeira etapa coleta dados sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa, realizada ao final do ano letivo, coleta informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos.





O objetivo do Censo Escolar é fornecer um panorama da situação educacional do país, permitindo a análise de diversos indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), taxas de rendimento e fluxo escolar, e a distorção idade-série. Esses indicadores são fundamentais para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais, além de servirem de base para o planejamento e a distribuição de recursos governamentais.

A realização do Censo Escolar é obrigatória para todas as escolas, conforme regulamentado por instrumentos normativos que estabelecem prazos, responsabilidades e procedimentos para a coleta de dados.

De acordo com o Censo Escolar, em 2024 a quantidade de matrículas na rede pública municipal de **GUARANTA DO NORTE** era:

Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	640.0	21.0	816.0	20.0	2127.0	42.0	162.0	0.0
Rural	0.0	35.0	0.0	124.0	0.0	382.0	0.0	259.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	30.0	0.0	60.0	1.0	90.0	0.0	6.0	0.0
Rural	0.0	0.0	0.0	2.0	0.0	3.0	0.0	1.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Dados do Censo Escolar 2024 - Planilhas no site <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

DOU Anexo I (ensino regular) e DOU Anexo II (educação especial)

9. 1. 2. IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado por meio da Portaria MEC n.º 931, de 21 de março de 2007 e reúne, em um só indicador,





os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Ademais, sua relevância está reforçada em legislações posteriores, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei n.º 9.394/1996: estabelece a necessidade de avaliação do ensino e do desempenho escolar, o Decreto n.º 6.094/2007: define o IDEB como referência para monitoramento da qualidade da educação no Brasil e a Lei n.º 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE): fixa metas educacionais baseadas no IDEB.

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica.

Embora este indicador não englobe dados do exercício de 2024, ele foi trazido às Contas Anuais de Governo, pois os impactos dos indicadores da educação geralmente demoram alguns anos para aparecerem de forma significativa, especialmente quando se referem a mudanças estruturais em políticas públicas, formação de professores, currículo ou gestão escolar. Educação é uma política de longo prazo. Entretanto, os dados aqui trazidos são informativos e não gerarão punição ao gestor neste relatório.

No último Ideb realizado, no ano de 2023, cuja divulgação ocorreu em 2024, o município de **GUARANTA DO NORTE** atingiu os índices, conforme detalhamento abaixo:





Descrição	Nota Município	Meta Nacional	Nota - Média MT	Nota - Média Brasil
Ideb - anos iniciais	6,1	6,0	6,02	5,23
Ideb - anos finais	4,9	5,5	4,8	4,6

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

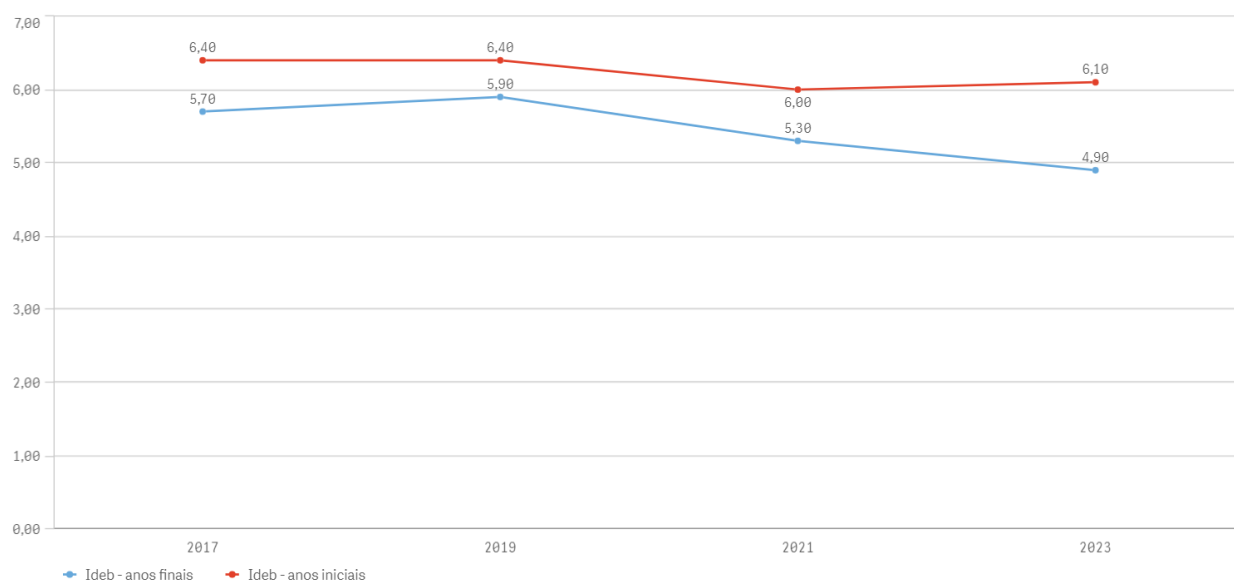
Conforme demonstrado, o desempenho do município está abaixo/acima da meta do Plano Nacional de Educação - PNE, bem como abaixo/acima das médias MT e Brasil.

Abaixo apresenta-se o histórico da nota do Ideb do município das últimas 5 avaliações:

Descrição	2017	2019	2021	2023
Ideb - anos iniciais	6,4	6,4	6,0	6,1
Ideb - anos finais	5,7	5,9	5,3	4,9

Séries Históricas - IDEB

Séries Históricas - IDEB





Conforme se observa, os índices revelam de maneira geral queda na nota Ideb ao longo dos últimos 8 anos no município, o que requer dos gestores, em conjunto com a comunidade escolar, identificar as principais causas bem como as medidas necessárias para reverter a tendência, em busca de mais eficiência e efetividade na qualidade da educação municipal.

9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT

A primeira infância (0 a 6 anos de idade) é a fase mais importante no desenvolvimento do ser humano, pois o que acontece nessa etapa gera impactos positivos ou negativos por toda a vida.

Esses anos iniciais marcam o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (art 29 c/c art 30 da Lei n.º 9.394 /1996)

Neste aspecto, as unidades de educação infantil desempenham um papel crucial para garantir o direito de acesso e de qualidade na educação, recebendo todos os estímulos necessários e a atenção para o seu desenvolvimento integral, neste período. (Lei n.º 8090/1990 - Estatuto da criança e do Adolescente).

Cita-se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1.008.166 (Tema 548 de Repercussão Geral), que considerou a responsabilidade do poder público de garantir a oferta de vagas em creches e pré-escolas para crianças até 5 anos de idade.

Registra-se, ainda, as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), especificamente a sua Meta 1, que consiste em atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE, bem como dois dos seus indicadores, o "1A", que previa a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade; e o "1B", que estabelece a ampliação e oferta de vagas em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o ano de 2024.





Diante desse cenário, considerando que as creches públicas são ambientes que contribuem diretamente no desenvolvimento físico, mental e cognitivo da criança, o TCE/MT, em conjunto com o GAEPE/MT, realizou diagnóstico para conhecer a realidade de cada município de MT quanto à existência de filas por vagas em creche e pré-escolas em MT, no ano de 2024.

De acordo com os dados declarados pelos gestores municipais de educação, o município de **GUARANTA DO NORTE** apresentou os seguintes resultados:

Item	Resposta	Quantidade
Possui fila de espera por vaga em creche?	SIM	127
Possui fila de espera por vaga em pré-escola?	NÃO	0
Possui obras de creches em andamento? Se sim, quantas vagas serão ampliadas?	NÃO	0
Possui obras paralisadas de creches?	NÃO	0

Resultados do questionário sobre creches e pré-escolas aplicado pelo GAEPE MT em 2024

Conforme se observa, os resultados revelam uma situação grave diante da existência de crianças sem acesso e atendimento à educação na primeira infância, sendo imprescindível e urgente a implementação de medidas para expandir a oferta de vagas em creches de modo a atender toda demanda manifesta.

A par da gravidade da situação, o TCE/MT elaborou uma Matriz de Risco a partir dos dados da pesquisa, identificando as situações mais críticas bem como os municípios que são os maiores responsáveis pela fila em MT, de modo a auxiliar na tomada de decisão pelos gestores, legisladores e demais formuladores e controladores da política de educação no estado, nas esferas estadual e municipal. A matriz pode ser acessada por meio do link: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1k93H1puoRHW9Gk24y60Mcd27bXvewyrh/edit?usp=drive_link&ouid=107361362299863107312&rtpof=true&sd=true.

A matriz revela que o município de **GUARANTA DO NORTE** está no rol dos municípios com situações mais críticas, já que possuem fila de espera e ainda não há medidas concretas para eliminação da demanda.

9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE





A gestão ambiental eficiente é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos municípios e para a garantia de qualidade de vida da população. O monitoramento de indicadores ambientais permite avaliar a efetividade das políticas públicas, orientar a tomada de decisão e assegurar o cumprimento da legislação vigente.

A utilização desses indicadores permite uma análise detalhada e precisa do desempenho ambiental dos municípios, facilitando a identificação de áreas que necessitam de melhorias e a implementação de ações corretivas. Além disso, são essenciais para a formulação de políticas públicas eficazes, promovendo a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das comunidades. Ao monitorar e avaliar continuamente esses indicadores, os gestores públicos podem tomar decisões informadas e estratégicas, contribuindo para um futuro mais sustentável e equilibrado.

O art. 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal, dispõe ser competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar as florestas, a fauna e a flora, cuja regulamentação se dá pela Lei Complementar n.º 140/2011 que, em seu art. 9º, dispõe sobre as ações administrativas de competência dos Municípios.

Ademais, a Lei n.º 12.651/2012 - Código Florestal estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais. Em seu art. 1º, parágrafo único, reforça a responsabilidade comum dos entes federativos e da sociedade civil na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa em áreas urbanas e rurais. Dessa forma, os municípios possuem papel ativo na fiscalização, implementação de políticas ambientais e de incentivo a práticas sustentáveis para a conservação de seus biomas.

Apresenta-se os seguintes indicadores ambientais:

9. 2. 1. DESMATAMENTO





O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibiliza, periodicamente, indicadores de desmatamento por meio dos sistemas PRODES e DETER. O PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) mede anualmente a taxa de desmatamento consolidada, fornecendo informações sobre a área desmatada e permitindo análises históricas da supressão da vegetação nativa. Já o DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real) é um sistema de alerta rápido que identifica desmatamentos em estágios iniciais, possibilitando ações imediatas de fiscalização.

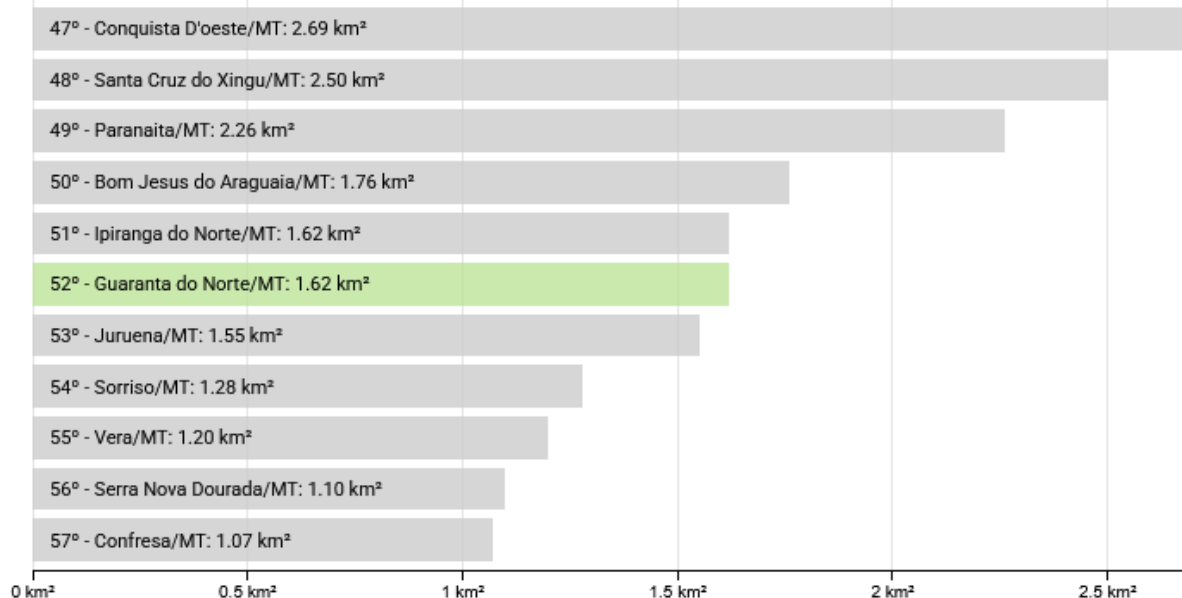
A divulgação desses indicadores é fundamental para orientar políticas públicas, estratégias de combate ao desmatamento ilegal e planejamento territorial sustentável nos municípios.

No ranking Estadual dos Municípios com maior área desmatada, em 2024, o Município de **GUARANTA DO NORTE** se encontra em **52º** lugar:

Municípios com maior área de desmatamento



Filtro: Guaranta do Norte/MT



Fonte: <https://terrabrasis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/biomes/amazonia-nb/daily/>



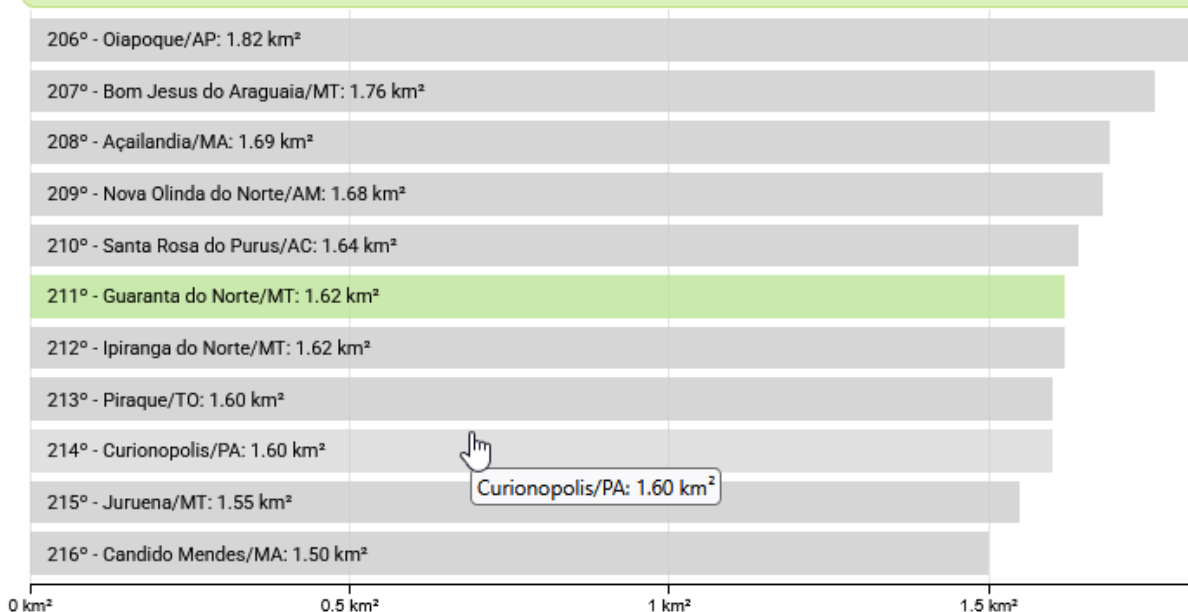


E no ranking nacional, o Município **GUARANTA DO NORTE** se encontra no **211º** lugar, com maior área desmatada, em 2024:

Municípios com maior área de desmatamento



Filtro: Guaranta do Norte/MT



Fonte: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/biomes/amazonia-nb/daily/>

9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA

De acordo com o INPE, os termos foco de queima, foco de calor, foco de queimada e foco de incêndio têm o mesmo significado no monitoramento, via satélite, e se referem à detecção de locais com queima de vegetação. Devido à impossibilidade de diferenciar pelo satélite se o fogo é controlado ou um incêndio descontrolado, algumas fontes preferem “fogo ativo”. O Programa Queimadas do INPE adota o termo “foco de queima”, pois a maioria das detecções ocorre em vegetação.

Ainda, segundo o INPE:

(...) “focos de queima” detectados por satélites são excelentes indicadores da queima da vegetação e não uma medida precisa





e absoluta do que está ocorrendo na superfície. O número dos focos é diretamente relacionado à extensão queimada e permite comparações temporais e regionais da ocorrência de fogo na vegetação.

A Lei n.º 14.944, de 31 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, estabelecendo diretrizes para o seu manejo adequado e a prevenção de incêndios florestais no Brasil. Os municípios têm um papel fundamental na implementação dessa política, conforme previsão acerca de sua responsabilidade compartilhada na articulação e execução das ações relacionadas ao manejo do fogo.

Em seu art. 6º, § 2º, prevê a participação dos municípios no Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, instância consultiva e deliberativa vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, responsável por facilitar a articulação institucional e propor normas. Outrossim, a mencionada lei, no art. 17, ainda, prevê que os municípios que atuam no manejo integrado do fogo devem inserir informações no Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), garantindo a transparência e o compartilhamento de dados sobre incêndios florestais, queimas controladas e prescritas.

O artigo 21, por sua vez, estabelece os instrumentos para implementação dessa política, que visam promover o manejo integrado do fogo, a recuperação de áreas afetadas por incêndios florestais e a implementação de técnicas sustentáveis para a substituição gradual do uso do fogo como prática agrossilvipastoril. Esses objetivos são alcançados por meio de incentivos e investimentos em ações, estudos, pesquisas e projetos científicos e tecnológicos. Entre os instrumentos financeiros, mencionados no artigo 22, destacam-se as dotações orçamentárias dos municípios, que incentivam investimentos municipais em ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

O indicador de Foco de Queima, divulgado pelo INPE, apresentado no Radar de Controle Público do Meio Ambiente, auxilia na identificação e monitoramento de queima da vegetação, sendo uma ferramenta importante para ações preventivas e de combate. O sistema de detecção de focos de calor baseia-se na análise de imagens de satélite que captam emissões térmicas, permitindo que órgãos ambientais e de defesa civil ajam rapidamente para conter os incêndios.

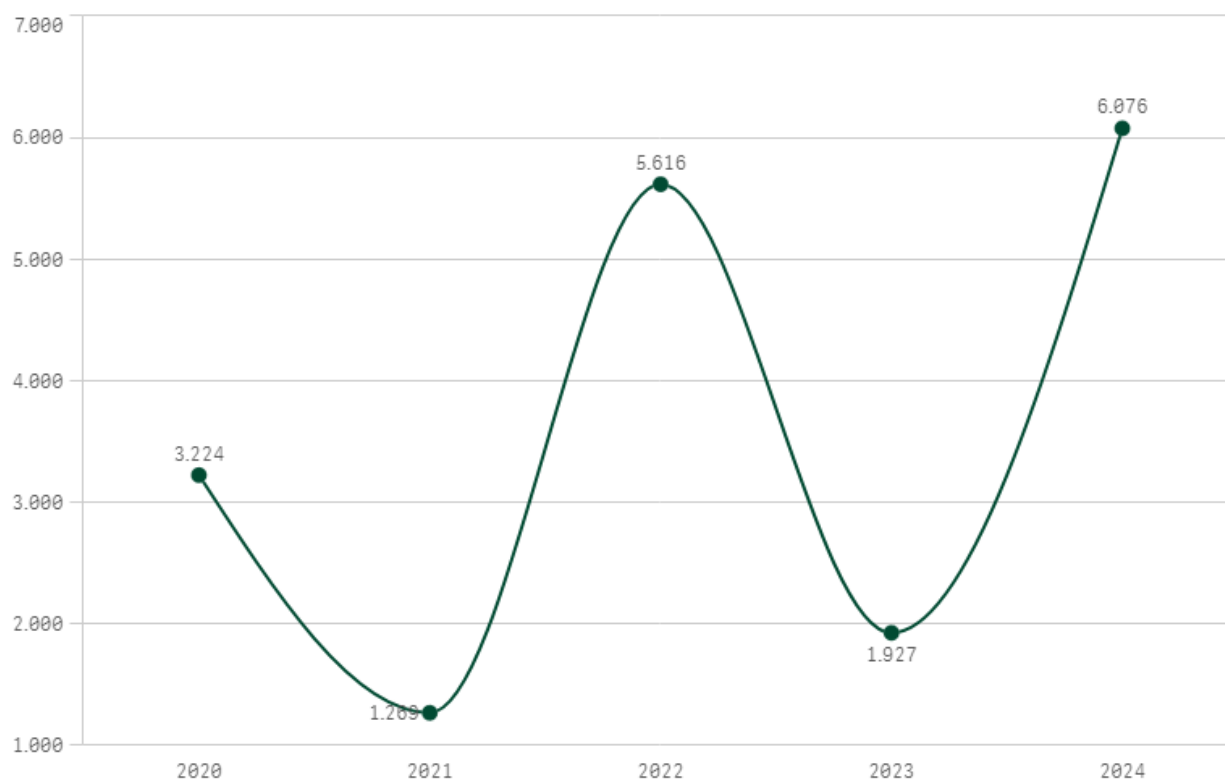




Esse indicador é, especialmente, relevante para a gestão municipal, pois possibilita a implementação de medidas de mitigação, como campanhas educativas, criação de brigadas municipais de incêndio e a formulação de planos de resposta rápida.

Gráfico - Série Histórica de Focos de Queima

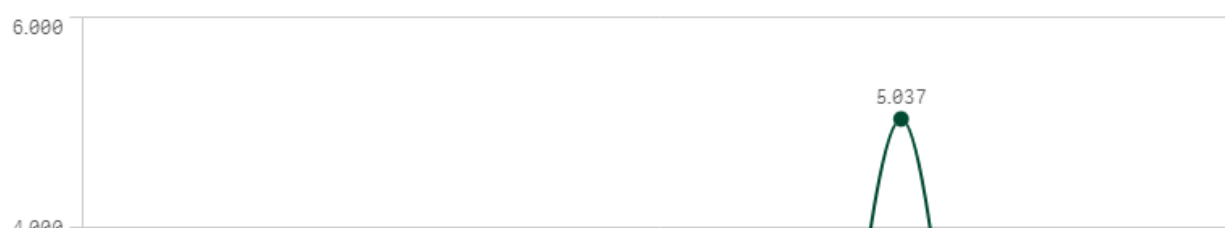
Série Histórica

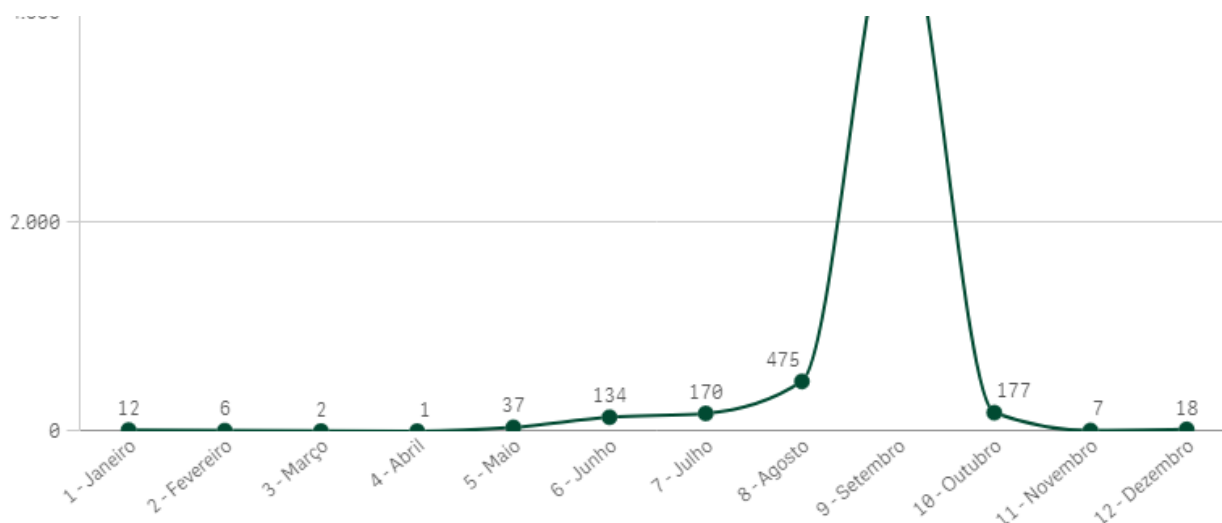


O gráfico mostra um panorama cíclica dos de queima, alternando-se ano a ano entre níveis baixos e níveis elevados. Percebe-se, porém, um trajetória com tendência de crescimento.

Gráfico - Focos de Queima - 2024

Série Histórica





O gráfico acima mostra uma concentração dos focos de queima no mês de setembro, quando foram registrados 83% do total de focos de queima de 2024 (6.076).

9. 3. INDICADORES DE SAÚDE

No exercício de sua função de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) tem ampliado sua atuação para além da análise contábil e financeira, incorporando o monitoramento de indicadores estratégicos de saúde nas Contas de Governo. Essa iniciativa visa qualificar a avaliação da gestão municipal e promover a tomada de decisão baseada em evidências.

Os indicadores selecionados refletem aspectos fundamentais da política pública de saúde, como cobertura assistencial, qualidade do atendimento, vigilância epidemiológica e desfechos populacionais. Ao disponibilizar uma série histórica de cinco anos (2020-2024), o Tribunal permite a identificação de tendências e o diagnóstico da efetividade das ações implementadas, contribuindo também para o fortalecimento do controle social.

A análise concentra-se nos dados referentes ao exercício de 2024, que serve como base para as recomendações e conclusões deste relatório. Ainda que alguns dados estejam em fase de consolidação, os resultados apresentados





possibilitam identificar avanços, estagnações ou retrocessos, apoiando os gestores na reorientação de suas políticas e no aprimoramento dos serviços ofertados à população.

Os critérios de classificação utilizados, ainda que não formalizadas por norma legal em alguns casos, são amplamente aceitas e respaldadas por diretrizes técnicas nacionais e internacionais. Para garantir transparência e objetividade na avaliação, **as fontes oficiais e metodologias utilizadas para apuração dos dados** encontram-se detalhadas no **Anexo I - Fonte e Metodologia de Apuração dos Dados em Saúde - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.

Os critérios utilizados para classificar cada indicador como de **situação boa, média ou ruim** estão sistematizados no **Anexo II - Quadro de Referência Técnica para Classificação dos Indicadores de Saúde nas Contas de Governo - Exercício 2024 - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.

Adicionalmente, para fins de síntese avaliativa, foi adotado um critério de agrupamento proporcional que permite classificar o desempenho geral do município nos indicadores de saúde como **bom, regular ou ruim**, conforme detalhado no **Anexo III - Critério de Classificação da Situação Geral dos Indicadores de Saúde (Anexo Políticas Públicas de Saúde)**. Esse modelo proporciona uma visão integrada do cenário municipal, respeitando a diversidade dos indicadores analisados e orientando a gestão para ações de maior impacto.

Por fim, a análise de cada indicador tem como referência principal os dados de 2024, mas considera também a série histórica dos anos anteriores (2020 a 2023). Para o cálculo da média histórica, o auditor responsável deverá aplicar a seguinte metodologia: valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos** se informados oficialmente; **campos vazios** devem ser considerados **dados ausentes** e excluídos do cálculo. A média será obtida pela **soma dos valores válidos dividida pelo número de anos com dados disponíveis**, desconsiderando os anos sem informação. Essa abordagem assegura a comparabilidade dos dados e evita distorções em função da ausência de registros.

9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE





A análise de indicadores como mortalidade infantil, materna, por doenças crônicas, homicídios e acidentes de trânsito permite avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios. Esses dados revelam aspectos essenciais da gestão, como acesso, qualidade do cuidado e condições socioeconômicas locais.

9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI

Taxa de Mortalidade Infantil - TMI	
Conceito	Proporção de óbitos em crianças menores de 1 ano de idade para cada 1000 nascidos vivos no mesmo período.
Interpretação	Estima o risco de um nascido vivo morrer antes de completar o primeiro ano de vida.
Aplicação	Permite aos gestores identificar áreas com maior incidência de mortalidade infantil, orientando intervenções para qualificar o pré-natal, o parto e os cuidados neonatais. Envolve a ampliação do acesso aos serviços, a capacitação das equipes de saúde e o incentivo à realização de partos seguros.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Infantil

2020	2021	2022	2023	2024
11,7	10,4	14,3	14,3	30,3

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMI é considerada Alta (20 ou mais), Média (entre 10 e 19,99) e Baixa (<10) por 1000 nascidos vivos no mesmo período.

Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) é classificada como **alta**.

A taxa de mortalidade infantil está elevada, indicando falhas na assistência pré-natal, parto ou cuidados ao recém-nascido. Recomendam-se medidas





urgentes para qualificar os serviços de saúde materno-infantil e ampliar o acesso à atenção básica.

9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade Materna - TMM	
Conceito	Razão de óbitos femininos ocorridos durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação a cada 100 mil nascidos vivos.
Interpretação	Estima a frequência de óbitos femininos em idade fértil atribuídos a causas ligadas a gravidez, parto e puerpério, em relação ao total de gestações (representado pelo total de nascidos vivos)
Aplicação	Auxilia gestores a identificar falhas e melhorar os serviços de saúde materna, exigindo qualificação da assistência obstétrica, redução de cesarianas desnecessárias e ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Materna

2020	2021	2022	2023	2024
389,1	346,6	Não Informado	357,8	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Mortalidade Materna (TMM) é considerada Alta (>110 por 100 mil nascidos vivos), Média (entre 70 e 110) e Baixa (<70).

Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE**, observa-se uma alta TMM nos exercícios de 2020, 2021 e 2023. Devido a falta de dados relativos ao exercício de 2024, não é possível verificar se esse cenário melhorou ou não.

9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO





Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade POR HOMICÍDIO - TMh	
Conceito	Proporção de óbitos causados por agressões (causa básica CID-10 X85-Y09) a cada 100 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por homicídios e sua relevância como problema de saúde pública. Reflete fatores culturais, socioeconômicos e específicos da violência interpessoal, além de indicar condições da assistência médica e qualidade dos registros das ocorrências.
Aplicação	Orienta políticas e ações intersetoriais para reduzir a violência, refletindo desafios na segurança pública e desenvolvimento social. Exige abordagens integradas, incluindo inclusão social de jovens, combate à violência doméstica, fortalecimento das forças de segurança e ampliação da assistência às populações vulneráveis.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Homicídio - TMH

2020	2021	2022	2023	2024
27,7	35,7	27,6	41,4	9,6

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMH é considerada: Alta: > 30 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 30 e Baixa: < 10 (referência ideal OMS).

Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMH, no exercício de 2024, é classificada como **baixa**.

O município apresentou baixa taxa de mortalidade por homicídio, o que reflete um ambiente de maior segurança pública. Reforça-se a importância de manter políticas intersetoriais de prevenção à violência.

9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito - TMAT	
Conceito	Proporção de óbitos causados por acidentes de transporte (causa básica CID-10 V01-V99) a cada 100 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por acidentes de transporte, relacionado à insegurança, falta de educação no trânsito e consumo de álcool, afetando especialmente jovens do sexo masculino, com variações ligadas à qualidade da assistência médica. A TMAT é considerada: Alta: < 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.





Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito - TMAT

Aplicação	Oferece subsídios para ações educativas, melhoria da infraestrutura viária e reforço na fiscalização, visando reduzir acidentes de trânsito. Destaca a importância da educação desde a infância, fiscalização intensificada, modernização das vias, programas de mobilidade segura e controle de fatores como consumo de álcool e excesso de velocidade.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito

2020	2021	2022	2023	2024
19,4	30,2	24,9	52,5	41,5

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMAT é considerada: Alta: < 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.

Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMAT é classificada como **alta**.

A taxa elevada de mortes no trânsito evidencia falhas na infraestrutura viária, fiscalização e conscientização da população. O município deve adotar medidas urgentes para melhorar a segurança no trânsito e prevenir novos óbitos.

9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA

Os indicadores de acesso e cobertura em saúde avaliam a capacidade do sistema em garantir atendimento adequado à população nos diferentes níveis de atenção. Esses parâmetros refletem o alcance e a organização dos serviços básicos de saúde, como atenção primária, vacinação, disponibilidade de profissionais e infraestrutura hospitalar. Altos níveis de cobertura tendem a melhorar a prevenção, reduzir a sobrecarga hospitalar e ampliar a resolutividade do cuidado. Por outro lado, déficits nesses indicadores revelam desigualdades de acesso e demandam ações estruturantes por parte da gestão municipal.





A análise a seguir apresenta os principais indicadores dessa dimensão, com base na série histórica 2020-2024 e ênfase nos resultados do exercício de 2024.

9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura da Atenção Básica - CAB	
Conceito	A Cobertura da Atenção Básica (CAB) representa a estimativa percentual da população residente em um território que potencialmente tem acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde, por meio de equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou de Atenção Primária (eAP) registradas no Sistema Único de Saúde (SUS). É um dos principais indicadores de acesso da população aos cuidados essenciais em saúde.
Interpretação	O indicador de cobertura populacional estimada na Atenção Básica atualmente é utilizado para o monitoramento do acesso aos serviços de Atenção Básica, com vistas ao fortalecimento do planejamento do SUS.
Aplicação	Permite identificar áreas com baixa cobertura, orientando a expansão dos serviços de saúde. A ampliação requer novas UBS em regiões desassistidas, horários estendidos e fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), melhorando o acesso ao atendimento primário e reduzindo a sobrecarga hospitalar.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Cobertura da Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
74,7	74,1	74,6	74,6	86,2

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A CAB é calculada com base no número de equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP) ativas e parametrizadas, em relação à população estimada pelo IBGE. Sua classificação considera como alta (adequada) a cobertura acima de 80%, média entre 50% e 80%, e baixa quando inferior a 50%.

Nesse sentido, tem-se que, com base nos dados do Município **GUARANTA DO NORTE**, a situação quanto à CAB no exercício de 2024 (86,2) está





em nível satisfatório, garantindo acesso ampliado à rede primária de saúde. Recomenda-se a continuidade da expansão territorial e qualificação das equipes de saúde da família.

9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura Vacinal - CV	
Conceito	Percentual da população contemplado com doses de imunizantes do calendário vacinal em relação ao total da população para a mesma faixa etária, multiplicado por 100.e.
Interpretação	Quanto maior melhor, uma maior cobertura reflete uma população com melhor bloqueio para a circulação do agente infeccioso.
Aplicação	Orienta campanhas de vacinação e identificação de grupos vulneráveis, prevenindo surtos e doenças imunopreveníveis. Sua ampliação exige conscientização educativa, descentralização dos pontos de vacinação e oferta ampliada nos serviços de saúde, incluindo horários estendidos e estratégias móveis para atingir maior cobertura.
Fonte	Numerador: PNI
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Cobertura Vacinal

2020	2021	2022	2023	2024
86,6	82,3	89,0	94,1	87,1

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Cobertura Vacinal (CV), para a maioria das vacinas, tem meta de cobertura de 90% a 95%.

Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da CV Geral em 2024 ficou abaixo do esperado de 90%, apresentando uma piora com relação ao exercício anterior, que ficou em 94,10%.

Ressalta-se que baixa cobertura vacinal representa risco de surtos e reintrodução de doenças. É necessário intensificar campanhas educativas, descentralizar os pontos de vacinação e melhorar a adesão da população.





9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH

Indicador de Acesso e Cobertura: Número de Médicos por Habitante - NMH	
Conceito	Razão de profissionais médicos por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica.
Aplicação	Facilita o planejamento da distribuição de médicos e a identificação de áreas com escassez, assegurando atendimento equitativo. Pode ser ampliada com incentivos à fixação profissional em regiões remotas, expansão da telemedicina e parcerias com instituições de ensino para capacitação médica alinhada às necessidades locais.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Número de Médicos por Habitantes

2020	2021	2022	2023	2024
0,8	1,2	1,1	1,8	2,2

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

O NMH é considerado: Alta (acima de 2,5 médico por 1 mil habitantes - Acima da Média Nacional), Média (entre 1,0 e 2,5 - Zona Intermediária) e Baixa (Abaixo de 1,0 - déficit de cobertura).

Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da NMH vem apresentando constante melhora ao longo dos últimos 5 exercícios, estando, em 2024, na **zona intermediária**.

9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Os indicadores de qualidade apresentados nesta seção permitem avaliar a efetividade dos serviços ofertados no âmbito da atenção básica, especialmente em relação à capacidade de prevenir hospitalizações evitáveis e de acompanhar adequadamente o pré-natal. Mais do que mensurar a cobertura, esses indicadores





revelam a capacidade do sistema municipal de saúde em garantir cuidado contínuo, acesso oportuno e intervenções eficazes.

Altas proporções de internações por condições sensíveis à atenção primária e baixa realização de consultas pré-natais adequadas sugerem falhas na organização e desempenho da rede de serviços, exigindo revisão das estratégias de gestão e fortalecimento da atenção básica. A seguir, apresentam-se os dois principais indicadores de qualidade selecionados, com base na série histórica de 2020 a 2024 e foco nos dados mais recentes do exercício de 2024.

9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica - ICSAP	
Conceito	Percentual de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por condições sensíveis à atenção primária em relação ao número total de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Revela o resultado das ações e serviços de promoção da saúde, prevenção de riscos, e do diagnóstico e tratamento precoces. Mensura, de forma indireta, a avaliação da atenção primária e a eficiência no uso dos recursos. Em síntese, o ICSAP mede o percentual de internações hospitalares que poderiam ser evitadas por ações eficazes da Atenção Básica, como prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado de doenças comuns. Altas proporções indicam falhas na resolutividade da APS.
Aplicação	Facilita a avaliação da resolutividade e efetividade da Atenção Primária à Saúde (APS), orientando o planejamento de ações para reduzir hospitalizações evitáveis. Sua melhoria envolve o fortalecimento da APS, ampliação do acesso aos serviços primários, capacitação das equipes multiprofissionais e implementação de estratégias que garantam diagnóstico e tratamento oportunos, reduzindo internações desnecessárias e otimizando recursos.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
13,1	9,1	20,4	25,4	19,1

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





O ICSAP é considerado Alto (acima de 30% - Indicativo de baixa resolutividade da Atenção Básica), Médio (entre 15% e 30% - Situação intermediária) e Baixo (desejável) (abaixo de 15% - Boa atuação da APS na prevenção de internações).

Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação do ICSAP manteve-se em níveis semelhantes aos anos anteriores, em situação **intermediária**, indicando necessidade de reforçar a qualificação da atenção básica para evitar internações desnecessárias.

9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas	
Conceito	Percentual de gestantes que realizaram o número recomendado de consultas pré-natais do total de nascidos vivos (seis ou mais consultas de pré-natal, com início até a 12ª semana de gestação) em relação ao total de nascidos vivos com informações disponíveis, multiplicado por 100.
Interpretação	Demonstra a capacidade de oferta de consultas médicas e do acompanhamento pré-natal entre os nascidos vivos, quanto maior melhor.
Aplicação	Facilita a avaliação e o planejamento da assistência pré-natal, orientando ações para ampliar o acesso das gestantes às consultas recomendadas. A melhoria envolve qualificação das equipes de saúde, fortalecimento da rede de atenção primária, busca ativa das gestantes com acompanhamento irregular e ações educativas sobre a importância do pré-natal, visando garantir maior cobertura e qualidade na atenção à gestante e ao recém-nascido.
Fonte	Numerador: SINASC
	Denominador: SINASC
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas

2020	2021	2022	2023	2024
90,4	91,4	87,8	91,5	92,8

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas é considerada Alta (adequada) quando o percentual for $\geq 60\%$ (Meta do Previne Brasil), Média entre 40% a 59,9% (situação intermediária) e Baixa (inadequada) que é $< 40\%$.





Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação verificada indica que a Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas é **satisfatória**, refletindo bom acompanhamento da gestação. Recomenda-se manter a busca ativa e o acolhimento qualificado das gestantes na atenção primária.

9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS

Os indicadores epidemiológicos permitem monitorar o perfil de adoecimento da população, fornecendo subsídios para ações de prevenção, controle e resposta a surtos e doenças transmissíveis. Avaliam, sobretudo, a efetividade da vigilância em saúde, a cobertura das ações de diagnóstico e a capacidade de resposta dos serviços públicos.

Diferentemente de outros indicadores, taxas elevadas podem refletir um sistema de vigilância atuante e sensível, enquanto valores muito baixos, em alguns casos, podem indicar subnotificação ou falhas na identificação precoce. Dessa forma, é essencial interpretar esses indicadores à luz do contexto local, sazonalidade e estrutura da rede de atenção à saúde.

A seguir, apresentam-se os principais indicadores epidemiológicos utilizados na avaliação das contas públicas municipais, com base na série histórica de 2020 a 2024, destacando os dados do exercício de 2024.

9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES

Indicador Epidemiológico: Prevalência de Arboviroses	
Conceito	Proporção de casos confirmados de Dengue, Chikungunya e Zika em relação ao total da população, multiplicado por 100 mil habitantes.
Interpretação	Revela o risco da população ser infectada e desenvolver sintomatologia condizente com o quadro clínico diagnóstico dessas doenças infecciosas.
Aplicação	Orienta ações para controle das arboviroses, incluindo intensificação das estratégias de prevenção, monitoramento ambiental e epidemiológico, fortalecimento das ações educativas e melhoria das condições de saneamento básico, visando reduzir o risco de surtos e epidemias.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE





Indicador Epidemiológico: Prevalência de Arboviroses

Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Dengue

2020	2021	2022	2023	2024
484,4	968,7	439,3	74,6	395,8

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção Chikungunya

2020	2021	2022	2023	2024
2,8	8,2	Não Informado	Não Informado	41,5

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Prevalência de Arboviroses é considerada Baixa (menor que 100) - Situação controlada; Média (100 a 299) - Alerta intermediário; Alta (300 a 499) - Alta transmissão; e Muita Alta/Epidêmica (500 ou mais) - Situação epidêmica.

Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Prevalência de Arboviroses, relativamente à Chikungunya é considerada **controlada** (indicador 41,5 - baixo). Já no caso da Dengue, o indicador é alto (395,8), indicando situação de **alerta intermediário**.

A situação apresentada exige reforço das estratégias de controle vetorial e campanhas educativas, especialmente em períodos sazonais.

9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase

Conceito	Número de casos novos de hanseníase por 100 mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado (CID-10 A30).
Interpretação	Estima o risco de ocorrência de casos novos da doença, refletindo níveis de exposição ao bacilo causador (<i>Mycobacterium leprae</i>) e indicando as condições socioeconômicas e assistenciais locais.





Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase

Aplicação	Facilita o planejamento de ações para o controle da hanseníase, exigindo fortalecimento das equipes de atenção primária, campanhas de diagnóstico precoce, capacitação profissional e melhoria das condições socioeconômicas e de vida da população.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase

2020	2021	2022	2023	2024
121,8	76,8	74,6	16,6	3,2

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Detecção de Hanseníase é considerada Muito Forte (≥ 40) - Forte transmissão comunitária; Alta (20,00 a 39,99) - Endemia relevante; Média (10,00 a 19,99) - Situação intermediária; e Baixa (2,00 a 9,99) - Controle Razoável e Muito baixa ($<2,00$) - Meta da OMS, todos por 100 mil habitantes.

Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Taxa de Detecção de Hanseníase apresentou sensível melhora nos últimos cinco exercício, saindo da situação de **forte transmissão comunitária** (indicador 121,8 - alto), para **controle razoável** em 2024, com indicador de 3,2 (baixo).

Ainda assim, é necessário manter vigilância ativa e acompanhamento de contatos.

9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos

Conceito	Número de casos novos de hanseníase em pessoas menores de 15 anos (CID-10 A30), a cada 100 mil habitantes da mesma faixa etária.
Interpretação	Indica a existência de transmissão ativa e descontrole da doença, sugerindo fragilidades na vigilância epidemiológica e no sistema de saúde.
	Orienta ações específicas para interromper a cadeia de transmissão, com estratégias intensificadas de diagnóstico





Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos	
Aplicação	precoce, acompanhamento familiar, capacitação das equipes e fortalecimento da vigilância epidemiológica, especialmente em áreas mais vulneráveis.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos

2020	2021	2022	2023	2024
2,3	3,6	3,7	0,0	0,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos é considerada Muito Alta (≥ 10) - Transmissão intensa e recente; Alta (5,00 a 9,99) - Endemia relevante para crianças; Média (2,5 a 4,99) - Sinal de transmissão ativa; Baixa (0,50 a 2,49) - Situação Controlada e Muito baixa/eliminação ($<0,50$) - Indicador de interrupção da cadeia de transmissão.

Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos é baixa ou inexistente, sugerindo controle da transmissão da hanseníase em populações jovens.

Ainda assim, é necessário manter vigilância ativa e acompanhamento de contatos.

9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE

Indicador Epidemiológico: Percentual de Casos de Hanseníase Grau 2 de Incapacidade	
Conceito	Proporção de casos novos de hanseníase diagnosticados já com grau 2 de incapacidade física em relação ao total de casos novos, multiplicado por 100.
	Revela a gravidade dos casos diagnosticados, refletindo falhas no diagnóstico precoce e nas ações preventivas e





	Indicador Epidemiológico: Percentual de Casos de Hanseníase Grau 2 de Incapacidade
Interpretação	assistenciais.
Aplicação	Subsidia o planejamento para ampliar estratégias de diagnóstico precoce, prevenção das incapacidades, capacitação das equipes de saúde e melhoria do acompanhamento dos pacientes, reduzindo sequelas e promovendo qualidade de vida.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade

2020	2021	2022	2023	2024
6,8	7,1	14,8	0,0	0,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Segundo a OMS/MS, a classificação de grau de incapacidade varia de 0 a 2, sendo 0 (zero) - sem comprometimento neural evidente; 1 (um) - perda de sensibilidade em mãos, pés ou olhos e 2 (dois) - deformidades ou incapacidades visíveis (ex. retração de mão, úlcera plantar, lagofalmo).

O Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade considera como Muito Alta ($\geq 10\%$) - Diagnóstico muito tardio; Alta (5% a 9,99%) - Situação preocupante; Média (1% a 4,9%) - Alerta moderado; Baixa ($<1\%$) - Boa detecção precoce.

Com base nos dados do Município de **GUARANTA DO NORTE** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto ao Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 é considerada **controlada**, indicando detecção precoce e qualidade no acompanhamento dos casos.

Deve-se manter a vigilância e capacitação das equipes.

9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL





O conjunto de indicadores analisados demonstra desempenho satisfatório em diversos aspectos da gestão em saúde, com avanços observados nos eixos de acesso, cobertura, qualidade dos serviços e vigilância epidemiológica.

Os resultados sugerem que o município tem estruturado políticas públicas eficientemente, promovendo o cuidado contínuo, o monitoramento adequado dos agravos e o acesso equitativo da população aos serviços de saúde.

Não obstante, recomenda-se a manutenção das boas práticas e o fortalecimento das estratégias exitosas já implementadas.

9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE

Os dados utilizados na análise dos indicadores de saúde municipal foram extraídos e tratados com base em microdados oficiais disponibilizados por sistemas públicos nacionais de informação em saúde, especialmente aqueles gerenciados pelo Ministério da Saúde e acessíveis via DATASUS, OpenDATASUS, TABNET e bases do IBGE. A série histórica contempla os exercícios de 2020 a 2024, com prioridade para os dados do exercício de 2024.

A extração, tratamento, padronização e cálculo dos indicadores foram automatizados por meio de scripts desenvolvidos em linguagem R, seguindo critérios metodológicos uniformes, descritos detalhadamente no documento interno “Metodologia Indicadores Municipais”. As bases de origem incluem, entre outras:

- SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
- SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
- SIH - Sistema de Informações Hospitalares
- SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
- SIVEP-Gripe, CNES, TABNET, OpenDATASUS e base IBGE

Para cada indicador, foram adotados critérios específicos de cálculo, respeitando normas técnicas como a Portaria SAS/MS nº 221/2008 e classificações CID-10 conforme orientações do MS e da OMS. A apuração dos dados considera o município de residência e utiliza identificadores padronizados de código IBGE.





Em casos de ausência de informação para determinado ano, o campo foi considerado como dado ausente e excluído do cálculo da média histórica. Valores informados como zero foram mantidos, desde que constassem nas bases oficiais. O cálculo da média histórica segue a seguinte fórmula-padrão, a ser aplicada pelo analista ou auditor:

Média histórica = Soma dos valores válidos / Número de anos com dado disponível.

Esta metodologia visa garantir transparência, comparabilidade e equidade na avaliação dos municípios, sendo replicável e auditável. O procedimento técnico encontra-se documentado com versionamento e scripts arquivados no repositório interno do TCE-MT, podendo ser acessado para fins de verificação metodológica sempre que necessário.

9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE

Este quadro apresenta os critérios utilizados para classificar os indicadores de saúde como de situação **boa (adequada)**, **média (intermediária)** ou **ruim (inadequada)**, com base em diretrizes técnicas de organismos nacionais e internacionais como o **Ministério da Saúde (MS)**, a **Organização Mundial da Saúde (OMS)** e outros documentos de referência oficial.

Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Boa: < 10% Média: 10 a 19,99% Ruim: ≥ 20%	OMS, MS, Unicef
Taxa de Mortalidade Materna (TMM)	Boa: < 70/100 mil Média: 70 a 110 Ruim: > 110	ODS/OMS/MS
Mortalidade por Homicídios (TMH)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 30 Ruim: > 30	OMS
Mortalidade por Acidentes de Trânsito (TMAT)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 20 Ruim: > 20	OMS, MS
	Boa: > 80%	





Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
Cobertura da Atenção Básica (CAB)	Média: 50% a 80% Ruim: < 50%	e-Gestor AB/MS
Cobertura Vacinal (CV)	Boa: = 90% a 95% Média: abaixo da meta Ruim: muito abaixo	PNI/S
Nº de Médicos por Habitante (NMH)	Boa: = 2,5/1.000 hab. Média: 1,0 a 2,49 Ruim: < 1,0	CFM, OMS
ICSAP (Internações por Condições Sensíveis à APS)	Boa: < 15% Média: 15% a 30% Ruim: > 30%	MS, estudos técnicos sobre APS
Consultas Pré-Natal Adequadas	Boa: = 60% Média: 40% a 59,9% Ruim: < 40%	Programa Previne Brasil/MS
Prevalência de Arboviroses	Boa: < 100/100 mil Média: 100 a 299 Alta: 300 a 499 Muito Alta: = 500	MS (vigilância epidemiológica)
Deteção de Hanseníase (geral)	Boa: < 10 Média: 10 a 19,99 Alta: 20 a 39,99 Muito Alta: = 40 por 100 mil hab.	OMS, MS
Hanseníase em < 15 anos	Boa: < 0,5 Média: 0,5 a 2,49 Alta: 2,5 a 9,99 Muito Alta: = 10 por 100 mil	OMS, MS
Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade	Boa: < 1% Média: 1% a 4,9% Alta: 5% a 9,99% Muito Alta: = 10%	OMS, MS

A avaliação dos indicadores de saúde tem como base principal os dados do exercício de 2024, por refletirem a situação mais recente da gestão municipal. Contudo, dada a natureza dinâmica e sensível da área da saúde, considerou-se também a série histórica dos últimos cinco anos (2020 a 2024) como elemento complementar para análise de tendência, estabilidade ou regressão dos resultados.

Para fins de cálculo da média histórica, o auditor deverá considerar as seguintes diretrizes:





Valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos**, desde que informados nos sistemas oficiais, por representarem uma situação efetivamente monitorada (mesmo que sem ocorrência).

Campos **vazios ou não preenchidos** devem ser considerados como **dados ausentes**, sendo excluídos do denominador da média.

A **fórmula recomendada** para o cálculo da média histórica consiste na soma dos valores válidos informados dividida pelo número de exercícios com dado disponível, desconsiderando os anos sem informação.

Essa metodologia deve ser aplicada pelo analista responsável no momento da apuração dos dados, assegurando que a ausência de registros não comprometa a média histórica nem penalize o município por eventual falha de reporte. Os indicadores com dados incompletos deverão ser analisados com a devida ressalva quanto à confiabilidade da tendência histórica.

9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES

Para fins de análise integrada, o desempenho geral do município nos indicadores de saúde avaliados foi classificado em três categorias: Boa, Regular e Ruim. Essa classificação considera o percentual de indicadores que se enquadraram na faixa de “Situação Boa”, conforme os critérios técnicos previamente estabelecidos. A categorização obedece aos seguintes parâmetros:

- **Situação Ruim:** até 25% dos indicadores avaliados classificados como “Boa”;
- **Situação Regular:** mais de 25% e até 75% dos indicadores classificados como “Boa”;
- **Situação Boa:** mais de 75% dos indicadores classificados como “Boa”.

Essa métrica permite uma visão global da gestão municipal em saúde no exercício analisado, respeitando as especificidades de cada indicador individualmente, mas orientando a tomada de decisão a partir de um referencial sintético e objetivo.





10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) postula o equilíbrio das contas públicas por meio de uma gestão responsável que evite o endividamento público não sustentável. Em relação ao último ano de mandato do gestor, a LRF tem regras e proibições específicas que serão relacionadas nos tópicos a seguir:

10. 1. COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO

A transição de mandato é o processo em que o gestor atual deve propiciar condições efetivas ao novo gestor para implementar a nova administração, razão pela qual se torna um importante instrumento da gestão pública.

No TCE-MT, a matéria é abordada por meio da Resolução Normativa 19 /2016 que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros Chefes de Poderes Estaduais e Municipais e dirigentes de órgãos autônomos, por ocasião da transmissão de mandato.

Nesse sentido, na verificação do cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) Houve a constituição da comissão de transmissão de mandato, bem como a apresentação do Relatório Conclusivo (RN 19/2016).

Conforme documentação enviada ao Sistema Aplic, por meio dos Decretos 103 de 14/10/2024; 118 de 11/11/2024 e 143 de 16/12/2024, houve a devida constituição da Comissão de Transmissão de Governo, cujo relatório final foi emitido em 14/04/2025.

10. 2. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDA NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO





Ao titular de Poder ou Órgão é vedado contrair despesas nos últimos 8 meses do último ano de mandato que não possam ser cumpridas de forma integral dentro do exercício financeiro ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito.

Ressalta-se que as despesas e encargos compromissados a pagar até o final do exercício são utilizados para determinação da disponibilidade de caixa, conforme previsto no parágrafo único do art. 42 da LRF.

A metodologia adotada pela equipe técnica para apurar se houve ou não despesas contraídas nos últimos 8 meses do final de mandato, foi comparar o valor registrado por fonte de recurso, nos quadros 13.1 e 13.2 do Anexo 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO deste Relatório, referente à disponibilidade líquida nas datas de 31/12/2024 e 30/04/2024, respectivamente.

1) Não foram contraídas obrigações de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade financeira para seu pagamento (art. 42, caput, e parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000).

No quadro 13.1, data base 31/12/2024, a fonte 754 - Recursos de Operações de Crédito possui saldo negativo no valor de R\$ -924.697,10, ou seja, sem disponibilidade para pagamento dos restos a pagar. No entanto, o déficit na referida fonte não ocorreu nos dois últimos quadrimestres, uma vez que, conforme consta no quadro 13.2 (data base 30/04/2024), no primeiro quadrimestre essa fonte já estava negativa em R\$ -1.878.209,01, valor esse superior ao apurado ao final do exercício e demonstrado no quadro 13.1.

10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO

A contratação de operação de crédito é vedada nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001.

São exceções a essa regra:





1. O refinanciamento da Dívida Mobiliária;
2. As operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou Ministério da Fazenda, até 120 dias antes do final do mandato.

1) Não houve a contratação de operação de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Município (art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001).

Em consulta ao Sistema Aplic verificou-se que houve a contratação de uma operação de crédito em 29/07/2024, sendo que o respectivo Decreto de abertura de crédito adicional, Decreto nº 073/2024, foi emitido em 15/08/2024.

10. 4. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO

A contratação de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) são aquela em que o setor financeiro antecipa aos entes públicos as receitas tributárias futuras, sendo que, nessas operações, os tributos são oferecidos em garantia.

Quanto às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária vedou-se a realização dessas operações no último ano de mandato do Chefe do Executivo, a fim de dificultar ainda mais a possibilidade de que sejam transferidas dívidas para o mandato subsequente (art. 38, IV, b da LRF)

1) Não houve a contratação de antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato do municipal (art. 38, IV, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000; art. 15, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001).

10. 5. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO





De acordo com o art. 21, II da LRF é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

A vedação prevista no artigo 21, IV, a, da LRF incide sobre o ato de aprovação de lei expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato que implique em aumento da remuneração dos agentes públicos, independentemente da data em que o respectivo projeto de lei foi proposto ou colocado em pauta para apreciação legislativa, com base na jurisprudência do TCE-MT -Resolução Consulta n.º 21/2014-TP e Acórdão n.º 1.784/2006.

Não se encontra vedada pelo art. 21, IV, a, da LRF, a edição de atos vinculados e decorrentes de direitos já assegurados constitucionalmente ou legalmente, ou provenientes de situações jurídicas consolidadas antes do período de vedação, independentemente do momento em que tenham sido expedidos.

1) Não foi expedido ato de que resulte em aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato e/ou preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final de mandato. (Art. 21, II e IV, "a", da Lei Complementar nº 101/2000 e/ou Art. 21, III e IV, "b", da Lei Complementar nº 101/2000).

11. PRESTAÇÃO DE CONTAS

11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar n.º 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte ao prazo estabelecido no art. 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso





(sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa n.º 10/2008-TCE/MT-TP).

A Resolução Normativa n.º 03/2020 - TCE/MT-TP, em seu art. 1º, XI determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, conforme informações/documentos detalhados no leiaute do Anexo 1 desse normativo.

Além disso, a Orientação Normativa n.º 04/2016, do Comitê Técnico deste Tribunal de Contas, prescreve que a elaboração dos relatórios de contas de governo dos Poderes Executivos Municipais deve ser realizada por meio do sistema Conex-e, com base nas informações mensalmente encaminhadas por meio do sistema Aplic.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos envios de informações e documentos, referentes ao exercício de 2024.

 Prestação de Contas :: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções						
Principal						
☒ Consulta parametrizada						
Contabilidade						
	Competência	Prazo	P.. 1º envio	Último envio	Situação	Dias em atra...
▶	Carga Inicial	15/03/2024	14/03/2024 21:03:56	18/03/2024 21:11:16	ENVIADO NO PRAZO	
	Peças de Planejame...	30/01/2024	14/01/2024 11:24:23	14/01/2024 11:24:23	ENVIADO NO PRAZO	
	Janeiro	01/04/2024	26/03/2024 20:25:32	26/03/2024 20:25:32	ENVIADO NO PRAZO	
	Fevereiro	16/04/2024	16/04/2024 19:42:36	16/04/2024 19:42:36	ENVIADO NO PRAZO	
	Março	30/04/2024	30/04/2024 20:40:28	30/04/2024 20:40:28	ENVIADO NO PRAZO	
	Abril	03/06/2024	31/05/2024 22:29:51	31/05/2024 22:29:51	ENVIADO NO PRAZO	
	Maio	01/07/2024	01/07/2024 19:05:09	01/07/2024 19:05:09	ENVIADO NO PRAZO	
	Junho	31/07/2024	31/07/2024 19:25:00	31/07/2024 19:25:00	ENVIADO NO PRAZO	
	Julho	02/09/2024	07/09/2024 00:43:26	07/09/2024 00:43:26	ENVIADO FORA DO PRA...	5
	Agosto	30/09/2024	30/09/2024 20:01:47	30/09/2024 20:01:47	ENVIADO NO PRAZO	
	Setembro	31/10/2024	31/10/2024 21:18:34	31/10/2024 21:18:34	ENVIADO NO PRAZO	
	Outubro	10/12/2024	05/12/2024 18:13:04	05/12/2024 18:13:04	ENVIADO NO PRAZO	
	Novembro	03/02/2025	30/01/2025 17:06:36	30/01/2025 17:06:36	ENVIADO NO PRAZO	
	Dezembro	10/03/2025	12/03/2025 11:00:11	12/03/2025 11:00:11	ENVIADO FORA DO PRA...	2
	Encerramento	17/03/2025	18/03/2025 15:29:26	18/03/2025 15:29:26	ENVIADO FORA DO PRA...	1
•	Contas de Governo	16/04/2025	16/04/2025 19:19:42	16/04/2025 19:19:42	ENVIADO NO PRAZO	
	PPA				NÃO SE APLICA	
	LDO	29/01/2024	29/01/2024 18:27:49	29/01/2024 18:27:49	ENVIADO NO PRAZO	
	LQA	29/01/2024	29/01/2024 19:03:32	29/01/2024 19:03:32	ENVIADO NO PRAZO	





Ressalta-se que os envios intempestivos serão objeto de RNI em momento oportuno, cabendo neste processo apenas a apuração quanto a prestação de **contas de governo**.

1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e conforme a Resolução Normativa n.º 16/2021.

O prazo para envio das Contas Anuais de Governo de 2024 era até o dia 16/04/2025 e a Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte as encaminhou nesse mesmo dia. Portanto, dentro do prazo.

2) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF.

Segundo declaração encaminhada pelo Presidente da Câmara Municipal (Doc. Digital nº 592545/2025) as Contas Anuais de Governo de 2024 foram encaminhadas ao Poder Legislativo em 13/02/2025 e disponibilizadas aos contribuintes a partir de 14/02/2025.

3) O poder executivo contratou solução tecnológica para a implantação do SIAFIC no âmbito do município, nos termos do Decreto nº 10.540/2020.

Foi firmado o contrato nº 17/2025 com a empresa Agili Software Brasil Ltda.

12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Orientação Normativa n.º 02/2016 TCE/MT, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização julgados do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Assim, segue abaixo quadro contendo o Resultado dos Processos de Fiscalização, incluindo os processos de RNI e RNE:





Processos		Descrição do Processo	Houve Julgamento
Assunto	Número		
Resultado dos Processos de Fiscalização			
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	1893670/2024	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR REFERENTE EDITAL DE PREGAO ELETRONICO NR 028/2024	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	1947877/2024	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR EM FACE DE POSSIVEIS IRREGULARIDADES, REFERENTE AO PREGAO ELETRONICO N. 028/2024	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	1950215/2025	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA, COM PEDIDO DE CAUTELAR, REFERENTE A POSSIVEIS IRREGULARIDADES NO PREGAO ELETRONICO Nº 028/2024	ARQUIVADO

Sistema Control-P

13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações decorrentes de decisões anteriores foram observadas pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante das recomendações relevantes contidas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
Processo de Contas de Governo Anteriores					
2023	537357 /2023	6/2024	06/08/2024	RECOMENDAÇÕES	
				l) continue adotando medidas para melhorar o Índice de Gestão Fiscal Municipal - IGFM, tendo em vista que a melhoria na gestão é um fim a ser perseguido constantemente e a identificação de boas práticas devem ser aprimoradas e aperfeiçoadas (Item 2.3. do Relatório Técnico Preliminar);	Tendo em vista a melhora do IGFM Geral, de 0,53 em 2023 para 0,60 em 2024, considera-se a recomendação atendida.





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				II) adote providências para que as exigências da Lei Complementar Federal nº 14.164/2021 sejam integralmente cumpridas, em especial a inserção de conteúdos acerca da violência contra a criança, o adolescente e a mulher bem como a instituição/realização da "Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher";	Considerando o disposto no item 13.2 deste relatório, a recomendação não foi atendida.
				III) considere os valores com terceirizações no limite de gasto com pessoal e que proceda ao acompanhamento quadrimestral, estabelecido no art. 22 da LRF, com o fim de adequar ao limite prudencial de gastos com o poder executivo estabelecido pela LRF;	Conforme relatado no item 6.4, essa recomendação não foi atendida.
				IV) implemente medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais;	Conforme relatado no item 13.1, o índice de transparência subiu de 74,755 em 2023 para 82,51% em 2024. Portanto, apesar de não ter atingido 100%, entende-se que a recomendação atendida.
				V) evite o atraso no pagamento das contribuições previdenciárias ao RPPS, alertando-lhe que os pagamentos de multas e juros de mora já realizados poderão ser somados a encargos moratórios futuros para fins de abertura de Tomada de Contas, de acordo com o § 1º do art. 7º da Resolução Normativa TCE/MT nº 24/2014 - TP; e	Recomendação atendida.
2022	89621/2022	56/2023	19/09/2023	RECOMENDAÇÕES	
				I) realize estudos periódicos de aprimoramento do Portal Transparência, devendo levar em consideração sobretudo a Resolução Normativa 25/2012 deste Tribunal (atualizada pela RN 23/2017-TP), a fim de garantir total transparência das informações e, por consequência, assegurar o pleno exercício do direito de fiscalização da sociedade e do controle externo;	Conforme relatado no item 13.1, o índice de transparência subiu de 74,755 em 2023 para 82,51% em 2024. Portanto, apesar de não ter atingido 100%, entende-se que a recomendação atendida.
				II) ao utilizar decreto para a abertura de créditos adicionais com base em excesso de arrecadação, apresente	





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				documentação comprobatória da existência dos recursos e discrimine no referido documento a fonte dos recursos e/ou a memória do cálculo que apurou a tendência do excesso para o exercício, a fim de não subsistirem dúvidas acerca da sua legalidade;	Considerando o achado relatado no item 3.1.3.1 deste relatório, conclui-se que a recomendação não foi atendida.
				III) aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal /capacidade financeira do município, de modo a compatibilizá-las com as peças de planejamento;	Recomendação não atendida, tendo em vista o não atingimento da meta de resultado primário, conforme explicitado no item 8.1.
				IV) observe fielmente os prazos para prestação de contas perante este Tribunal;	Recomendação atendida.
				V) acompanhe a situação das despesas com pessoal do Poder Executivo e adote eventuais medidas necessárias, a fim de evitar a ocorrência futura de irregularidade gravíssima e/ou que o ente municipal incorra nas vedações legais indicadas no artigo 22, parágrafo único, do mesmo diploma legal, caso a despesa total com pessoal exceda a 95% do limite;	Recomendação não atendida, tendo em vista o relatado no item 6.4.1.

Control-p

13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Considerando a relevância da transparência pública na aferição da responsabilidade legal, social e como indicador da boa e regular governança pública - em especial por garantir o acesso às prestações de contas e demais informações e serviços públicos, em observância aos princípios constitucionais e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação - este Tribunal de Contas, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio de outros Tribunais de Contas brasileiros e instituições do sistema, instituíram o Programa Nacional de





Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos em todo o país.

De acordo com a metodologia nacionalmente padronizada, os portais avaliados são classificados a partir dos índices obtidos, que variam de 0 a 100%. Assim, a metodologia definiu níveis de transparência para cada faixa de índices, conforme se demonstra abaixo:

Faixa de Transparência	Nível Mínimo de Transparência	Requisito Adicional
Diamante	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
Ouro	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
Prata	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
Elevado	Entre 75% e 100%	Menos de 100% dos critérios essenciais
Intermediário	Entre 50% e 74%	-
Básico	Entre 30% e 49%	-
Inicial	Entre 1% e 29%	-
Inexistente	0%	-

Fonte: Cartilha PNTD 2024

Assim, apresenta-se abaixo o resultado da avaliação realizada em 2024 acerca da transparência da Prefeitura Municipal de **GUARANTA DO NORTE**, cujos resultados foram homologados por este Tribunal mediante Acórdão 918/2024 - PV.

Quadro Transparência - Série histórica 2023 e 2024

EXERCÍCIO	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
2023	0.7475	Intermediário
2024	0.8251	Elevado

Conforme se observa, os índices revelam melhoria do nível transparência da Prefeitura Municipal de **GUARANTA DO NORTE**, de 2023 para 2024, passando de intermediário para elevado. Não obstante, é imprescindível a implementação de medidas para garantir níveis mais elevados.

As avaliações completas e demais informações atinentes ao ciclo de 2024, assim como toda metodologia e ferramentas do PNTD, estão disponíveis em <https://radardatransparencia.atricon.org.br/>.





1) Nível de transparência da unidade gestora no exercício de 2024.

No exercício de 2024, a Prefeitura Municipal de **GUARANTA DO NORTE** apresentando melhora do índice de transparência, comparado ao exercício anterior. No entanto, considerando o índice de transparência de 82,51%, do exercício de 2024, sugere-se a expedição de recomendação à atual gestão da Prefeitura Municipal para que implemente medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais.

13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

A Lei n.º 14.164/2021 alterou a Lei 9.394/1996 (LDB Nacional), determinando no §9º, do art. 26, a inclusão de temas transversais, conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e no art. 2º, instituiu a realização da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” a se realizar preferencialmente no mês de março.

Assim, a publicação desse normativo incentiva a comunidade escolar a uma reflexão sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher, bem como permite o debate desse tema desde a infância (Fonte: Agência Senado).

Dada a importância do tema foram avaliadas as ações adotadas pelo município:

1) Não foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, nos termos da Lei 14.164/2021.

Diante disso, sugere-se que seja expedida recomendação ao gestor para que, quando da elaboração da próxima Lei Orçamentária Anual, faça constar dotação específica para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher.





2) Não foi realizada nenhuma ação relativa ao cumprimento da Lei n.º 14.164/2021

As irregularidades decorrentes dessa falta de ação estão especificadas nos itens 3 e 4, que tratam respectivamente da inclusão do tema no currículo escolar (artigo 1º da lei) e realização da semana de combate a violência contra a mulher (artigo 2º da lei).

3) Não foram inseridos nos currículos escolares conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996. OC19.

Dispositivo Normativo:

Art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996 e Lei nº 14.164/2021

3.1) Não adoção de providências para inclusão no currículo escolar, de conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher. - OC19

A Secretaria Geral de Controle Eterno elaborou questionário sobre as ações preventivas de violência contra a mulher, que deveria ser respondido e enviado por todos os municípios, via sistema Aplic, conforme Comunicado Aplic nº 21/2024, de 20/12/2024.

A prefeitura municipal de Guarantã do Norte enviou, no item onde deveria constar o questionário respondido, o modelo elaborado pela Segecex sem nenhuma informação, conforme figura abaixo.

Modelo

ANEXO – QUESTIONÁRIO SOBRE AÇÕES PREVENTIVAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

(Referente ao Comunicado APLIC nº 21/2024 – Exercício de 2024)

1. Foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher?

() Sim
(x) Não





() Não

Caso tenha respondido "Sim", informe:

- Valor total destinado: R\$ _____
- Programa(s) e ação(ões) correspondentes: _____

2. Quais foram as ações adotadas para cumprimento da Lei nº 14.164/2021?

(Descreva as iniciativas implementadas pelo município ou entidade para garantir a aplicação da referida lei.)

3. Foram incluídos nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher?

() Sim

() Não

Caso tenha respondido "Sim", informe:

- Ano de implementação: _____
- Série(s) ou ano(s) contemplados: _____

4. Foi realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher?

() Sim

() Não

Caso tenha respondido "Sim", informe:

- Data de realização: ____/____/____
- Instituições participantes: _____

Diante do documento enviado, conclui-se que o município não adotou nenhuma providência para incluir, nos currículos escolares, conteúdos sobre prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996.

4) Não foi instituída/realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2024, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 1.164/2021. OC20.





Dispositivo Normativo:

Lei nº 14.164/2021

4.1) *Ausência de instituição e realização da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.* - **OC20**

A Lei 14.14/2021 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e instituir a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, conforme prescreve seu artigo 2º:

Art. 2º Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

A Secretaria Geral de Controle Eterno elaborou questionário sobre as ações preventivas de violência contra a mulher, que deveria ser respondido e enviado por todos os municípios, via sistema Aplic, conforme Comunicado Aplic nº 21/2024, de 20/12/2024.

A prefeitura municipal de Guarantã do Norte enviou, no item onde deveria constar o questionário respondido, o modelo elaborado pela Segecex sem nenhuma informação, conforme figura abaixo.

Modelo

ANEXO – QUESTIONÁRIO SOBRE AÇÕES PREVENTIVAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

(Referente ao Comunicado APLIC nº 21/2024 – Exercício de 2024)

1. Foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher?

- () Sim
(☒) Não





Caso tenha respondido "Sim", informe:

- Valor total destinado: R\$ _____
- Programa(s) e ação(ões) correspondentes: _____

2. Quais foram as ações adotadas para cumprimento da Lei nº 14.164/2021?
(Descreva as iniciativas implementadas pelo município ou entidade para garantir a aplicação da referida lei.)

3. Foram incluídos nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher?

- () Sim
() Não

Caso tenha respondido "Sim", informe:

- Ano de implementação: _____
- Série(s) ou ano(s) contemplados: _____

4. Foi realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher?

- () Sim
() Não

Caso tenha respondido "Sim", informe:

- Data de realização: ____/____/____
- Instituições participantes: _____

Considerando a ausência de resposta por parte da prefeitura, pode-se concluir que o município não adotou providências para instituir e realizar Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, conforme preconiza o art. 2º, da Lei nº 14.164/2021.

13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)





A Decisão Normativa n.º 7/2023 - PP/TCE-MT homologou as soluções técnico-jurídicas produzidas na Mesa Técnica n.º 4/2023, que teve como objetivo estabelecer consenso sobre questões relacionadas ao vínculo empregatício e à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE). Essa decisão visa promover o cumprimento dos dispositivos legais e constitucionais que regulamentam essas categorias, especialmente aqueles introduzidos pelas Emendas Constitucionais n.º 51/2006 e n.º 120/2022.

Dessa forma, foram analisados os seguintes pontos destacados na Decisão Normativa n.º 7/2023:

1) O Salário inicial percebido pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE) se encontra no patamar correspondente ao montante de, no mínimo, 02 (dois) salários-mínimos conforme estabelece a Emenda Constitucional n.º 120/2022.

A Lei Complementar Municipal nº 312/2022 fixou os vencimentos iniciais dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) em R\$ 2.424,00, correspondente a exatos dois salários mínimos da época, que era de R\$ 1.212,00.

Em 2024, o valor do salário base dos ACS e dos ACE foi de R\$ 2.933,56, ou seja, acima de dois salários mínimos (R\$ 2.824,00), conforme imagem de recorte da folha de pagamento de dezembro a seguir:



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE - MT

GUARANTA DO NORTE - MT, RUA OLIVEIRA, Nº 135, JARDIM VITÓRIA

Data: Quarta-feira, 16 de Abril de 2025

TIPO DA FOLHA - NORMAL - N - 12/2024

SITUAÇÃO - PAGA

SERVIDOR: 6166.1 - FAUZ

CPF: 089

Exercício: 07/03/2024

Status: Exercício

CARGO: 271 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

H.S: 40 H.M: 200

CLASSE: A NÍVEL: 01

VALOR: 2.933,56

FORMA DE CONTRATAÇÃO: 20 - CERTIFICADO

COD	DESCRIÇÃO	Nº Parc	REFERÊNCIA	BASE	QTD	PROVENTO	DESCONTO
1	HORAS NORMAIS	0,0000 Fixo	DIA	2.933,5600	30,0000	2.933,56	
12	INSALUBRIDADE 20%	20,0000 Fixo	PERCENTUAL	2.933,5600	20,0000	586,71	
56	PREVIGUAR	14,0000 Fixo	AUTOMÁTICO	2.933,5600	14,0000		410,70
58	I.R.R.F.	15,0000 Fixo	AUTOMÁTICO	2.955,4700	15,0000		61,88
361	SINDICATO MUNICIPAL	2,0000 Fixo	PERCENTUAL	2.933,5600	2,0000		58,67
TOTAL PROVENTOS: 3.520,27		TOTAL DESCONTOS: 531,25		TOTAL LÍQUIDO: 2.989,02		DP IRRF: 0 DP SAL. FAMÍLIA: 0	

SERVIDOR: 5828.1 - ANA CRISTINA

CPF: 049

Exercício: 19/06/2023

Status: Exercício





CARGO: 560 - AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS			H.S: 40	H.M: 200	CLASSE: A	NÍVEL: 01	VALOR: 2.933,56	
FORMA DE CONTRATAÇÃO: 20 - CERTIFICADO								
COD	DESCRIÇÃO	Nº Parc	REFERÊNCIA	BASE	QTD	PROVENTO	DESCONTO	
1	HORAS NORMAIS	0,0000 Fixo	DIA	2.933,5600	30,0000	2.933,56		
12	INSALUBRIDADE 20%	20,0000 Fixo	PERCENTUAL	2.933,5600	20,0000	586,71		
56	PREVIGUAR	14,0000 Fixo	AUTOMÁTICO	2.933,5600	14,0000		410,70	
58	I.R.R.F.	15,0000 Fixo	AUTOMÁTICO	2.919,9800	15,0000		56,55	
361	SINDICATO MUNICIPAL	2,0000 Fixo	PERCENTUAL	2.933,5600	2,0000		58,67	
TOTAL PROVENTOS: 3.520,27		TOTAL DESCONTOS: 525,92		TOTAL LÍQUIDO: 2.994,35		DP IRRF: 1	DP SAL. FAMÍLIA: 1	

2) Houve pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE, em percentual do vencimento ou salário-base de acordo com o grau de risco.

O adicional de insalubridade deve ser pago aos ACS e ACE, nos seguintes percentuais do vencimento ou salário-base:

- 40% (quarenta por cento) para os agentes que executam atividades de grau máximo;
- 20% (vinte por cento) para os agentes que executam atividades de grau médio; e
- 10% (dez por cento) para os agentes que executam atividades de grau mínimo.

Conforme mostrado na figura colada no item anterior, foi pago, na folha de pagamento de dezembro, o valor da insalubridade equivalente a 10% do salário base. Esse mesmo percentual foi pago para todos os demais ACS e ACE constantes na referida folha de pagamento.

3) Houve concessão de RGA para a categoria de forma igualitária com as demais carreiras.

A RGA dos servidores do município de Guarantã do Norte foi concedida por meio da Lei nº 2362, de 07 de fevereiro de 2024, a todos os servidores do Poder Executivo Municipal, exceto aos “ocupantes dos cargos de provimento em comissão, agentes políticos e aos profissionais da educação” no percentual de 3,71%.

4) A previsão de aposentadoria especial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE) não foi considerada no cálculo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). ZA01.

Dispositivo Normativo:





Art. 8º da DN 07/2023

4.1) *Ausência de previsão de aposentadoria especial para os ACS e ACE no cálculo atuarial do RPPS, com data focal em 31/12/2024. - ZA01*

A Decisão Normativa Nº 7/2023 – PP, de 17/10/2023, que “Homologa as soluções técnico-jurídicas consensadas pela Mesa Técnica nº 4/2023 fundamentadas nos estudos técnicos constantes do Processo nº 50.586-2/2023 e na Resolução Normativa nº 12/2021-TP”, prescreve em seu artigo 8º que:

Art. 8º Os gestores municipais deverão assegurar que no cálculo atuarial do Regime Próprio de Previdência seja considerado o impacto da aposentadoria especial dos profissionais ACS e ACE, assegurada pela Emenda Constitucional nº 120/2022.

Ao se analisar o Relatório de Avaliação Atuarial do Fundo Municipal de Previdência Social de Guarantá do Norte, com data focal em 31/12/2024, verifica-se que, item “**b. Condições de Elegibilidade**”, do capítulo “**3-Plano de Benefícios e Condições de Elegibilidade**”, existe a destinação dos servidores em geral apenas para a categoria **professores**, não havendo nenhuma referência aos ACS e ACE.

Portanto, não houve a previsão de aposentadoria especial para os ACS e ACE no cálculo atuarial do RPPS, em afronta ao art. 8º da DN Nº 7/2023.

13. 4. OUVIDORIA

A existência de ouvidorias ou unidades responsáveis pelo recebimento de manifestações é uma exigência legal prevista na Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública. No contexto das contas de governo analisadas pelo





Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), a implementação dessas estruturas tem papel fundamental na promoção da transparência, no fortalecimento do controle social e na melhoria da gestão pública.

Com o objetivo de fomentar a criação e o funcionamento dessas unidades nos municípios, o TCE-MT lançou, em 2021, o projeto "Ouvidoria para Todos", estruturado em quatro fases. A primeira fase consistiu em uma pesquisa de cenário sobre a existência das ouvidorias municipais, acompanhada da atualização cadastral.

Na segunda fase, foi emitida a Nota Técnica n.º 002/2021 (<https://www.tce.mt.gov.br/conteudo/download/nota-tecnica-no-02-2021-processo-no-6008572021/103596>), que dispõe sobre o posicionamento do TCE-MT quanto à adequação das unidades jurisdicionadas à Lei nº 13.460/2017, além da realização de um evento de sensibilização para gestores e servidores. A terceira fase teve foco na capacitação, por meio de um curso voltado à implantação e funcionamento das ouvidorias. Agora, na quarta e última fase, será realizada a fiscalização da efetiva implementação dessas unidades nos municípios.

O presente relatório técnico tem como propósito analisar a existência e o funcionamento das ouvidorias no âmbito municipal, bem como a existência e atualização de carta de serviços subsidiando a avaliação das contas de governo e contribuindo para o aprimoramento das políticas de transparência e participação cidadã.

1) Existe um ato formal de criação da Ouvidoria no âmbito da entidade pública.

A Lei Municipal nº 2147/2022, de 28 de março de 2022, instituiu a Ouvidoria Geral no âmbito do município de Guarantã do Norte.

2) Existe ato administrativo que designa oficialmente o responsável pela Ouvidoria.

Trata-se da Portaria nº 1224/2021, de 1º de dezembro de 2021, que nomeou a Sra. Jaine Aparecida Damacena da Silva como responsável pela gestão da ouvidoria municipal e ouvidoria do SUS.





3) Há regulamentação específica que estabelece as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria.

A própria lei de criação da ouvidoria geral do município, Lei nº 2147/2022, já estabelece as competências, regras e o funcionamento da Ouvidoria.

4) A entidade pública disponibiliza Carta de Serviços ao Usuário atualizada com informações claras sobre os serviços prestados, requisitos, prazos e formas de acesso e com os canais disponíveis para contato com a Ouvidoria e para registro de manifestações.

A Carta de Serviços ao Usuário pode ser acessada pelo site da Ouvidoria, no link: <https://ouvidoria.guarantadonorte.mt.gov.br/>

14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Considerando as análises realizadas sobre as prestações de contas encaminhadas ao TCE-MT e com o objetivo de se promover melhorias na gestão do fiscalizado, sugere-se ao Relator que recomende ao Chefe do Poder Executivo Municipal:

1. Considerando que a relação entre despesas correntes e receitas correntes no exercício de 2024 (92,08%) supera 85% e, ainda, que está muito próximo do limite máximo, recomenda-se ao Gestor que implemente, dentro possível, as medidas de acompanhamento e de redução da despesa corrente sugeridas nos incisos I a X do caput do art. 167-A da CF. (item 6.6)
2. Tendo em vista que o município de Guarantã do Norte teve classificação “C” no ISP, recomenda-se ao Gestor municipal que promova ações conjuntas com o RPPS, a fim de adotar medidas para fortalecer a governança e gestão, aprimorar a suficiência financeira, a acumulação de recursos, bem como a melhoria da situação atuarial. (item 7.1.1)
3. Considerando que o RPPS está no Nível de Acesso à Certificação do Pró-Gestão, desde 2020, sem obter a certificação até o momento, recomenda-se que





o Gestor tome providências junto ao RPPS, para este conclua os procedimentos para a efetiva certificação do Pró-Gestão RPPS, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185 /2015, para a implementação do Programa e a obtenção da certificação institucional, conforme Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008/2024. (item 7.1.2)

4. Diante do fato do município ter feito apenas reforma parcial no RPPS, recomenda-se que se adote providências relacionadas à discussão e viabilidade de aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios acerca das regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte, relativas ao seu RPPS, como de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. (item 7.2.1)
5. Considerando o Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos de apenas 0,62, recomenda-se ao Gestor municipal que, por intermédio do órgão gestor do RPPS, adote providências concretas no sentido de fortalecer os ativos garantidores do plano de benefícios, compatibilizar o crescimento da provisão matemática e a política de custeio vigente e realizar o acompanhamento periódico do índice. (item 7.2.4.1)
6. Considerando o índice de transparência de 82,51%, no exercício de 2024, sugere-se a expedição de recomendação à atual gestão da Prefeitura Municipal para que implemente medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais. (item 13.1)
7. Quando da elaboração da próxima Lei Orçamentária Anual, faça constar dotação específica para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. (item 13.2)

14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO

No entendimento desta equipe, o Senhor **ERICO STEVAN GONCALVES** Prefeito do Município de **GUARANTA DO NORTE** - exercício **2024** deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:





ERICO STEVAN GONCALVES - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2024

1) AA06 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVISSIMA_06. Despesa total com pessoal acima dos limites estabelecidos pela legislação (arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000).

1.1) *Não atendimento ao limite máximo de 54% com Depsesas de Pessoal.* - Tópico - 6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF

2) CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03. Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

2.1) *Não foi realizada a apropriação mensal das férias e 13º salário, em desacordo com os itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.* - Tópico - 5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

3) CB05 CONTABILIDADE_GRAVE_05. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

3.1) *A apropriação do resultado patrimonial, apurado na DVP, ao Patrimônio Líquido do exercício de 2023 não confere com o total do Patrimônio Líquido do Exercício de 2024.* - Tópico - 5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

4) CB06 CONTABILIDADE_GRAVE_06. Ausência de apresentação de contas individualizadas e consolidadas (art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000).

4.1) *As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 não foram publicadas de forma consolidada.* - Tópico - 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS





5) CC09 CONTABILIDADE_MODERADA_09. Forma e/ou conteúdo das Demonstrações Contábeis divergente dos modelos estabelecidos nas normas contábeis (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

5.1) *A forma de apresentação e o conteúdo do quadro principal referente as receitas, no Balanço Orçamentário, diverge do modelo estabelecido pela STN.* - Tópico - 5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

5.2) *A forma de apresentação e o conteúdo do quadro Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, na Demonstração das Variações Patrimoniais, não segue o modelo estabelecido pela STN.* - Tópico - 5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

5.3) *A forma de apresentação e o conteúdo da Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, não segue o modelo estabelecido pela STN.* - Tópico - 5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

5.4) *Nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 não consta nenhuma Nota Explicativa.* - Tópico - 5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

5.5) *O conteúdo do Balanço Financeiro não evidencia as receitas e despesas orçamentárias nem os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, além de divergir do modelo estabelecido pela STN quanto à forma de apresentação.* - Tópico - 5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

6) DB99 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_99. Irregularidade referente a “Gestão Fiscal/Financeira” não contemplada em classificação específica).

6.1) *A gestão municipal não emitiu ato de limitação de empenho e/ou movimentação financeira em um cenário no qual o comportamento das receitas primárias não foi suficiente para acompanhar o aumento das despesas primárias, o*





que resultou no não cumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO 2024. - Tópico - 8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

7) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

7.1) Abertura de créditos adicionais por conta de recursos de excesso de arrecadação inexistentes no montante de R\$ 60.983,61. - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

7.2) Abertura de créditos adicionais por conta de recursos de excesso de arrecadação inexistentes no montante de R\$ 997.529,71. - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8) LB99 RPPS_GRAVE_99. Irregularidade referente a “Regime Próprio de Previdência Social - RPPS” não contemplada em classificação específica).

8.1) Ausência de instituição do RPC e/ou de adesão a convênio com entidade fechada de previdência complementar autorizado. - Tópico - 7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA

9) MC99 PRESTAÇÃO DE CONTAS_MODERADA_99. Irregularidade referente a “Prestação de Contas” não contemplada em classificação específica).

9.1) Ausência de elaboração/não envio do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Li Complementar nº 347/2024. - Tópico - 7. 2. 5. 2. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

10) NB05 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_05. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000).





10.1) *Ausência de divulgação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 no Portal da Transparência do município.* - Tópico - 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

11) OC19 POLÍTICAS PÚBLICAS_MODERADA_19. Currículo escolar da educação infantil, do ensino fundamental e/ou ensino médio, sem abranger os conteúdos mínimos exigidos pela legislação (art. 26 da Lei nº 9.394/1996).

11.1) *Não adoção de providências para inclusão no currículo escolar, de conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher.* - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

12) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA_MODERADA_20. Ano letivo escolar sem a realização da “semana escolar de combate à violência contra a mulher” (art. 2º da Lei nº 14.164/2021).

12.1) *Ausência de instituição e realização da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.* - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

13) ZA01 DIVERSOS_GRAVISSIMA_01. Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

13.1) *Ausência de previsão de aposentadoria especial para os ACS e ACE no cálculo atuarial do RPPS, com data focal em 31/12/2024.* - Tópico - 13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)

14. 3. APÊNDICES

Este relatório possui apêndices que podem ser acessados via ferramenta de leitura de PDF pela opção Anexos.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Em Cuiabá-MT, 9 de junho de 2025

GILSON GREGORIO

AUDITOR PUBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA





ANEXOS

REL. PRELIMINAR CONTAS ANUAIS GOVERNO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE - 2024

Anexo: 1 - ORÇAMENTO

Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 15.789.284,91
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 405.520,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 5.071.186,42
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 49.100,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 1.055.819,73
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 3.700,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 250.000,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 440.558,16
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 3.425.172,55
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 223.800,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 121.000,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 3.613.037,69
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 7.000,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 22.900,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 8.596.322,81
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 27.320,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 480,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 22.200,00
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	R\$ 173.800,00
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 1.012.641,37





FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 125.300,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 129.750,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 487.000,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 115.000,00
		R\$ 41.167.893,64
FONTE DE FINANCIAMENTO: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 3.831.500,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.284.730,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.663.800,00
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 3.671.419,24
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 829.739,01
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 38.550,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.309.303,75
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 573.082,32
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 7.495.890,00
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 5,23
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 381.000,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 8.650,00
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 3.000,00
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 54.723,91
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 70,00
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 10,00
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	R\$ 446.900,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 532.100,00
		R\$ 22.124.473,46
FONTE DE FINANCIAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 4.528.114,63
		R\$ 4.528.114,63
FONTE DE FINANCIAMENTO: SUPERÁVIT FINANCEIRO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 4.385.715,18
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.410.996,66
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 133.697,21
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 271.067,44





FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 9.508,42
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 3.536,34
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 137.525,42
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 569.938,96
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 555.335,94
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.136.917,64
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 1.848,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 3.811.307,71
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 215.048,56
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 20.345,84
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 192,70
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 113,76
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 65.038,47
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.225.984,20
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 52.257,12
706	Transferência Especial da União	R\$ 64.155,38
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 72.680,20
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 227.000,33
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 76.014,75
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 52.198,98
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 13.745,86
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 764.652,70
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	R\$ 13.741,12
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	R\$ 63.590,74
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 1.698,36
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 180.804,15
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 83.713,10
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 26.385,93
		R\$ 17.646.757,17
FONTE DE FINANCIAMENTO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA		





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES		
	TOTAL GERAL	R\$ 85.467.238,90

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > por Fonte/Financiamento > Dados Consolidados do Ente





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 1.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 5.885.000,00	R\$ 230.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.070.000,00	R\$ 5.045.000,00	-14,27%
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	R\$ 14.927.000,00	R\$ 8.321.997,35	R\$ 3.212.303,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.008.908,16	R\$ 23.452.392,89	57,11%
FUNDEB	R\$ 1.075.000,00	R\$ 4.088.736,36	R\$ 442.101,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 745.450,00	R\$ 4.860.387,71	352,12%
FUNDO MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL	R\$ 3.045.000,00	R\$ 508.042,35	R\$ 54.529,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 176.700,00	R\$ 3.430.872,26	12,67%
FUNDO MUNICIPAL DE DESPORTO	R\$ 955.200,00	R\$ 367.684,02	R\$ 5.959,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 435.514,46	R\$ 893.329,40	-6,47%
FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO	R\$ 324.500,00	R\$ 24.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 155.900,00	R\$ 193.000,00	-40,52%
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 63.878.500,00	R\$ 27.841.006,27	R\$ 2.541.738,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.100.433,56	R\$ 83.160.811,51	30,18%
FUNDO MUNICIPAL DO CMDCA	R\$ 897.000,00	R\$ 110.961,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 173.600,00	R\$ 834.361,69	-6,98%
FUNDO								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	R\$ 2.350.810,47	R\$ 643.004,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 574.500,00	R\$ 2.419.314,74	2,91%
FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	R\$ 27.000,00	R\$ 28.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.500,00	R\$ 49.900,00	84,81%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 2.105.500,00	R\$ 405.281,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 462.435,00	R\$ 2.048.346,00	-2,71%
PREVIGUAR - FUNDO MUN.PREV. SOCIAL GUARANTA DO NORT	R\$ 20.337.000,00	R\$ 137.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 602.000,00	R\$ 20.272.000,00	-0,32%
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)	R\$ 1.373.000,00	R\$ 46.286,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.700,00	R\$ 1.393.586,34	1,49%
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	R\$ 36.322.000,00	R\$ 5.897.900,00	R\$ 4.027.605,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.080.286,42	R\$ 41.167.219,24	13,34%
SALÁRIO EDUCAÇÃO	R\$ 1.800.000,00	R\$ 2.156.626,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.055.819,73	R\$ 2.900.806,45	61,15%
SALÁRIO EDUCAÇÃO	R\$ 15.000,00	R\$ 9.508,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.508,42	63,38%
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$ 9.603.439,53	R\$ 870.191,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.468.740,63	R\$ 9.004.890,02	-6,23%
SECRETARIA DE								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	R\$ 4.806.000,00	R\$ 1.249.827,12	R\$ 243.525,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.142.515,00	R\$ 5.156.837,13	7,30%
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	R\$ 2.099.400,00	R\$ 450.669,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 494.650,00	R\$ 2.055.419,00	-2,09%
SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE	R\$ 5.492.400,00	R\$ 943.899,75	R\$ 8.155.060,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.597.458,63	R\$ 11.993.901,80	118,37%
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	R\$ 35.038.250,00	R\$ 10.292.435,14	R\$ 92.857,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.523.432,05	R\$ 36.900.110,66	5,31%
	R\$ 212.357.000,00	R\$ 64.623.856,38	R\$ 19.175.682,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.899.543,64	R\$ 257.256.995,26	
Intraorçamentários								
CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 205.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 445.000,00	117,07%
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	R\$ 175.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.900,00	R\$ 151.600,00	-13,37%
FUNDEB	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28.050,00	R\$ 1.950,00	-93,50%
FUNDO MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL	R\$ 251.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 252.000,00	0,39%
FUNDO MUNICIPAL DE DESPORTO	R\$ 98.000,00	R\$ 2.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.000,00	R\$ 87.300,00	-10,91%
FUNDO								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 6.572.000,00	R\$ 792.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.980.300,00	R\$ 5.384.600,00	-18,06%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 105.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.200,00	R\$ 96.800,00	-7,81%
PREVIGUAR - FUNDO MUN.PREV. SOCIAL GUARANTA DO NORT	R\$ 113.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 178.000,00	57,52%
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	R\$ 6.278.000,00	R\$ 530.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	R\$ 6.768.000,00	7,80%
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$ 572.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 51.000,00	R\$ 521.000,00	-8,91%
SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	R\$ 124.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 400,00	R\$ 137.600,00	10,96%
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	R\$ 157.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.400,00	R\$ 151.600,00	-3,43%
SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE	R\$ 148.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 44.200,00	R\$ 103.800,00	-29,86%
SECRETARIA								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	R\$ 490.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 66.900,00	R\$ 438.100,00	-10,59%
	R\$ 15.318.000,00	R\$ 1.667.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.268.350,00	R\$ 14.717.350,00	
TOTAL	R\$ 227.675.000,00	R\$ 66.291.556,38	R\$ 19.175.682,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.167.893,64	R\$ 271.974.345,26	19,45%

APLIC > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Por Unidade Orçamentária>Dados Consolidados do Ente





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais
Financiados por Superávit**

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit							
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 4.536.995,70	R\$ 84.209,19	R\$ 4.621.204,89	R\$ 4.385.715,18	R\$ 0,00	R\$ 4.385.713,06
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.803.403,12	R\$ 84.842,37	R\$ 1.888.245,49	R\$ 1.410.996,66	R\$ 0,00	R\$ 1.386.996,66
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 133.697,21	R\$ 0,00	R\$ 133.697,21	R\$ 133.697,21	R\$ 0,00	R\$ 133.697,21
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 271.067,44	R\$ 0,00	R\$ 271.067,44	R\$ 271.067,44	R\$ 0,00	R\$ 269.604,09
	Transferências de Recursos do FNDE						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
551	referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 9.508,42	R\$ 0,00	R\$ 9.508,42	R\$ 9.508,42	R\$ 0,00	R\$ 9.508,10
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 3.536,34	R\$ 0,00	R\$ 3.536,34	R\$ 3.536,34	R\$ 0,00	R\$ 3.506,47
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 137.525,42	R\$ 0,00	R\$ 137.525,42	R\$ 137.525,42	R\$ 0,00	R\$ 137.525,42
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 569.939,08	R\$ 0,00	R\$ 569.939,08	R\$ 569.938,96	R\$ 0,00	R\$ 560.102,83
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 589.349,85	R\$ 0,00	R\$ 589.349,85	R\$ 555.335,94	R\$ 0,00	R\$ 553.441,25
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
600	Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.243.717,91	R\$ 0,00	R\$ 1.243.717,91	R\$ 1.136.917,64	R\$ 0,00	R\$ 1.136.332,30
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 1.848,00	R\$ 0,00	R\$ 1.848,00	R\$ 1.848,00	R\$ 0,00	R\$ 1.848,00
	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
605	salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 3.816.200,62	R\$ 8.500,08	R\$ 3.824.700,70	R\$ 3.811.307,71	R\$ 0,00	R\$ 3.808.760,70
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 1.640,26	R\$ 0,00	R\$ 1.640,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 242.743,21	R\$ 0,00	R\$ 242.743,21	R\$ 215.048,56	R\$ 0,00	R\$ 161.077,10
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 88.895,09	R\$ 0,00	R\$ 88.895,09	R\$ 20.345,84	R\$ 0,00	R\$ 20.345,84
	Transferências de Convênios e						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
665	Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 192,70	R\$ 0,00	R\$ 192,70	R\$ 192,70	R\$ 0,00	R\$ 192,70
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 421.333,99	R\$ 0,00	R\$ 421.333,99	R\$ 113,76	R\$ 0,00	R\$ 113,76
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 639.971,66	R\$ 2.903,95	R\$ 642.875,61	R\$ 65.038,47	R\$ 0,00	R\$ 63.014,09
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.226.944,33	R\$ 0,00	R\$ 3.226.944,33	R\$ 3.225.984,20	R\$ 0,00	R\$ 3.225.984,20
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 52.257,12	R\$ 0,00	R\$ 52.257,12	R\$ 52.257,12	R\$ 0,00	R\$ 52.257,12
706	Transferência Especial da União	R\$ 64.160,23	R\$ 0,00	R\$ 64.160,23	R\$ 64.155,38	R\$ 0,00	R\$ 63.299,02
	Transferência da União Referente à Compensação						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
708	Financeira de Recursos Minerais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 263.830,30	R\$ 0,00	R\$ 263.830,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 72.680,20	R\$ 0,00	R\$ 72.680,20	R\$ 72.680,20	R\$ 0,00	R\$ 72.680,20
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 235.762,33	R\$ 0,00	R\$ 235.762,33	R\$ 227.000,33	R\$ 0,00	R\$ 184.702,46
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 79.564,12	R\$ 11.158,00	R\$ 90.722,12	R\$ 76.014,75	R\$ 0,00	R\$ 70.000,00
	Transferências da Política Nacional Aldir						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
719	Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 52.198,98	R\$ 0,00	R\$ 52.198,98	R\$ 52.198,98	R\$ 0,00	R\$ 52.198,98
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 13.745,86	R\$ 0,00	R\$ 13.745,86	R\$ 13.745,86	R\$ 0,00	R\$ 13.677,10
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 764.652,70	R\$ 0,00	R\$ 764.652,70	R\$ 764.652,70	R\$ 0,00	R\$ 761.870,56
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	R\$ 13.741,12	R\$ 0,00	R\$ 13.741,12	R\$ 13.741,12	R\$ 0,00	R\$ 13.680,00
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	R\$ 63.590,74	R\$ 0,00	R\$ 63.590,74	R\$ 63.590,74	R\$ 0,00	R\$ 63.590,74
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 4.084,53	R\$ 0,00	R\$ 4.084,53	R\$ 1.698,36	R\$ 0,00	R\$ 1.698,36
	Recursos de Alienação de Bens/Ativos -						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
755	Administração Direta	R\$ 180.804,15	R\$ 29.900,00	R\$ 210.704,15	R\$ 180.804,15	R\$ 0,00	R\$ 180.804,15
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 83.713,10	R\$ 0,00	R\$ 83.713,10	R\$ 83.713,10	R\$ 0,00	R\$ 83.552,88
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 86.255.982,42	R\$ 0,00	R\$ 86.255.982,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 1.523.279,92	R\$ 0,00	R\$ 1.523.279,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 49.430,46	R\$ 0,00	R\$ 49.430,46	R\$ 26.385,93	R\$ 0,00	R\$ 5.899,80
		R\$ 107.511.988,63	R\$ 221.513,59	R\$ 107.733.502,22	R\$ 17.646.757,17	R\$ 0,00	R\$ 17.477.675,15

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 92.315.789,53	R\$ 97.776.263,58	R\$ 5.460.474,05	R\$ 3.831.500,00	R\$ 0,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.726.860,00	R\$ 3.643.605,07	R\$ 1.916.745,07	R\$ 1.284.730,00	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 42.600.000,00	R\$ 45.284.700,86	R\$ 2.684.700,86	R\$ 1.663.800,00	R\$ 0,00
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 0,00	R\$ 3.802.798,51	R\$ 3.802.798,51	R\$ 3.671.419,24	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 1.800.000,00	R\$ 2.637.125,21	R\$ 837.125,21	R\$ 829.739,01	R\$ 0,00
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 15.000,00	R\$ 12.732,14	-R\$ 2.267,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 873.000,00	R\$ 913.731,10	R\$ 40.731,10	R\$ 38.550,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 195.000,00	R\$ 183.147,15	-R\$ 11.852,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 412.000,00	R\$ 272.508,39	-R\$ 139.491,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
571	vinculados à Educação	R\$ 932.000,00	R\$ 2.453.074,75	R\$ 1.521.074,75	R\$ 1.309.303,75	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 13.207.500,00	R\$ 12.639.083,35	-R\$ 568.416,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 4.881.000,00	R\$ 2.392.118,77	-R\$ 2.488.881,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 3.222.000,00	R\$ 3.090.680,00	-R\$ 131.320,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 0,00	R\$ 583.044,69	R\$ 583.044,69	R\$ 573.082,32	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 11.728.000,00	R\$ 19.500.893,20	R\$ 7.772.893,20	R\$ 7.495.890,00	R\$ 0,00
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 131,36	R\$ 131,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 11.160,00	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 457.000,00	R\$ 409.142,81	-R\$ 47.857,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferência de Recursos dos Fundos					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
661	Estaduais de Assistência Social	R\$ 265.000,00	R\$ 268.266,46	R\$ 3.266,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 5,23	R\$ 5,23	R\$ 5,23	R\$ 0,00
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 108.000,00	R\$ 146.320,78	R\$ 38.320,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 5.730.000,00	R\$ 2.250.751,91	-R\$ 3.479.248,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 12.100.000,00	R\$ 12.420.016,39	R\$ 320.016,39	R\$ 381.000,00	R\$ 60.983,61
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 0,00	R\$ 2.626,43	R\$ 2.626,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 0,00	R\$ 4.494,90	R\$ 4.494,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 0,00	R\$ 880.830,34	R\$ 880.830,34	R\$ 8.650,00	R\$ 0,00
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 213.674,27	R\$ 213.674,27	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 929.000,00	R\$ 983.723,91	R\$ 54.723,91	R\$ 54.723,91	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 0,00	R\$ 12.473,34	R\$ 12.473,34	R\$ 70,00	R\$ 0,00
	Transferências Destinadas ao Setor cultural					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
716	- LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 0,00	R\$ 4.909,73	R\$ 4.909,73	R\$ 10,00	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 0,00	R\$ 250.570,86	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 75.000,00	R\$ 94.924,24	R\$ 19.924,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 3.225.000,00	R\$ 3.824.389,58	R\$ 599.389,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	R\$ 128.000,00	R\$ 131.952,53	R\$ 3.952,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	R\$ 4.882.850,47	R\$ 5.355.989,80	R\$ 473.139,33	R\$ 446.900,00	R\$ 0,00
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 2.605.000,00	R\$ 6.135.584,92	R\$ 3.530.584,92	R\$ 4.528.114,63	R\$ 997.529,71
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 242.000,00	R\$ 804.445,26	R\$ 562.445,26	R\$ 532.100,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 2.570.000,00	R\$ 2.427.616,66	-R\$ 142.383,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 19.097.000,00	R\$ 19.209.732,46	R\$ 112.732,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 1.353.000,00	R\$ 1.388.224,35	R\$ 35.224,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 3.665,81	R\$ 3.665,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 227.675.000	R\$ 252.421.131,10	R\$ 24.746.131,10	R\$ 26.652.588,09	R\$ 1.058.513,32

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiados por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 1.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação								
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 5.460.474,05	R\$ 3.831.500,00	R\$ 0,00	R\$ 97.776.263,58	R\$ 95.395.809,22	R\$ 2.380.454,36	R\$ 0,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.916.745,07	R\$ 1.284.730,00	R\$ 0,00	R\$ 3.643.605,07	R\$ 2.915.490,87	R\$ 728.114,20	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 2.684.700,86	R\$ 1.663.800,00	R\$ 0,00	R\$ 45.284.700,86	R\$ 43.840.276,32	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 3.802.798,51	R\$ 3.671.419,24	R\$ 0,00	R\$ 3.802.798,51	R\$ 3.649.247,84	R\$ 153.550,67	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 837.125,21	R\$ 829.739,01	R\$ 0,00	R\$ 2.637.125,21	R\$ 2.504.249,18	R\$ 132.876,03	R\$ 0,00
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	-R\$ 2.267,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.732,14	R\$ 12.525,22	R\$ 206,92	R\$ 0,00
	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar							





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
552	(PNAE)	R\$ 40.731,10	R\$ 38.550,00	R\$ 0,00	R\$ 913.731,10	R\$ 910.131,22	R\$ 3.599,88	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	-R\$ 11.852,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 183.147,15	R\$ 183.147,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	-R\$ 139.491,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 272.508,39	R\$ 245.226,03	R\$ 27.282,36	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.521.074,75	R\$ 1.309.303,75	R\$ 0,00	R\$ 2.453.074,75	R\$ 2.196.654,69	R\$ 256.420,06	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	-R\$ 568.416,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.639.083,35	R\$ 12.469.227,83	R\$ 169.855,52	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	-R\$ 2.488.881,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.392.118,77	R\$ 1.533.250,00	R\$ 858.868,77	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	-R\$ 131.320,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.090.680,00	R\$ 3.090.680,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 583.044,69	R\$ 573.082,32	R\$ 0,00	R\$ 583.044,69	R\$ 573.082,32	R\$ 9.962,37	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 7.772.893,20	R\$ 7.495.890,00	R\$ 0,00	R\$ 19.500.893,20	R\$ 18.881.031,65	R\$ 619.861,55	R\$ 0,00
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 131,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 131,36	R\$ 0,00	R\$ 131,36	R\$ 0,00
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-R\$ 47.857,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 409.142,81	R\$ 252.497,66	R\$ 156.645,15	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 3.266,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 268.266,46	R\$ 207.529,51	R\$ 60.736,95	R\$ 0,00
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 5,23	R\$ 5,23	R\$ 0,00	R\$ 5,23	R\$ 5,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 38.320,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 146.320,78	R\$ 5.395,38	R\$ 140.925,40	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-R\$ 3.479.248,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.250.751,91	R\$ 2.108.364,39	R\$ 142.387,52	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 320.016,39	R\$ 381.000,00	-R\$ 60.983,61	R\$ 12.420.016,39	R\$ 12.211.491,69	R\$ 208.524,70	R\$ 0,00
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 2.626,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.626,43	R\$ 0,00	R\$ 2.626,43	R\$ 0,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 4.494,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.494,90	R\$ 0,00	R\$ 4.494,90	R\$ 0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 880.830,34	R\$ 8.650,00	R\$ 0,00	R\$ 880.830,34	R\$ 8.565,13	R\$ 872.265,21	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 213.674,27	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 213.674,27	R\$ 1.853,90	R\$ 211.820,37	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 54.723,91	R\$ 54.723,91	R\$ 0,00	R\$ 983.723,91	R\$ 983.723,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 12.473,34	R\$ 70,00	R\$ 0,00	R\$ 12.473,34	R\$ 0,00	R\$ 12.473,34	R\$ 0,00
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 4.909,73	R\$ 10,00	R\$ 0,00	R\$ 4.909,73	R\$ 0,00	R\$ 4.909,73	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 19.924,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 94.924,24	R\$ 62.080,99	R\$ 32.843,25	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 599.389,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.824.389,58	R\$ 2.703.927,56	R\$ 1.120.462,02	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	R\$ 3.952,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 131.952,53	R\$ 56.220,60	R\$ 75.731,93	R\$ 0,00
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	R\$ 473.139,33	R\$ 446.900,00	R\$ 0,00	R\$ 5.355.989,80	R\$ 5.304.622,13	R\$ 51.367,67	R\$ 0,00
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 3.530.584,92	R\$ 4.528.114,63	-R\$ 997.529,71	R\$ 6.135.584,92	R\$ 7.062.668,19	-R\$ 927.083,27	-R\$ 997.529,71
755	Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	R\$ 562.445,26	R\$ 532.100,00	R\$ 0,00	R\$ 804.445,26	R\$ 726.787,72	R\$ 77.657,54	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	-R\$ 142.383,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.427.616,66	R\$ 2.302.914,09	R\$ 124.702,57	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 112.732,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.209.732,46	R\$ 12.593.849,50	R\$ 6.615.882,96	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 35.224,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.388.224,35	R\$ 1.265.660,02	R\$ 122.564,33	R\$ 0,00
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 3.665,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.665,81	R\$ 0,00	R\$ 3.665,81	R\$ 0,00
		R\$ 24.746.131,10	R\$ 26.652.588,09	-R\$ 1.058.513,32	R\$ 252.421.131,10	R\$ 236.258.187,14	R\$ 16.162.943,96	-R\$ 997.529,71

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Execução Orçamentária vs Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 1.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
				R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos/Destações de Recursos > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 1.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
Alterações Orçamentárias											
02343 /2023	00007 /2024	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00010 /2024	R\$ 2.617.294,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.617.294,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00011 /2024	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00012 /2024	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00017 /2024	R\$ 4.934.865,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.934.865,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00024 /2024	R\$ 520.220,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 520.220,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00032 /2024	R\$ 1.100.076,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.100.076,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00046 /2024	R\$ 2.487.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.487.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00047 /2024	R\$ 685.400,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 685.400,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351	00060					R\$					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
/2023	/2024	R\$ 3.584.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3.584.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00061 /2024	R\$ 85,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 85,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00073 /2024	R\$ 4.528.114,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.528.114,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00076 /2024	R\$ 796.480,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 796.480,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00077 /2024	R\$ 1.563.258,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.563.258,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00097 /2024	R\$ 159.589,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 159.589,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00100 /2024	R\$ 2.285.111,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.285.111,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00105 /2024	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00110 /2024	R\$ 2.138.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.138.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00114 /2024	R\$ 3.826.590,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.826.590,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00124 /2024	R\$ 1.680.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.680.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00128 /2024	R\$ 2.548.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.548.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00139 /2024	R\$ 27.690,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.690,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
02351 /2023	00148 /2024	R\$ 403.420,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 403.420,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02351 /2023	00151 /2024	R\$ 3.401.523,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.401.523,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02359 /2024	00014 /2024	R\$ 0,00	R\$ 2.320.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.320.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02359 /2024	00015 /2024	R\$ 0,00	R\$ 4.803.060,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.803.060,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02361 /2024	00013 /2024	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02365 /2024	00018 /2024	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02365 /2024	00020 /2024	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02365 /2024	00030 /2024	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02365 /2024	00041 /2024	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02365 /2024	00048 /2024	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02365 /2024	00063 /2024	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02365 /2024	00071 /2024	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02365	00081										





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
/2024	/2024	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02365 /2024	00098 /2024	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02365 /2024	00121 /2024	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02365 /2024	00137 /2024	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.075,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02367 /2024	00036 /2024	R\$ 0,00	R\$ 505,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 505,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00031 /2024	R\$ 3.121.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.121.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00044 /2024	R\$ 605.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 605.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00051 /2024	R\$ 2.120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00062 /2024	R\$ 2.855.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.855.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00066 /2024	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00072 /2024	R\$ 2.430.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.430.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00080 /2024	R\$ 2.172.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.172.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00085 /2024	R\$ 202.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 202.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
02368 /2024	00092 /2024	R\$ 859.151,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 859.151,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00096 /2024	R\$ 724.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 724.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00101 /2024	R\$ 2.250.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.250.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00104 /2024	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00106 /2024	R\$ 140.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 140.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00117 /2024	R\$ 2.207.252,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.207.252,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00130 /2024	R\$ 145.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 145.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00136 /2024	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00138 /2024	R\$ 1.049.640,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.049.640,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02368 /2024	00154 /2024	R\$ 541.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 541.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02371 /2024	00037 /2024	R\$ 0,00	R\$ 75.049,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.049,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02372 /2024	00045 /2024	R\$ 49.999,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 49.999,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02373	00065		R\$								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
/2024	/2024	R\$ 0,00	425.550,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 425.550,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02373 /2024	00078 /2024	R\$ 0,00	R\$ 1.894.155,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.894.155,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02373 /2024	00094 /2024	R\$ 0,00	R\$ 233.385,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 233.385,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02373 /2024	00095 /2024	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02373 /2024	00129 /2024	R\$ 0,00	R\$ 1.071.713,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.071.713,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02374 /2024	00050 /2024	R\$ 0,00	R\$ 60.876,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.876,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02375 /2024	00027 /2024	R\$ 661.422,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 661.422,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02377 /2024	00027 /2024	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02378 /2024	00035 /2024	R\$ 0,00	R\$ 106.032,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 106.032,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02379 /2024	00042 /2024	R\$ 0,00	R\$ 31.737,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 31.737,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02385 /2024	00029 /2024	R\$ 802.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 802.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02385 /2024	00038 /2024	R\$ 0,00	R\$ 330.901,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 330.901,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02385 /2024	00039 /2024	R\$ 572.157,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 572.157,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
02387 /2024	00052 /2024	R\$ 0,00	R\$ 139.086,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 139.086,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02388 /2024	00054 /2024	R\$ 0,00	R\$ 303.015,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 303.015,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02390 /2024	00043 /2024	R\$ 0,00	R\$ 32.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 32.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02393 /2024	00049 /2024	R\$ 0,00	R\$ 31.981,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 31.981,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02395 /2024	00053 /2024	R\$ 0,00	R\$ 5.651,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.651,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02396 /2024	00057 /2024	R\$ 2.889,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.889,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02399 /2024	00067 /2024	R\$ 0,00	R\$ 26.385,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.385,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02402 /2024	00059 /2024	R\$ 0,00	R\$ 356.186,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 356.186,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02404 /2024	00070 /2024	R\$ 0,00	R\$ 8.521,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.521,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02407 /2024	00074 /2024	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02407 /2024	00075 /2024	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02408 /2024	00083 /2024	R\$ 0,00	R\$ 265.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 265.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02409	00093		R\$								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
/2024	/2024	R\$ 0,00	845.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02409 /2024	00140 /2024	R\$ 0,00	R\$ 22.247,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.247,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02410 /2024	00089 /2024	R\$ 0,00	R\$ 433.968,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 433.968,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02410 /2024	00090 /2024	R\$ 0,00	R\$ 699.201,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 699.201,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02410 /2024	00091 /2024	R\$ 0,00	R\$ 406.106,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 406.106,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02410 /2024	00108 /2024	R\$ 0,00	R\$ 561.702,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 561.702,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02412 /2024	00115 /2024	R\$ 0,00	R\$ 3.814,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.814,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02412 /2024	00116 /2024	R\$ 0,00	R\$ 1.639,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.639,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02413 /2024	00111 /2024	R\$ 0,00	R\$ 280.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 280.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02415 /2024	00119 /2024	R\$ 0,00	R\$ 457.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 457.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02415 /2024	00120 /2024	R\$ 22.123,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.123,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02419 /2024	00131 /2024	R\$ 0,00	R\$ 8.438,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.438,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02419 /2024	00132 /2024	R\$ 0,00	R\$ 8.217,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.217,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
02420 /2024	00125 /2024	R\$ 0,00	R\$ 22.792,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.792,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02422 /2024	00134 /2024	R\$ 0,00	R\$ 53.921,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 53.921,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02423 /2024	00126 /2024	R\$ 550.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 550.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02423 /2024	00127 /2024	R\$ 1.240.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.240.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02423 /2024	00147 /2024	R\$ 740.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 740.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02424 /2024	00150 /2024	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 66.291.556,38	R\$ 19.175.682,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.167.893,64	R\$ 22.124.473,46	R\$ 4.528.114,63	R\$ 17.646.757,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 66.291.556,38	R\$ 19.175.682,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.167.893,64	R\$ 22.124.473,46	R\$ 4.528.114,63	R\$ 17.646.757,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fontes de financiamento > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 2 - RECEITA

Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADADAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 221.925.839,71	R\$ 227.273.039,81	102,40%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 36.904.750,47	R\$ 38.859.346,23	105,29%
Receita de Contribuições	R\$ 7.930.550,00	R\$ 8.952.249,48	112,88%
Receita Patrimonial	R\$ 2.980.716,55	R\$ 4.441.603,52	149,01%
Receita Agropecuária	R\$ 9.000,00	R\$ 634,00	7,04%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 4.200,00	R\$ 37.797,94	899,95%
Transferências Correntes	R\$ 172.638.342,69	R\$ 172.240.245,58	99,76%
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.458.280,00	R\$ 2.741.163,06	187,97%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 34.407.318,38	R\$ 27.942.077,35	81,21%
Operações de Crédito	R\$ 7.132.914,63	R\$ 6.021.912,19	84,42%
Alienação de Bens	R\$ 754.100,00	R\$ 782.087,28	103,71%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 26.520.303,75	R\$ 21.138.077,88	79,70%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 256.333.158,09	R\$ 255.215.117,16	99,56%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 17.330.070,00	-R\$ 17.449.913,04	100,69%
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 14.916.000,00	-R\$ 15.309.269,41	102,63%
Renúncias de Receita	-R\$ 11.070,00	-R\$ 1.619.536,07	14.629,95%
Outras Deduções	-R\$ 2.403.000,00	-R\$ 521.107,56	21,68%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 239.003.088,09	R\$ 237.765.204,12	99,48%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 15.324.500,00	R\$ 14.655.926,98	95,63%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 254.327.588,09	R\$ 252.421.131,10	99,25%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADADAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 204.595.769,71	R\$ 209.823.126,77	102,55%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 34.501.750,47	R\$ 36.734.593,18	106,47%
Receita de Contribuições	R\$ 7.930.500,00	R\$ 8.952.239,13	112,88%
Receita Patrimonial	R\$ 2.980.716,55	R\$ 4.441.603,52	149,01%
Receita Agropecuária	R\$ 9.000,00	R\$ 634,00	7,04%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 4.200,00	R\$ 37.797,94	899,95%
Transferências Correntes	R\$ 157.722.342,69	R\$ 156.930.976,17	99,49%
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.447.260,00	R\$ 2.725.282,83	188,30%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 34.407.318,38	R\$ 27.942.077,35	81,21%
Operações de Crédito	R\$ 7.132.914,63	R\$ 6.021.912,19	84,42%
Alienação de Bens	R\$ 754.100,00	R\$ 782.087,28	103,71%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 26.520.303,75	R\$ 21.138.077,88	79,70%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	R\$ 15.324.500,00	R\$ 14.655.926,98	95,63%
IV - SUBTOTAL DA RECEITA	R\$ 254.327.588,09	R\$ 252.421.131,10	99,25%
V - OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 254.327.588,09	R\$ 252.421.131,10	99,25%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de Receitas Correntes (I)	R\$ 227.273.039,81
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para o FUNDEB) (II)	R\$ 2.140.643,63
(=) Subtotal (III) = (I - II)	R\$ 225.132.396,18
(-) Receita Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (IV)	R\$ 5.209.131,82
(-) Receita Compensação Financeira entre regimes previdenciários (V)	R\$ 707.069,88
(-) Deduções da Receita para formação do FUNDEB (VI)	R\$ 15.309.269,41
(=) RCL antes da dedução da Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VII) = (III-IV-V-VI)	R\$ 203.906.925,07
(-) Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VIII)	R\$ 2.124,19
(=) Receita Corrente Líquida (IX) = (VII - VIII)	R\$ 203.904.800,88
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da	





Receitas	Total R\$
CF) (X)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites de Endividamento (XI) = (IX-X)	R\$ 203.904.800,88
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (XII)	R\$ 0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (XIII)	R\$ 3.090.680,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (XIX)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	R\$ 200.814.120,88

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)

DESCRIÇÃO	Total R\$
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 2.124.753,05
Receita de Contribuição	R\$ 10,35
Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Receita Agropecuária	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 0,00
Transferências Correntes	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 15.880,23
TOTAL	R\$ 2.140.643,63

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I - Impostos	R\$ 26.377.000,00	R\$ 26.001.920,86	70,78%
IPTU	R\$ 4.300.000,00	R\$ 3.570.062,28	9,71%
IRRF	R\$ 8.600.000,00	R\$ 8.785.509,37	23,91%
ISSQN	R\$ 10.897.000,00	R\$ 11.333.561,28	30,85%
ITBI	R\$ 2.580.000,00	R\$ 2.312.787,93	6,29%
II - Taxas (Principal)	R\$ 4.073.650,00	R\$ 3.917.163,96	10,66%
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - Multas e Juros de Mora (Principal)	R\$ 158.800,47	R\$ 209.800,18	0,57%
V - Dívida Ativa	R\$ 3.148.000,00	R\$ 5.691.339,90	15,49%





Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
VI -Multas e Juros de Mora (Dív. Ativa)	R\$ 744.300,00	R\$ 914.368,28	2,48%
TOTAL	R\$ 34.501.750,47	R\$ 36.734.593,18	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).





Anexo: 3 - DESPESA

Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 200.428.111,53	R\$ 192.056.221,70	95,82%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 89.348.194,72	R\$ 85.205.808,07	95,36%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 111.079.916,81	R\$ 106.850.413,63	96,19%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 54.058.883,73	R\$ 47.036.612,51	87,01%
Investimentos	R\$ 51.508.783,73	R\$ 44.493.086,04	86,38%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 2.550.100,00	R\$ 2.543.526,47	99,74%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 2.770.000,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 257.256.995,26	R\$ 239.092.834,21	92,93%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 14.717.350,00	R\$ 14.643.028,08	99,49%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 14.717.350,00	R\$ 14.643.028,08	99,49%
VII - Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX - TOTAL DESPESA	R\$ 271.974.345,26	R\$ 253.735.862,29	93,29%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 5.885.000,00	R\$ 5.045.000,00	R\$ 4.753.043,56	R\$ 4.572.408,35	R\$ 4.572.408,35
04	Administração	R\$ 21.157.339,53	R\$ 21.612.106,59	R\$ 21.437.201,48	R\$ 21.090.175,12	R\$ 21.088.798,48
06	Segurança Pública	R\$ 282.000,00	R\$ 7.772.019,31	R\$ 7.758.154,82	R\$ 5.173.379,88	R\$ 5.173.379,88
08	Assistência Social	R\$ 4.062.500,00	R\$ 4.258.233,95	R\$ 3.686.332,52	R\$ 3.677.823,11	R\$ 3.677.823,11
09	Previdência Municipal	R\$ 17.167.000,00	R\$ 17.502.000,00	R\$ 13.695.765,65	R\$ 13.627.965,08	R\$ 13.626.870,22
10	Saúde	R\$ 63.878.500,00	R\$ 83.160.811,51	R\$ 78.511.302,79	R\$ 74.030.377,34	R\$ 74.029.432,34
12	Educação	R\$ 54.437.000,00	R\$ 68.938.513,34	R\$ 68.048.087,51	R\$ 67.573.543,79	R\$ 66.408.489,79
13	Cultura	R\$ 1.075.000,00	R\$ 4.860.387,71	R\$ 4.802.668,82	R\$ 4.800.949,48	R\$ 4.800.949,48
15	Urbanismo	R\$ 24.287.400,00	R\$ 24.597.512,11	R\$ 22.528.916,75	R\$ 20.860.101,93	R\$ 20.730.101,93
16	Habitação	R\$ 294.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	Gestão Ambiental	R\$ 2.980.810,47	R\$ 4.001.026,86	R\$ 3.326.998,52	R\$ 3.205.432,87	R\$ 3.205.432,87
20	Agricultura	R\$ 1.484.000,00	R\$ 1.370.325,01	R\$ 432.301,91	R\$ 432.301,91	R\$ 432.301,91
22	Indústria	R\$ 660.000,00	R\$ 246.100,00	R\$ 58.436,99	R\$ 49.691,74	R\$ 49.691,74
23	Comércio e Serviços	R\$ 402.000,00	R\$ 400.200,00	R\$ 349.884,97	R\$ 338.924,12	R\$ 338.924,12
25	Energia	R\$ 3.165.000,00	R\$ 3.914.652,70	R\$ 3.391.225,73	R\$ 3.291.485,09	R\$ 3.291.485,09
26	Transporte	R\$ 4.004.250,00	R\$ 3.433.576,77	R\$ 3.330.605,06	R\$ 3.330.605,06	R\$ 3.330.605,06
27	Desporto e Lazer	R\$ 955.200,00	R\$ 893.329,40	R\$ 707.248,59	R\$ 705.886,25	R\$ 705.886,25
28	Encargos Especiais	R\$ 2.460.000,00	R\$ 2.281.200,00	R\$ 2.274.658,54	R\$ 2.274.658,54	R\$ 2.274.658,54
99	Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	R\$ 3.720.000,00	R\$ 2.770.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 212.357.000,00	R\$ 257.256.995,26	R\$ 239.092.834,21	R\$ 229.035.709,66	R\$ 227.737.239,16
Despesa Intraorçamentária por Função						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
01	Legislativa	R\$ 205.000,00	R\$ 445.000,00	R\$ 444.357,14	R\$ 444.357,14	R\$ 444.357,14
04	Administração	R\$ 1.536.000,00	R\$ 1.373.900,00	R\$ 1.373.514,39	R\$ 1.373.514,39	R\$ 1.373.514,39
08	Assistência Social	R\$ 251.000,00	R\$ 252.000,00	R\$ 251.936,06	R\$ 251.936,06	R\$ 251.936,06
09	Previdência Municipal	R\$ 113.000,00	R\$ 178.000,00	R\$ 163.743,87	R\$ 163.743,87	R\$ 163.743,87
10	Saúde	R\$ 6.572.000,00	R\$ 5.384.600,00	R\$ 5.382.109,62	R\$ 5.382.109,62	R\$ 5.382.109,62
12	Educação	R\$ 6.453.000,00	R\$ 6.919.600,00	R\$ 6.863.587,38	R\$ 6.863.587,38	R\$ 6.863.587,38
13	Cultura	R\$ 30.000,00	R\$ 1.950,00	R\$ 1.938,69	R\$ 1.938,69	R\$ 1.938,69
25	Energia	R\$ 60.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 74.572,39	R\$ 74.572,39	R\$ 74.572,39
27	Desporto e Lazer	R\$ 98.000,00	R\$ 87.300,00	R\$ 87.268,54	R\$ 87.268,54	R\$ 87.268,54
		R\$ 15.318.000,00	R\$ 14.717.350,00	R\$ 14.643.028,08	R\$ 14.643.028,08	R\$ 14.643.028,08
		R\$ 227.675.000,00	R\$ 271.974.345,26	R\$ 253.735.862,29	R\$ 243.678.737,74	R\$ 242.380.267,24

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa por Função/Subfunção > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
Execução Orçamentária - Programas de Governo Previsão e Execução					
0025	ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 2.363.000,00	R\$ 2.502.240,74	R\$ 2.448.165,61	97,83%
0012	APOIO AO DESPORTO E DE LAZER DA COMUNIDADE	R\$ 1.053.200,00	R\$ 980.629,40	R\$ 794.517,13	81,02%
0007	COMUNICAÇÃO SOCIAL RELAÇÕES PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS	R\$ 518.000,00	R\$ 233.850,00	R\$ 233.503,00	99,85%
0011	DESENVOLVIMENTO E FOMENTO A CULTURA	R\$ 1.105.000,00	R\$ 4.862.337,71	R\$ 4.804.607,51	98,81%
0040	ESTÍMULO AO TURISMO URBANO E RURAL SUSTENTÁVEL	R\$ 672.000,00	R\$ 1.646.612,12	R\$ 1.016.722,94	61,74%
0037	ESTIMULOS E INCENTIVOS A AGRICULTURA FAMILIAR	R\$ 1.484.000,00	R\$ 1.370.325,01	R\$ 432.301,91	31,54%
0028	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES MANTIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$ 646.000,00	R\$ 654.400,00	R\$ 622.416,03	95,11%
0015	FOMENTO A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 11.684.000,00	R\$ 19.223.269,91	R\$ 18.988.533,76	98,77%
0022	FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	R\$ 43.573.000,00	R\$ 56.232.959,75	R\$ 53.392.809,11	94,94%
0020	FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMARIA	R\$ 22.541.000,00	R\$ 26.130.875,76	R\$ 24.712.888,15	94,57%
	FORTALECIMENTO DO CONTROLE				





COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
0024	SOCIAL NA GESTÃO DO SUS	R\$ 883.000,00	R\$ 2.344.278,00	R\$ 2.339.344,69	99,79%
0013	GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	R\$ 175.000,00	R\$ 176.000,00	R\$ 174.381,47	99,08%
0003	GESTÃO DA ORDEM ADMINISTRATIVA ECONÔMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO	R\$ 7.348.689,53	R\$ 7.262.866,11	R\$ 7.224.388,59	99,47%
0016	GESTÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	R\$ 42.500.000,00	R\$ 48.401.605,01	R\$ 47.958.084,65	99,08%
0038	GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$ 1.659.000,00	R\$ 1.614.300,00	R\$ 1.600.692,74	99,15%
0031	GESTÃO DA POLÍTICA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	R\$ 11.843.250,00	R\$ 10.712.563,07	R\$ 9.333.237,82	87,12%
0041	GESTÃO DA POLÍTICA DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 17.280.000,00	R\$ 17.680.000,00	R\$ 13.859.509,52	78,39%
0029	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS CIDADES	R\$ 3.983.000,00	R\$ 3.907.841,37	R\$ 3.844.397,10	98,37%
0039	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE	R\$ 632.810,47	R\$ 320.710,47	R\$ 263.319,00	82,10%
0018	GESTÃO DO FUNDO SALÁRIO DE EDUCAÇÃO	R\$ 1.800.000,00	R\$ 2.900.806,45	R\$ 2.773.853,27	95,62%
0019	GESTÃO DO PROGRAMA PDDE	R\$ 15.000,00	R\$ 24.508,42	R\$ 22.033,32	89,90%
0001	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	R\$ 6.090.000,00	R\$ 5.490.000,00	R\$ 5.197.400,70	94,67%
0004	GESTÃO TRIBUTÁRIA E FISCAL	R\$ 45.000,00	R\$ 37.100,00	R\$ 35.000,00	94,34%
0010	GUARANTIA MAIS SEGURA	R\$ 270.000,00	R\$ 7.767.019,31	R\$ 7.753.362,70	99,82%





COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
0032	ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	R\$ 3.225.000,00	R\$ 3.989.652,70	R\$ 3.465.798,12	86,87%
0036	INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA E COMERCIO DE GUARANTA DO NORTE	R\$ 1.020.000,00	R\$ 581.400,00	R\$ 373.311,14	64,20%
0027	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 786.500,00	R\$ 587.254,48	R\$ 196.619,54	33,48%
0026	MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DAS ESFERAS FEDERAL E ESTADUAL	R\$ 722.000,00	R\$ 966.338,73	R\$ 671.067,40	69,44%
0014	MERENDA ESCOLAR	R\$ 1.373.000,00	R\$ 1.393.586,34	R\$ 1.391.564,85	99,85%
0005	OPERAÇÕES ESPECIAIS	R\$ 4.591.750,00	R\$ 4.776.023,91	R\$ 4.745.864,07	99,36%
0008	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	R\$ 1.738.400,00	R\$ 1.973.169,00	R\$ 1.960.126,38	99,33%
0021	PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 2.451.000,00	R\$ 2.929.748,00	R\$ 2.541.870,51	86,76%
0023	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	R\$ 1.002.500,00	R\$ 907.550,00	R\$ 906.499,95	99,88%
0033	PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO MUNICÍPIO	R\$ 14.455.000,00	R\$ 16.899.694,89	R\$ 16.169.881,55	95,68%
0035	PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO, PAISAGISMO E EMBELEZAMENTO DO PERÍMETRO URBANO	R\$ 1.330.400,00	R\$ 396.500,00	R\$ 392.950,59	99,10%
0034	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	R\$ 5.375.000,00	R\$ 5.558.704,27	R\$ 5.541.294,35	99,68%
	PROGRAMA MUNICIPAL DE				





COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
0017	TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 3.343.000,00	R\$ 3.469.437,21	R\$ 3.334.355,64	96,10%
0030	PROGRAMA SINALIZA GUARANTÃ	R\$ 167.000,00	R\$ 153.041,12	R\$ 81.133,00	53,01%
0002	RELAÇÕES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS COM OS DEMAIS PODERES E A SOCIEDADE	R\$ 2.210.500,00	R\$ 2.145.146,00	R\$ 2.138.054,48	99,66%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 550.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
9997	RESERVA DO RPPS	R\$ 3.170.000,00	R\$ 2.770.000,00	R\$ 0,00	0,00%
		R\$ 227.675.000,00	R\$ 271.974.345,26	R\$ 253.735.862,29	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Programa > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado – Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS

Receita	Valor (R\$)
Receita Arrecadada (líquida das deduções) (I)	R\$ 252.421.131,10
Receitas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (II)	R\$ 20.597.956,81
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (III)	R\$ 0,00
Total Receita Ajustado (IV) = I - II + III	R\$ 231.823.174,29
Despesa	Valor (R\$)
Despesa Empenhada (V)	R\$ 253.735.862,29
Despesas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (VI)	R\$ 13.859.509,52
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (VII)	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (VIII)	R\$ 0,00
Total Despesa Ajustado (IX) = V - VI + VII + VIII	R\$ 239.876.352,77
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCIADAS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (X) = IV - IX	-R\$ 8.053.178,48
Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro (XI)	R\$ 16.782.880,63
Resultado da Execução Ajustado (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (XII) = Se (X) < 0; (X+XI); (X)	R\$ 8.729.702,15

APLIC

Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário

Descrição	Valor (R\$)
(A) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS	R\$ 6.738.447,29
(B) RECEITA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 20.597.956,81
(C) DESPESA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 13.859.509,52
(D) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO RPPS AJUSTADA	R\$ 0,00
(E) RECEITA - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 20.597.956,81
(F) DESPESA - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 13.859.509,52
(G) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 0,00
(H) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS NÃO VINCULADOS	R\$ 5.772.709,72





Descrição	Valor (R\$)
(I) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS	R\$ 11.010.170,91
(J) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - EXCETO RPPS (H+I)	R\$ 16.782.880,63
(K) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCLUSIVE RPPS (D+H+I)	R\$ 16.782.880,63
(L) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO A SER CONSIDERADA NO QUADRO RESULTADO DA EXECUÇÃO	R\$ 16.782.880,63
APLIC	





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro
(Exercício Corrente) - Inclusive RPPS**

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
Recursos Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 97.776.263,58	R\$ 99.781.522,28	-R\$ 2.005.258,70	R\$ 4.536.995,70	R\$ 4.385.713,06	R\$ 4.385.713,06	R\$ 2.380.454,36	R\$ 2.615.946,19
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 3.643.605,07	R\$ 4.302.487,53	-R\$ 658.882,46	R\$ 1.803.403,12	R\$ 1.386.996,66	R\$ 1.386.996,66	R\$ 728.114,20	R\$ 1.229.363,03
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 0,00	R\$ 133.697,21	-R\$ 133.697,21	R\$ 133.697,21	R\$ 133.697,21	R\$ 0,00	-R\$ 133.697,21	R\$ 0,00
		R\$ 101.419.868,65	R\$ 104.217.707,02	-R\$ 2.797.838,37	R\$ 6.474.096,03	R\$ 5.906.406,93	R\$ 5.772.709,72	R\$ 2.974.871,35	R\$ 3.845.309,22





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 45.284.700,86	R\$ 43.840.276,32	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.444.424,54	R\$ 1.444.424,54
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 3.802.798,51	R\$ 3.649.247,84	R\$ 153.550,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 153.550,67	R\$ 153.550,67
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 2.637.125,21	R\$ 2.773.853,27	-R\$ 136.728,06	R\$ 271.067,44	R\$ 269.604,09	R\$ 269.604,09	R\$ 132.876,03	R\$ 134.339,38
	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
551	Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 12.732,14	R\$ 22.033,32	-R\$ 9.301,18	R\$ 9.508,42	R\$ 9.508,10	R\$ 9.508,10	R\$ 206,92	R\$ 207,24
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 913.731,10	R\$ 913.637,69	R\$ 93,41	R\$ 3.536,34	R\$ 3.506,47	R\$ 3.506,47	R\$ 93,41	R\$ 3.629,75
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 183.147,15	R\$ 320.672,57	-R\$ 137.525,42	R\$ 137.525,42	R\$ 137.525,42	R\$ 0,00	-R\$ 137.525,42	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 272.508,39	R\$ 805.328,86	-R\$ 532.820,47	R\$ 569.939,08	R\$ 560.102,83	R\$ 560.102,83	R\$ 27.282,36	R\$ 37.118,61
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.453.074,75	R\$ 2.750.095,94	-R\$ 297.021,19	R\$ 589.349,85	R\$ 553.441,25	R\$ 553.441,25	R\$ 256.420,06	R\$ 292.328,66
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
600	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 12.639.083,35	R\$ 13.605.560,13	-R\$ 966.476,78	R\$ 1.243.717,91	R\$ 1.136.332,30	R\$ 1.136.332,30	R\$ 169.855,52	R\$ 277.241,13
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 2.392.118,77	R\$ 1.533.250,00	R\$ 858.868,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 858.868,77	R\$ 858.868,77
	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
604	vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 3.090.680,00	R\$ 3.092.528,00	-R\$ 1.848,00	R\$ 1.848,00	R\$ 1.848,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.848,00	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 583.044,69	R\$ 573.082,32	R\$ 9.962,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.962,37	R\$ 9.962,37
	Transferências								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
621	Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 19.500.893,20	R\$ 22.689.792,35	-R\$ 3.188.899,15	R\$ 3.816.200,62	R\$ 3.808.760,70	R\$ 3.808.760,70	R\$ 619.861,55	R\$ 635.801,55
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 131,36	R\$ 0,00	R\$ 131,36	R\$ 1.640,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 131,36	R\$ 1.771,62
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.160,00	R\$ 11.160,00
	Transferência de Recursos do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
660	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 409.142,81	R\$ 413.574,76	-R\$ 4.431,95	R\$ 242.743,21	R\$ 161.077,10	R\$ 161.077,10	R\$ 156.645,15	R\$ 238.311,26
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 268.266,46	R\$ 227.875,35	R\$ 40.391,11	R\$ 88.895,09	R\$ 20.345,84	R\$ 20.345,84	R\$ 40.391,11	R\$ 129.286,20
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 5,23	R\$ 197,93	-R\$ 192,70	R\$ 192,70	R\$ 192,70	R\$ 0,00	-R\$ 192,70	R\$ 0,00
	Outros Recursos Vinculados à								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
669	Assistência Social	R\$ 146.320,78	R\$ 5.509,14	R\$ 140.811,64	R\$ 421.333,99	R\$ 113,76	R\$ 113,76	R\$ 140.811,64	R\$ 562.145,63
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 2.250.751,91	R\$ 2.171.378,48	R\$ 79.373,43	R\$ 639.971,66	R\$ 63.014,09	R\$ 63.014,09	R\$ 79.373,43	R\$ 722.249,04
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 12.420.016,39	R\$ 15.437.475,89	-R\$ 3.017.459,50	R\$ 3.226.944,33	R\$ 3.225.984,20	R\$ 3.225.984,20	R\$ 208.524,70	R\$ 209.484,83
	Transferências da União Referentes a Compensações								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
704	Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 2.626,43	R\$ 52.257,12	-R\$ 49.630,69	R\$ 52.257,12	R\$ 52.257,12	R\$ 0,00	-R\$ 49.630,69	R\$ 2.626,43
706	Transferência Especial da União	R\$ 4.494,90	R\$ 63.299,02	-R\$ 58.804,12	R\$ 64.160,23	R\$ 63.299,02	R\$ 63.299,02	R\$ 4.494,90	R\$ 5.356,11
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 880.830,34	R\$ 8.565,13	R\$ 872.265,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 872.265,21	R\$ 872.265,21
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 213.674,27	R\$ 1.853,90	R\$ 211.820,37	R\$ 263.830,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 211.820,37	R\$ 475.650,67
	Demais								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
711	Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 983.723,91	R\$ 1.056.404,11	-R\$ 72.680,20	R\$ 72.680,20	R\$ 72.680,20	R\$ 0,00	-R\$ 72.680,20	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 12.473,34	R\$ 184.702,46	-R\$ 172.229,12	R\$ 235.762,33	R\$ 184.702,46	R\$ 184.702,46	R\$ 12.473,34	R\$ 63.533,21
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 4.909,73	R\$ 70.000,00	-R\$ 65.090,27	R\$ 79.564,12	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 4.909,73	R\$ 25.631,85





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.570,86	R\$ 250.570,86
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 0,00	R\$ 52.198,98	-R\$ 52.198,98	R\$ 52.198,98	R\$ 52.198,98	R\$ 0,00	-R\$ 52.198,98	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 94.924,24	R\$ 75.758,09	R\$ 19.166,15	R\$ 13.745,86	R\$ 13.677,10	R\$ 13.677,10	R\$ 19.166,15	R\$ 32.912,01
	Recursos da Contribuição para								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
751	o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 3.824.389,58	R\$ 3.465.798,12	R\$ 358.591,46	R\$ 764.652,70	R\$ 761.870,56	R\$ 761.870,56	R\$ 358.591,46	R\$ 1.123.244,16
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	R\$ 131.952,53	R\$ 69.900,60	R\$ 62.051,93	R\$ 13.741,12	R\$ 13.680,00	R\$ 13.680,00	R\$ 62.051,93	R\$ 75.793,05
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	R\$ 5.355.989,80	R\$ 5.368.212,87	-R\$ 12.223,07	R\$ 63.590,74	R\$ 63.590,74	R\$ 0,00	-R\$ 12.223,07	R\$ 51.367,67
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 6.135.584,92	R\$ 7.064.366,55	-R\$ 928.781,63	R\$ 4.084,53	R\$ 1.698,36	R\$ 1.698,36	-R\$ 927.083,27	-R\$ 924.697,10
	Recursos de								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
755	Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	R\$ 804.445,26	R\$ 907.591,87	-R\$ 103.146,61	R\$ 180.804,15	R\$ 180.804,15	R\$ 0,00	-R\$ 103.146,61	R\$ 107.557,54
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 2.427.616,66	R\$ 2.386.466,97	R\$ 41.149,69	R\$ 83.713,10	R\$ 83.552,88	R\$ 83.552,88	R\$ 41.149,69	R\$ 124.862,79
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 3.665,81	R\$ 5.899,80	-R\$ 2.233,99	R\$ 49.430,46	R\$ 5.899,80	R\$ 5.899,80	R\$ 3.665,81	R\$ 47.196,47
		R\$ 130.403.305,64	R\$ 135.658.645,75	-R\$ 5.255.340,11	R\$ 13.258.630,26	R\$ 11.571.268,22	R\$ 11.010.170,91	R\$ 4.795.070,10	R\$ 8.055.752,18
Recursos utilizados na UG RPPS									
	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
800	Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 19.209.732,46	R\$ 12.593.849,50	R\$ 6.615.882,96	R\$ 86.255.982,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.615.882,96	R\$ 93.618.019,70
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 1.388.224,35	R\$ 1.265.660,02	R\$ 122.564,33	R\$ 1.523.279,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 122.564,33	R\$ 2.022.812,79
		R\$ 20.597.956,81	R\$ 13.859.509,52	R\$ 6.738.447,29	R\$ 87.779.262,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.738.447,29	R\$ 95.640.832,49
>>>>	>>>>	R\$ 252.421.131,10	R\$ 253.735.862,29	-R\$ 1.314.731,19	R\$ 107.511.988,63	R\$ 17.477.675,15	R\$ 16.782.880,63	R\$ 14.508.388,74	R\$ 107.541.893,89

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR

Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2020	R\$ 3.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.200,00	R\$ 0,00
2022	R\$ 1.171.802,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.139.077,72	R\$ 30.639,87	R\$ 2.085,13
2023	R\$ 14.729.304,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.281.889,15	R\$ 187.673,72	R\$ 1.259.741,53
2024	R\$ 0,00	R\$ 10.057.124,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.057.124,55
	R\$ 15.904.307,12	R\$ 10.057.124,55	R\$ 0,00	R\$ 14.420.966,87	R\$ 221.513,59	R\$ 11.318.951,21
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2023	R\$ 586.793,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 586.793,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 1.298.470,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.298.470,50
	R\$ 586.793,02	R\$ 1.298.470,50	R\$ 0,00	R\$ 586.793,02	R\$ 0,00	R\$ 1.298.470,50
TOTAL	R\$ 16.491.100,14	R\$ 11.355.595,05	R\$ 0,00	R\$ 15.007.759,89	R\$ 221.513,59	R\$ 12.617.421,71

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo -
Exceto RPPS (Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 4.708.495,16	R\$ 0,00	R\$ 3.619,64	R\$ 11.647,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.693.228,07	R\$ 2.077.281,88	R\$ 2.615.946,19
501 - Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.393.112,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 138.327,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.254.784,64	R\$ 25.421,61	R\$ 1.229.363,03
	R\$ 6.101.607,33	R\$ 0,00	R\$ 3.619,64	R\$ 149.974,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.948.012,71	R\$ 2.102.703,49	R\$ 3.845.309,22
RECURSOS VINCULADOS									
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00	R\$ 1.444.424,54
542 - Transferências do									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E- F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 153.550,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 153.550,67	R\$ 0,00	R\$ 153.550,67
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 134.339,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 134.339,38	R\$ 0,00	R\$ 134.339,38
551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 207,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 207,24	R\$ 0,00	R\$ 207,24
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 3.629,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.629,75	R\$ 0,00	R\$ 3.629,75
569 - Outras									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 37.118,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.118,61	R\$ 0,00	R\$ 37.118,61
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.819.858,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.111.385,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 708.473,05	R\$ 416.144,39	R\$ 292.328,66
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 295.258,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 295.258,71	R\$ 18.017,58	R\$ 277.241,13
601 -									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 2.392.118,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.392.118,77	R\$ 1.533.250,00	R\$ 858.868,77
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 9.962,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.962,37	R\$ 0,00	R\$ 9.962,37
621 - Transferências Fundo a Fundo de									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 2.202.902,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.202.902,44	R\$ 1.567.100,89	R\$ 635.801,55
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 1.771,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.771,62	R\$ 0,00	R\$ 1.771,62
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00	R\$ 11.160,00
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 238.737,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 238.737,93	R\$ 426,67	R\$ 238.311,26
661 -									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E- F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 129.286,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 129.286,20	R\$ 0,00	R\$ 129.286,20
669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 562.145,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 562.145,63	R\$ 0,00	R\$ 562.145,63
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 946.878,60	R\$ 0,00	R\$ 130.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 816.878,60	R\$ 94.629,56	R\$ 722.249,04
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.600.744,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.600.744,75	R\$ 3.391.259,92	R\$ 209.484,83
704 -									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E- F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 2.626,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.626,43	R\$ 0,00	R\$ 2.626,43
706 - Transferência Especial da União	R\$ 5.356,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.356,11	R\$ 0,00	R\$ 5.356,11
708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 872.265,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 872.265,21	R\$ 0,00	R\$ 872.265,21
709 - Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 475.650,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 475.650,67	R\$ 0,00	R\$ 475.650,67
711 - Demais									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 81.265,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 81.265,23	R\$ 81.265,23	R\$ 0,00
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 63.533,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 63.533,21	R\$ 0,00	R\$ 63.533,21
716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 25.631,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.631,85	R\$ 0,00	R\$ 25.631,85
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E- F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00	R\$ 250.570,86
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 32.912,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 32.912,01	R\$ 0,00	R\$ 32.912,01
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.222.984,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.222.984,80	R\$ 99.740,64	R\$ 1.123.244,16
752 - Recursos Vinculados ao Trânsito	R\$ 75.793,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.793,05	R\$ 0,00	R\$ 75.793,05
753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	R\$ 171.919,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 171.919,32	R\$ 120.551,65	R\$ 51.367,67





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
754 - Recursos de Operações de Crédito	R\$ 622.657,65	R\$ 0,00	R\$ 1.163.756,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 541.098,35	R\$ 383.598,75	-R\$ 924.697,10
755 - Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	R\$ 107.557,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 107.557,54	R\$ 0,00	R\$ 107.557,54
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 124.862,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 124.862,79	R\$ 0,00	R\$ 124.862,79
899 - Outros Recursos Vinculados	R\$ 47.196,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.196,47	R\$ 0,00	R\$ 47.196,47
	R\$ 18.166.878,84	R\$ 0,00	R\$ 1.293.756,00	R\$ 1.111.385,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.761.737,46	R\$ 7.705.985,28	R\$ 8.055.752,18
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 24.268.486,17	R\$ 0,00	R\$ 1.297.375,64	R\$ 1.261.360,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.709.750,17	R\$ 9.808.688,77	R\$ 11.901.061,40

APLIC> UG: Prefeitura> CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente (Exceto RPPS).





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E- F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 1.830.326,10	R\$ 0,00	R\$ 1.094,86	R\$ 0,00	R\$ 2.861,47	R\$ 0,00	R\$ 1.826.369,77	R\$ 0,00	R\$ 1.826.369,77
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 85,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 466,30	R\$ 1.040,25	R\$ 0,00	-R\$ 1.420,89	R\$ 67.800,57	-R\$ 69.221,46
	R\$ 1.830.411,76	R\$ 0,00	R\$ 1.094,86	R\$ 466,30	R\$ 3.901,72	R\$ 0,00	R\$ 1.824.948,88	R\$ 67.800,57	R\$ 1.757.148,31
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 1.830.411,76	R\$ 0,00	R\$ 1.094,86	R\$ 466,30	R\$ 3.901,72	R\$ 0,00	R\$ 1.824.948,88	R\$ 67.800,57	R\$ 1.757.148,31

APLIC> UG: RPPS > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo
(Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 195.809,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.174,70	R\$ 0,00	R\$ 180.635,21	R\$ 180.635,21	R\$ 0,00
	R\$ 195.809,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.174,70	R\$ 0,00	R\$ 180.635,21	R\$ 180.635,21	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS									
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 195.809,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.174,70	R\$ 0,00	R\$ 180.635,21	R\$ 180.635,21	R\$ 0,00

APLIC > UG: Câmara > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Quadro: 6.1 - Dívida Ativa

Tipo de Dívida Ativa	A receber (R\$) (a)	Recebida (R\$) (b)	Baixada (R\$) (c)	Saldo Final (R\$) (d) = a - b - c
Dívida Ativa Tributária	R\$ 33.383.258,92	R\$ 6.605.708,18	R\$ 2.887.340,07	R\$ 23.890.210,67
Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 3.126.710,93	R\$ 170.770,40	R\$ 35.962,20	R\$ 2.919.978,33
TOTAL	R\$ 36.509.969,85	R\$ 6.776.478,58	R\$ 2.923.302	R\$ 26.810.189,00

APLIC

Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 24.268.486,17	R\$ 195.809,91	R\$ 24.464.296,08
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 12.367.424,77	R\$ 195.809,91	R\$ 12.563.234,68
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 11.901.061,40	R\$ 0,00	R\$ 11.901.061,40

Relatório Contas de Governo> Anexo: Dívida> Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - EXCETO RPPS						
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 4.708.495,16	R\$ 2.092.548,97	R\$ 2.615.946,19	R\$ 195.809,91	R\$ 195.809,91	R\$ 0,00
501 - Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.393.112,17	R\$ 163.749,14	R\$ 1.229.363,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
542 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 153.550,67	R\$ 0,00	R\$ 153.550,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 134.339,38	R\$ 0,00	R\$ 134.339,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 207,24	R\$ 0,00	R\$ 207,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 3.629,75	R\$ 0,00	R\$ 3.629,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 37.118,61	R\$ 0,00	R\$ 37.118,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.819.858,43	R\$ 1.527.529,77	R\$ 292.328,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 295.258,71	R\$ 18.017,58	R\$ 277.241,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 2.392.118,77	R\$ 1.533.250,00	R\$ 858.868,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 9.962,37	R\$ 0,00	R\$ 9.962,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 2.202.902,44	R\$ 1.567.100,89	R\$ 635.801,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 1.771,62	R\$ 0,00	R\$ 1.771,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 238.737,93	R\$ 426,67	R\$ 238.311,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 129.286,20	R\$ 0,00	R\$ 129.286,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 562.145,63	R\$ 0,00	R\$ 562.145,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700 - Outras Transferências de						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 946.878,60	R\$ 224.629,56	R\$ 722.249,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.600.744,75	R\$ 3.391.259,92	R\$ 209.484,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 2.626,43	R\$ 0,00	R\$ 2.626,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
706 - Transferência Especial da União	R\$ 5.356,11	R\$ 0,00	R\$ 5.356,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 872.265,21	R\$ 0,00	R\$ 872.265,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
709 - Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 475.650,67	R\$ 0,00	R\$ 475.650,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
711 - Demais Transferências						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 81.265,23	R\$ 81.265,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 63.533,21	R\$ 0,00	R\$ 63.533,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 25.631,85	R\$ 0,00	R\$ 25.631,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 32.912,01	R\$ 0,00	R\$ 32.912,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.222.984,80	R\$ 99.740,64	R\$ 1.123.244,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
752 - Recursos Vinculados ao Trânsito	R\$ 75.793,05	R\$ 0,00	R\$ 75.793,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
753 - Recursos						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	R\$ 171.919,32	R\$ 120.551,65	R\$ 51.367,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
754 - Recursos de Operações de Crédito	R\$ 622.657,65	R\$ 1.547.354,75	-R\$ 924.697,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 107.557,54	R\$ 0,00	R\$ 107.557,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 124.862,79	R\$ 0,00	R\$ 124.862,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
899 - Outros Recursos Vinculados	R\$ 47.196,47	R\$ 0,00	R\$ 47.196,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	R\$ 24.268.486,17	R\$ 12.367.424,77	R\$ 11.901.061,40	R\$ 195.809,91	R\$ 195.809,91	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 24.268.486,17	R\$ 12.367.424,77	R\$ 11.901.061,40	R\$ 195.809,91	R\$ 195.809,91	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes - Acumulado até o mês de dezembro.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS

Fontes de Recursos	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - RPPS			
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 93.621.976,03	R\$ 3.956,33	R\$ 93.618.019,70
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 2.092.119,91	R\$ 69.307,12	R\$ 2.022.812,79
	R\$ 95.714.095,94	R\$ 73.263,45	R\$ 95.640.832,49
TOTAL	R\$ 95.714.095,94	R\$ 73.263,45	R\$ 95.640.832,49

APLIC: UG RPPS > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes





**Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")
Exceto RPPS**

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 26.459.952,13
1. Dívida Mobiliária	R\$ 0,00
2. Dívida Contratual	R\$ 26.459.952,13
2.1. Empréstimos	R\$ 26.459.952,13
2.1.1. Internos	R\$ 26.459.952,13
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 0,00
2.3.1. Internos	R\$ 0,00
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 0,00
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 0,00
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 0,00
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
3. Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos	R\$ 0,00
4. Outras Dívidas	R\$ 0,00
DEDUÇÕES (II)	R\$ 23.151.745,74
5. Disponibilidade de Caixa	R\$ 23.151.745,74
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 24.464.296,08
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 1.297.375,64
5.3. (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 15.174,70
6. Demais Haveres Financeiros	R\$ 0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)	R\$ 3.308.206,39
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)	R\$ 203.904.800,88
% da DC sobre a RCL Ajustada	12,97%
% da DCL sobre a RCL Ajustada	1,62%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 244.685.761,05
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	R\$ 1.229.727,99
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 93.031.864,05
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 11.318.951,21
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00





Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	R\$ 0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 0,00
APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição)	

Quadro: 6.6 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 2.543.526,47
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 2.543.526,47
Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R\$ 203.904.800,88
% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL Ajustada <11,5% RCL>	1,24%
APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária	

Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43 /2001)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
Mobiliária	R\$ 0,00
Empréstimos	R\$ 6.021.912,19
Aquisição Financiada de Bens e Serviços de Arrendamento Mercantil Financeiro	R\$ 0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	R\$ 0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	R\$ 0,00
Operações de crédito não sujeitas aos limites para fins de contratação (art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I))	R\$ 0,00
TOTAL (II)	R\$ 6.021.912,19
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR (R\$)
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III)	R\$ 203.904.800,88
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	R\$ 0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V)=(II+IV-I)	R\$ 6.021.912,19
% DA DÍVIDA CONTRATADA SOBRE A RCL AJUSTADA (VI) = V / III x 100	2,95%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS <16% RCL>	R\$ 32.624.768,14





OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <90% x16% RCL>	R\$ 29.362.291,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA <60% RCL>	R\$ 122.342.880,52

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Pública Contratada

Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	RPNP LIQUIDADOS E NÃO PAGOS	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
2020	R\$ 3.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 3.200,00	R\$ 0,00
2022	R\$ 1.171.802,72	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 1.169.717,59	R\$ 2.085,13
2023	R\$ 14.729.304,40	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 13.469.562,87	R\$ 1.259.741,53
2024	R\$ 0,00	R\$ 10.057.124,55	R\$ 0	R\$ 0,00	R\$ 10.057.124,55
	R\$ 15.904.307,12	R\$ 10.057.124,55	R\$ 0	R\$ 14.642.480,46	R\$ 11.318.951,21
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
2023	R\$ 586.793,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 586.793,02	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 1.298.470,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.298.470,50
	R\$ 586.793,02	R\$ 1.298.470,50	R\$ 0,00	R\$ 586.793,02	R\$ 1.298.470,50
TOTAL	R\$ 16.491.100,14	R\$ 11.355.595,05	R\$ 0,00	R\$ 15.229.273	R\$ 12.617.421,71

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES / ARO				
21881010100 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	R\$ 0,00	R\$ 142.497,63	R\$ 142.497,63	R\$ 0,00
21881010200 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	R\$ 0,00	R\$ 165.653,46	R\$ 165.653,46	R\$ 0,00
21881010400 -				





TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	R\$ 0,00	R\$ 17.317,85	R\$ 17.317,85	R\$ 0,00
21881011000 - PENSÃO ALIMENTÍCIA (F)	R\$ 0,00	R\$ 28.235,37	R\$ 28.235,37	R\$ 0,00
21881011100 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA (F)	R\$ 0,00	R\$ 53.059,97	R\$ 52.889,64	R\$ 170,33
21881011300 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)	R\$ 0,00	R\$ 380.602,36	R\$ 380.602,36	R\$ 0,00
21881011500 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	R\$ 14.370,89	R\$ 6.855.285,25	R\$ 6.854.651,77	R\$ 15.004,37
21881019900 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS (F)	R\$ 0,00	R\$ 721.909,77	R\$ 719.048,30	R\$ 2.861,47
21881040100 - DEPOSITOS E CAUÇÕES (F)	R\$ 0,00	R\$ 161.035,83	R\$ 161.035,83	R\$ 0,00
21881049900 - OUTROS DEPOSITOS (F)	R\$ 0,00	R\$ 102.149,99	R\$ 102.149,99	R\$ 0,00
21882010100 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	R\$ 0,00	R\$ 4.794.427,06	R\$ 4.794.427,06	R\$ 0,00
21882010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F)	R\$ 8.245,25	R\$ 8.480.893,13	R\$ 8.488.098,13	R\$ 1.040,25
21882010800 - ISS (F)	R\$ 12,50	R\$ 1.709.403,52	R\$ 1.709.416,02	R\$ 0,00
21883010200 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	R\$ 0,00	R\$ 2.682.567,95	R\$ 2.682.567,95	R\$ 0,00
21883010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	R\$ 0,00	R\$ 297.200,67	R\$ 297.200,67	R\$ 0,00
	R\$ 22.628,64	R\$ 26.592.239,81	R\$ 26.595.792,03	R\$ 19.076,42

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO

Título	Saldo Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 15.904.307,12	R\$ 11.318.951,21
Restos a Pagar Processados	R\$ 586.793,02	R\$ 1.298.470,50
Depósitos/Consignações/ARO	R\$ 19.834,44	R\$ 15.174,70
TOTAL	R\$ 16.510.934,58	R\$ 12.632.596,41

APLIC





Anexo: 7 - EDUCAÇÃO

Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita de Impostos (1)	R\$ 31.378.603,38
1.1 IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 6.697.022,38
1.2 ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 2.318.140,86
1.3 ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 13.577.930,77
1.4 IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 8.785.509,37
1.5 ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (2)	R\$ 80.353.849,37
2.1 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 34.341.639,06
2.2 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "d" e "e", da CF/88)	R\$ 3.545.268,73
2.3 Cota-Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 31.901.332,11
2.4 Cota-Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 219.789,58
2.5 Cota-Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 1.677.967,53
2.6 Cota-Parte IPVA da CF/88)	R\$ 8.625.417,27
2.7 Cota-Parte IOF s/ Ouro - Imposto Parte IPVA (Art. 158, III, sobre Operações Financeiras (Art. 153, §5º CF)	R\$ 42.435,09
2.8 Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 e LC 194/2022)	R\$ 0,00
Total da Receita base - MDE (III) = (I+II)	R\$ 111.732.452,75
Total destinado ao Fundeb (IV)	R\$ 15.309.269,41
Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)	R\$ 27.933.113,18

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB

Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
1. Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 45.284.700,86
1.1 Principal (1.7.5.1.50.0). Fonte 1.540	R\$ 44.932.095,58
1.2 Rendimento de Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.540	R\$ 352.605,28
1.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.540	R\$ 0,00
2. Fundeb - Complementação da União - VAAF	R\$ 0,00
2.1 Principal (1.7.1.5.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00





Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
3. Fundeb - Complementação da União - VAAT	R\$ 3.802.798,51
3.1 Principal (1.7.1.5.50.0). Fonte 1.542	R\$ 3.723.265,11
3.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.542	R\$ 79.533,40
3.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
4. Fundeb - Complementação da União - VAAR	R\$ 0,00
4.1 Principal (1.7.1.5.52.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
4.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
4.3 Fundeb - Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
5. Total Receita Recebida do Fundeb (1+2+3+4)	R\$ 49.087.499,37
6. Resultado Líquido das Transferências (Receita Recebida FUNDEB (1.540) - Dedução para o FUNDEB)	R\$ 29.622.826,17
Recursos Recebidos em Exercícios Anteriores e Não Utilizados (Superávit)	
7. Total do recurso do superávit	R\$ 0,00
8. Total dos recursos do Fundeb disponíveis para utilização (5+7)	R\$ 49.087.499,37

Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS

Descrição	Valor (R\$)
Receita Recebida do FUNDEB - Principal (A)	R\$ 44.932.095,58
Total destinado ao FUNDEB (B)	R\$ 15.309.269,41
Resultado Líquido das Transferências (C)= A-B	R\$ 29.622.826,17





Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$
Despesas com recursos do FUNDEB	R\$ 47.489.524,16	R\$ 47.489.524,16	R\$ 47.489.524,16	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Sem disponibilidade de Caixa) (e) R\$	Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (f) R\$
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 43.840.276,32	R\$ 43.840.276,32	R\$ 43.840.276,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União (Fontes 541, 542 e 543)	R\$ 3.649.247,84	R\$ 3.649.247,84	R\$ 3.649.247,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 47.489.524,16	R\$ 47.489.524,16	R\$ 47.489.524,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB

Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, XI. Fontes 1.540, 1.541 e 1.542 Função 12. Natureza de despesa 1. CAEO: 1070 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13, 3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 70%)	R\$ 39.796.594,65	R\$ 0,00	R\$ 39.796.594,65	R\$ 49.087.499,37	81,07%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, XI). Fonte 1.542. Função 12. Categoria Econômica 4 Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 15%)	R\$ 777.738,35	R\$ 0,00	R\$ 777.738,35	R\$ 3.802.798,51	20,45%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 1.542. Subfunção 365. Categoria econômica 3 e 4 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13,	R\$ 2.225.062,65	R\$ 0,00	R\$ 2.225.062,65	R\$ 3.802.798,51		REGULAR





Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo de 50%)					58,51%	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB

Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA

Descrição	Valor (R\$)
Total Receita Recebida do FUNDEB (A)	R\$ 49.087.499,37
Receita FUNDEB - Complementação União - VAAR - 1.543 (B)	R\$ 0,00
Receita Base para verificação do cumprimento do limite de 70% (C)= A-B	R\$ 49.087.499,37

Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Receita Recebida no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (A)	R\$ 49.087.499,37
Despesas Empenhada no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (B)	R\$ 47.489.524,16
RP FUNDEB inscrito sem Disponibilidade - Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (C)	R\$ 0,00
Desp Empenhada (FUNDEB) superior ao total das receitas recebidas no exercício (D)= (SE B-A,>0;B-A)	R\$ 0,00
Vlr. Máximo Permitido (E) A*10%	R\$ 4.908.749,93
Vlr. Não Aplicado (F)= A-(B-D)	R\$ 1.597.975,21
Vlr. Não Aplicado após ajustes (G) = F+(se(C-D<=0;0;C-D))	R\$ 1.597.975,21
Vlr. Não Aplicado excedente ao Máximo de 10% (H)= (se(G-E<=0; 0; G-E)	R\$ 0,00
% Não Aplicado (I)=G/A	3,25%

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino>Aba: Indicadores do FUNDEB

Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO





Descrição	Valor (R\$)
Valor Empenhado FUNDEB - Fonte 1.540 (A)	R\$ 43.840.276,32
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.540 (B)	R\$ 45.284.700,86
FUNDEB - 1.540 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (C)= SE A-B>0	R\$ 0,00
Valor Empenhado FUNDEB - Complementação União - Fontes 1.541, 1.542, 1.543 (D)	R\$ 3.649.247,84
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.541 (E)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.542 (F)	R\$ 3.802.798,51
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.543 (G)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB Complementação União (1.541, 1.542 e 1.543) (H)	R\$ 3.802.798,51
FUNDEB - 1.541, 1.542 E 1.543 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (I)= SE D-H>0	R\$ 0,00

Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB

Descrição	valor (R\$)
Valor máximo de superávit permitido no exercício anterior (A)	R\$ 3.980.688,03
Valor não aplicado no exercício anterior (B)	R\$ 0,00
Valor de superávit aplicado até o primeiro quadrimestre (C)	R\$ 0,00
Valor de superávit permitido no exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (D)	R\$ 0,00
APLIC	





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 4.904.305,07	R\$ 0,00	R\$ 3.619,64	R\$ 11.647,45	R\$ 15.174,70	R\$ 0,00	R\$ 4.873.863,28	R\$ 54.553,72	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAF (Fonte 541)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAT (Fonte 542)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
FUNDEB - Complementação da União VAAR (Fonte 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTALIZAÇÃO									
TOTAL (Fontes 540 + 541 + 542)	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL - FUNDEB COMPL UNIÃO (FONTES 541 + 542 + 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Processados - De Exercícios Anteriores (B)	RP Não Processados de Exercícios Anteriores (C)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (D)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes de cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados (E) = A - B - C - D	Cancelamento, no exercício, de RPNP de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (F)	Cancelamento, no exercício, de RPNP Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (G) (G) = SE (E<=0, 0, SE(E<F, F-E, F))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 7.162.125,60	R\$ 276.687,99	R\$ 2.210.895,95	R\$ 3.848,75	R\$ 4.670.692,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 314.285,42	R\$ 0,00	R\$ 314.285,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 7.476.411,02	R\$ 276.687,99	R\$ 2.525.181,37	R\$ 3.848,75	R\$ 4.670.692,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC





Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$
Despesas com MDE custeadas com receita de impostos-Exceto FUNDEB (A)	R\$ 12.998.332,39
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica) (B)	R\$ 0,00
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (C)	R\$ 0,00
Despesas considerada como Aplicação em MDE (D)=A+B-C	R\$ 12.998.332,39
Apuração do Limite Constitucional com Ações Típicas de MDE	Valor(R\$)
Total das receitas transferidas ao FUNDEB (E)	R\$ 15.309.269,41
(-) Receitas do FUNDEB não utilizadas no exercício, em valor superior a 10% (F)	R\$ 0,00
(-) Superávit permitido no exercício imediatamente anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (G)	R\$ 0,00
(-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (H)	R\$ 0,00
(-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino (I)	R\$ 0,00
(=) Total das despesas para fins de limite (J)=D+E-F-G-H-I	R\$ 28.307.601,80
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (K)	R\$ 111.732.452,75
Percentual aplicado na MDE (L) = (J/K) %	25,33%
Percentual mínimo de aplicação em MDE (M)	25%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (N) = (L-M)	0,33%
Situação (O)	REGULAR

APLIC

Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos

Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos





Anexo: 8 - SAÚDE

Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 31.378.603,38
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 6.697.022,38
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 2.318.140,86
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 13.577.930,77
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 8.785.509,37
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Transferências (II)	R\$ 76.766.145,55
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 34.341.639,06
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 1.677.967,53
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 8.625.417,27
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 31.901.332,11
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 219.789,58
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (LC 194/2022)	R\$ 0,00
Total da Receita base - ASPS (III) = (I+II)	R\$ 108.144.748,93
Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)	R\$ 16.221.712,33

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (b)	Inscritos em RPP - Do Exercício (c)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (e)	Insuficiência Financeira no Consórcio (f)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (g) = a - b - c - d - e - f	Inscritos em RPNP - Do Exercício (h)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (i)=SE (G<=0, H, Se (G>=H,0,H-G)
500 e 502 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 4.904.305,07	R\$ 0,00	R\$ 3.619,64	R\$ 11.647,45	R\$ 15.174,70	R\$ 0,00	R\$ 4.873.863,28	R\$ 1.338.594,11	R\$ 0,00

APLIC





Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Descrições	Valor (R\$)
Despesa Corrente (IV)	R\$ 40.575.727,13
Despesa de Capital (V)	R\$ 923.613,17
Total das Despesa com ASPS (VI) = IV+V	R\$ 41.499.340,30
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (VII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (VIII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (IX)	R\$ 0,00
(+) Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fontes/ destinação de Recursos 500 e 502 (X)	R\$ 0,00
(-) Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS (Inclusão pela Equipe Técnica) (XI)	R\$ 0,00
(=) Valor Aplicado em ASPS (XII) = VI-VII-VIII-IX+X-XI	R\$ 41.499.340,30
Receita base das ASPS (Conforme Quadro 8.1) (XIII)	R\$ 108.144.748,93
Percentual aplicado nas ASPS (XIV) = XII/XIII	38,37%
Percentual mínimo de aplicação nas ASPS (XV)	15%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (XVI)=XIV-XV	23,37%
SITUAÇÃO (XVII)	REGULAR

APLIC





Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos





**Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS.
Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502**

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Empenhos





Anexo: 9 - PESSOAL

Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	R\$ 134.090.111,10	R\$ 19.285,49
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 119.611.217,10	R\$ 6.421,08
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 12.124.571,16	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 2.354.322,84	R\$ 12.864,41
1.4 - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5 + 2.6)	R\$ 16.336.041,56	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 550.834,57	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 12.196.927,88	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 3.092.528,00	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 495.751,11	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 117.754.069,53	R\$ 19.285,49
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP - STN (3a + 3b)	R\$ 117.773.355,02	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)





DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 130.474.015,16	R\$ 19.285,49
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 115.995.121,16	R\$ 6.421,08
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 12.124.571,16	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 2.354.322,84	R\$ 12.864,41
1.4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 16.263.684,84	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 550.834,57	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 12.124.571,16	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 3.092.528,00	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 495.751,11	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 114.210.330,31	R\$ 19.285,49
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (3a + 3b)	R\$ 114.229.615,80	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado

Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
DTP (I)	R\$ 117.773.355,02	R\$ 114.229.615,80	R\$ 3.543.739,22
RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (II)	R\$ 200.814.120,88		
% sobre a RCL Ajustada (III) = I / II x 100	58,64%	56,88%	1,76%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%	54%	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da			





DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
LRF)	57%	51,30%	5,70%

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 134.090.111,10	R\$ 19.285,49	R\$ 130.474.015,16	R\$ 19.285,49	R\$ 3.616.095,94	R\$ 0,00
1. Pessoal Ativo	R\$ 119.611.217,10	R\$ 6.421,08	R\$ 115.995.121,16	R\$ 6.421,08	R\$ 3.616.095,94	R\$ 0,00
1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis:	R\$ 71.372.140,98	R\$ 6.421,08	R\$ 68.340.027,43	R\$ 6.421,08	R\$ 3.032.113,55	R\$ 0,00
1.2 Obrigações Patronais:	R\$ 16.273.346,21	R\$ 0,00	R\$ 15.689.363,82	R\$ 0,00	R\$ 583.982,39	R\$ 0,00
1.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 31.965.729,91	R\$ 0,00	R\$ 31.965.729,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 12.124.571,16	R\$ 0,00	R\$ 12.124.571,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas:	R\$ 10.993.931,63	R\$ 0,00	R\$ 10.993.931,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 Pensões:	R\$ 1.130.639,53	R\$ 0,00	R\$ 1.130.639,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF):	R\$ 2.354.322,84	R\$ 12.864,41	R\$ 2.354.322,84	R\$ 12.864,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	R\$ 16.336.041,56	R\$ 0,00	R\$ 16.263.684,84	R\$ 0,00	R\$ 72.356,72	R\$ 0,00
5.1 Indenizações por Demissão e						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
Incentivos à Demissão Voluntária:	R\$ 550.834,57	R\$ 0,00	R\$ 550.834,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.2 Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.3 Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 12.196.927,88	R\$ 0,00	R\$ 12.124.571,16	R\$ 0,00	R\$ 72.356,72	R\$ 0,00
5.5 Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198 §11, CF/88)	R\$ 3.092.528,00	R\$ 0,00	R\$ 3.092.528,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.6 Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 495.751,11	R\$ 0,00	R\$ 495.751,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.7 Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 117.754.069,53	R\$ 19.285,49	R\$ 114.210.330,31	R\$ 19.285,49	R\$ 3.543.739,22	R\$ 0,00
DTP	R\$ 117.773.355,02		R\$ 114.229.615,80		R\$ 3.543.739,22	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Despesa com Pessoal (Preliminar)





Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA

Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 34.451.444,65
Impostos	R\$ 29.293.539,02
IPTU	R\$ 6.695.877,13
IRRF	R\$ 7.944.524,16
ITBI	R\$ 2.616.904,55
ISSQN	R\$ 12.036.233,18
TAXAS	R\$ 5.157.905,63
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Transferências da União	R\$ 34.304.435,88
FPM	R\$ 32.961.315,85
Transf. ITR	R\$ 1.288.562,35
IOF s/ ouro	R\$ 54.557,68
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
Transferências do Estado	R\$ 34.828.934,96
ICMS	R\$ 26.918.743,22
IPVA	R\$ 7.788.820,10
IPI (Exportação)	R\$ 108.318,62
CIDE	R\$ 13.053,02
TOTAL GERAL	R\$ 103.584.815,49
População do Município	31.328
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 7.250.937,08
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 6.090.000,00
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 5.197.400,70

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 6.090.000,00	R\$ 103.584.815,49	5,87%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 5.197.400,70	R\$ 103.584.815,49	5,01%	7,00%	





DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 3.616.095,94	R\$ 6.090.000,00	59,37%	70%	
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 3.543.739,22	R\$ 200.814.120,88	1,76%	6%	REGULAR

APLIC > Informes Mensais>Contabilidade>Lançamento Contábil>Razão Contábil> (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura - Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo - Limites Constitucionais e Legais - Quadro 1.7 - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)

Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)

DESCRIÇÃO	Valor Liquidado - R\$ (A)	Valor Inscrito em Restos a Pagar não Processados (B)
1. Pessoal Ativo. Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	R\$ 3.032.113,55	R\$ 0,00
2. Obrigações Patronais	R\$ 583.982,39	R\$ 0,00
3. Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4. Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5. Outras despesas lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Soma	R\$ 3.616.095,94	R\$ 0,00
Total Despesa com Folha de Pagamento	R\$ 3.616.095,94	

APLIC > Informes Mensais > Despesas>Despesas Orçamentária

Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos

DESCRIÇÃO	VALOR LIQUIDADO	VALOR INSCRITOS EM RPNP
Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Soma	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Gastos Inativos	R\$ 0,00	

APLIC > Informes Mensais > LRF > Despesa com Pessoal (Preliminar)

Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Despesas Câmara	R\$ 5.197.400,70
Gastos com Inativos	R\$ 0,00
Gasto Poder Legislativo - Art. 29-A CF	R\$ 5.197.400,70





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Despesa Orçamentária





Anexo: 11 - METAS FISCAIS

Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)

Receitas Primárias	Valor R\$
Receitas Primária Correntes (I)	R\$ 200.917.476,02
Receita Primária de Capital (II)	R\$ 21.920.165,16
Receita Primária Total (III) = I + II	R\$ 222.837.641,18
APLIC	

Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)

Despesas Primárias	Despesa Paga R\$ (a)	Restos a Pagar Pagos R\$ (b)
Despesas Primária Correntes (IV)	R\$ 190.203.018,16	R\$ 6.248.919
Despesa Primária de Capital (V)	R\$ 35.843.108,52	R\$ 8.730.913,26
Despesa Primária Total (VI) = IVa+IVb+Va+Vb	R\$ 241.025.958,94	
Receita Primária (VII)	R\$ 222.837.641,18	
Resultado Primário (Acima da Linha) (VIII) = VII-VI	-R\$ 18.188.317,76	
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (IX)	-R\$ 16.537.600,00	
Juros Nominais	Valor (R\$)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (X)	R\$ 2.944.620,80	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XI)	R\$ 1.552.773,70	
Resultado Nominal (Sem RPPS) Acima da Linha (XII) = VIII + (X-XI)	-R\$ 16.796.470,66	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (XIII)	-R\$ 15.691.300,00	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais





Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A

Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 140.391.238,02	R\$ 113.984.831,31	R\$ 4.362.881,71	84,29%
2022	R\$ 170.598.873,75	R\$ 150.122.264,54	R\$ 4.670.247,75	90,73%
2023	R\$ 200.825.733,70	R\$ 182.801.743,78	R\$ 5.757.511,33	93,89%
2024	R\$ 224.479.053,75	R\$ 203.972.364,06	R\$ 2.726.885,72	92,08%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12
/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)**

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 4.708.495,16	R\$ 11.647,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.619,64	R\$ 4.693.228,07	R\$ 2.077.281,88	R\$ 2.615.946,19
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.393.112,17	R\$ 138.327,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.254.784,64	R\$ 25.421,61	R\$ 1.229.363,03
		R\$ 6.101.607,33	R\$ 149.974,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.619,64	R\$ 5.948.012,71	R\$ 2.102.703,49	R\$ 3.845.309,22
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.444.424,54	R\$ 0,00	R\$ 1.444.424,54
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 153.550,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 153.550,67	R\$ 0,00	R\$ 153.550,67
	Transferência do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
550	Salário Educação	R\$ 134.339,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 134.339,38	R\$ 0,00	R\$ 134.339,38
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 207,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 207,24	R\$ 0,00	R\$ 207,24
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 3.629,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.629,75	R\$ 0,00	R\$ 3.629,75
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 37.118,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.118,61	R\$ 0,00	R\$ 37.118,61
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
571	Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.819.858,43	R\$ 1.111.385,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 708.473,05	R\$ 416.144,39	R\$ 292.328,66
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 295.258,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 295.258,71	R\$ 18.017,58	R\$ 277.241,13
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 2.392.118,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.392.118,77	R\$ 1.533.250,00	R\$ 858.868,77
	Assistência financeira da								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
605	União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 9.962,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.962,37	R\$ 0,00	R\$ 9.962,37
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 2.202.902,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.202.902,44	R\$ 1.567.100,89	R\$ 635.801,55
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 1.771,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.771,62	R\$ 0,00	R\$ 1.771,62
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.160,00	R\$ 0,00	R\$ 11.160,00
	Transferência de Recursos do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 1112, 1113 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
660	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 238.737,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 238.737,93	R\$ 426,67	R\$ 238.311,26
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 129.286,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 129.286,20	R\$ 0,00	R\$ 129.286,20
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 562.145,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 562.145,63	R\$ 0,00	R\$ 562.145,63
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 946.878,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 130.000,00	R\$ 816.878,60	R\$ 94.629,56	R\$ 722.249,04
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.600.744,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.600.744,75	R\$ 3.391.259,92	R\$ 209.484,83





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 2.626,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.626,43	R\$ 0,00	R\$ 2.626,43
706	Transferência Especial da União	R\$ 5.356,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.356,11	R\$ 0,00	R\$ 5.356,11
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 872.265,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 872.265,21	R\$ 0,00	R\$ 872.265,21
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 475.650,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 475.650,67	R\$ 0,00	R\$ 475.650,67
	Demais Transferências Obrigatórias não								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
711	Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 81.265,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 81.265,23	R\$ 81.265,23	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 63.533,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 63.533,21	R\$ 0,00	R\$ 63.533,21
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 25.631,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.631,85	R\$ 0,00	R\$ 25.631,85
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.570,86	R\$ 0,00	R\$ 250.570,86
	Recursos da Contribuição de Intervenção no								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
750	Domínio Econômico - CIDE	R\$ 32.912,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 32.912,01	R\$ 0,00	R\$ 32.912,01
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.222.984,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.222.984,80	R\$ 99.740,64	R\$ 1.123.244,16
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	R\$ 75.793,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.793,05	R\$ 0,00	R\$ 75.793,05
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	R\$ 171.919,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 171.919,32	R\$ 120.551,65	R\$ 51.367,67
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 622.657,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.163.756,00	-R\$ 541.098,35	R\$ 383.598,75	-R\$ 924.697,10
	Recursos de Alienação de Bens								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
755	/Ativos - Administração Direta	R\$ 107.557,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 107.557,54	R\$ 0,00	R\$ 107.557,54
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 124.862,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 124.862,79	R\$ 0,00	R\$ 124.862,79
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 47.196,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.196,47	R\$ 0,00	R\$ 47.196,47
		R\$ 18.166.878,84	R\$ 1.111.385,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.293.756,00	R\$ 15.761.737,46	R\$ 7.705.985,28	R\$ 8.055.752,18
RPPS									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 1.830.326,10	R\$ 0,00	R\$ 2.861,47	R\$ 0,00	R\$ 1.094,86	R\$ 1.826.369,77	R\$ 0,00	R\$ 1.826.369,77
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 85,66	R\$ 466,30	R\$ 1.040,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.420,89	R\$ 67.800,57	-R\$ 69.221,46
		R\$ 1.830.411,76	R\$ 466,30	R\$ 3.901,72	R\$ 0,00	R\$ 1.094,86	R\$ 1.824.948,88	R\$ 67.800,57	R\$ 1.757.148,31
>>>>>>	TOTAL	R\$ 26.098.897,93	R\$ 1.261.826,66	R\$ 3.901,72	R\$ 0,00	R\$ 1.298.470,50	R\$ 23.534.699,05	R\$ 9.876.489,34	R\$ 13.658.209,71





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

APLIC





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 7.693.437,64	R\$ 496.267,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.198,87	R\$ 7.146.971,42	R\$ 25.339.508,82	-R\$ 18.192.537,40
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 2.216.039,48	R\$ 495.261,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.720.777,73	R\$ 452.612,99	R\$ 1.268.164,74
		R\$ 9.909.477,12	R\$ 991.529,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.198,87	R\$ 8.867.749,15	R\$ 25.792.121,81	-R\$ 16.924.372,66
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 2.862.080,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 108.532,81	R\$ 2.753.547,78	R\$ 0,00	R\$ 2.753.547,78
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 931.840,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 931.840,20	R\$ 0,00	R\$ 931.840,20
	Transferência do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
550	Salário Educação	R\$ 1.039.542,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.039.542,54	R\$ 1.256.793,99	-R\$ 217.251,45
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 9.761,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.761,17	R\$ 9.508,10	R\$ 253,07
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 261.453,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 261.453,63	R\$ 213.379,18	R\$ 48.074,45
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 228.468,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 228.468,47	R\$ 297.525,42	-R\$ 69.056,95
	Outras								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
569	Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 585.101,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 585.101,70	R\$ 167.485,49	R\$ 417.616,21
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.313.396,94	R\$ 1.594.109,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 719.287,46	R\$ 386.367,76	R\$ 332.919,70
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.252.412,93	R\$ 4.015,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 270,00	R\$ 1.248.127,26	R\$ 3.096.985,87	-R\$ 1.848.858,61
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 1112, 1113 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
601	Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 226.933,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 226.933,68	R\$ 0,00	R\$ 226.933,68
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 24.298,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.298,25	R\$ 0,00	R\$ 24.298,25
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 3.314.208,22	R\$ 117.002,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.197.205,84	R\$ 4.396.184,39	-R\$ 1.198.978,55
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 1112, 1113 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
632	Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 1.683,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.683,86	R\$ 0,00	R\$ 1.683,86
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 7.650,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.650,00	R\$ 0,00	R\$ 7.650,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 267.172,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 267.172,60	R\$ 35.692,52	R\$ 231.480,08
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 344.021,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 344.021,00	R\$ 42.319,37	R\$ 301.701,63
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 197,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 197,93	R\$ 0,00	R\$ 197,93





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 531.039,49	R\$ 27.919,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 503.119,89	R\$ 895,38	R\$ 502.224,51
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 1.979.289,99	R\$ 1.300.992,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 678.297,23	R\$ 342.262,11	R\$ 336.035,12
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 4.357.155,21	R\$ 2.192.893,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.164.261,94	R\$ 8.677.607,72	-R\$ 6.513.345,78
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 2.498,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.498,80	R\$ 0,00	R\$ 2.498,80
	Transferência								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 1112, 1113 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
706	Especial da União	R\$ 80.766,69	R\$ 13.460,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 67.306,63	R\$ 0,00	R\$ 67.306,63
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 188.006,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 188.006,16	R\$ 1.193,10	R\$ 186.813,06
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 326.847,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 326.847,28	R\$ 2.441,57	R\$ 324.405,71
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 81.577,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 81.577,97	R\$ 5.740,44	R\$ 75.837,53
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 242.029,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 242.029,33	R\$ 0,00	R\$ 242.029,33





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 93.189,85	R\$ 11.158,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 82.031,85	R\$ 0,00	R\$ 82.031,85
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 238.159,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 238.159,34	R\$ 0,00	R\$ 238.159,34
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 54.348,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 54.348,81	R\$ 50.349,30	R\$ 3.999,51
	Recursos da Contribuição para o Custeio do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
751	Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.081.536,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.081.536,38	R\$ 1.984.867,21	-R\$ 903.330,83
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	R\$ 48.762,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 48.762,38	R\$ 37.450,00	R\$ 11.312,38
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	R\$ 500.295,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 500.295,19	R\$ 1.631.157,91	-R\$ 1.130.862,72
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 6.342,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.342,37	R\$ 1.884.551,38	-R\$ 1.878.209,01
755	Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	R\$ 69.908,69	R\$ 29.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.008,69	R\$ 0,00	R\$ 40.008,69
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 450.669,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 450.669,22	R\$ 1.605.456,67	-R\$ 1.154.787,45





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 50.696,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.696,36	R\$ 0,00	R\$ 50.696,36
		R\$ 24.053.343,22	R\$ 5.291.451,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 108.802,81	R\$ 18.653.089,19	R\$ 26.126.214,88	-R\$ 7.473.125,69
RPPS									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-R\$ 544.622,44	R\$ 0,00	R\$ 59.675,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 604.297,96	R\$ 0,00	-R\$ 604.297,96
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 1.891.742,93	R\$ 466,30	R\$ 5.117,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.886.158,84	R\$ 328.398,49	R\$ 1.557.760,35
		R\$ 1.347.120,49	R\$ 466,30	R\$ 64.793,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.281.860,88	R\$ 328.398,49	R\$ 953.462,39
>>>>>	TOTAL	R\$ 35.309.940,83	R\$ 6.283.446,62	R\$ 64.793,31	R\$ 0,00	R\$ 159.001,68	R\$ 28.802.699,22	R\$ 52.246.735,18	-R\$ 23.444.035,96

APLIC





Anexo: 14 - PREVIDÊNCIA

Quadro: 14.1 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Declaração de Veracidade

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 593.751,18	R\$ 593.751,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 612.677,95	R\$ 612.677,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 609.501,24	R\$ 609.501,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 611.451,11	R\$ 611.451,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 623.636,70	R\$ 623.636,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 609.603,94	R\$ 609.603,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 630.402,27	R\$ 630.402,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 617.221,22	R\$ 617.221,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 611.741,62	R\$ 611.741,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 639.420,04	R\$ 639.420,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 368.716,24	R\$ 368.716,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 916.233,87	R\$ 916.233,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 7.444.357,38	R\$ 7.444.357,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

Quadro: 14.2 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Parecer do Controle Interno

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 593.751,18	R\$ 593.751,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 612.677,93	R\$ 612.677,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 609.501,24	R\$ 609.501,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 611.451,11	R\$ 611.451,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 623.636,30	R\$ 623.636,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 609.603,94	R\$ 609.603,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 630.402,27	R\$ 630.402,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 617.221,22	R\$ 617.221,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 611.761,62	R\$ 611.761,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 639.420,04	R\$ 639.420,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 368.716,24	R\$ 368.716,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 916.233,88	R\$ 916.233,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
TOTAL	R\$ 7.444.376,97	R\$ 7.444.376,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

Quadro: 14.3 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Declaração de Veracidade

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 385.451,68	R\$ 385.451,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 398.026,60	R\$ 398.026,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 395.363,83	R\$ 395.363,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 395.230,41	R\$ 395.230,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiο	R\$ 405.146,66	R\$ 405.146,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 396.030,16	R\$ 396.030,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 409.542,08	R\$ 409.542,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 400.979,23	R\$ 400.979,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 397.419,17	R\$ 397.419,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 397.876,20	R\$ 397.876,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 229.447,27	R\$ 229.447,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 578.982,55	R\$ 578.982,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 4.789.495,84	R\$ 4.789.495,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

Quadro: 14.4 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Parecer do Controle Interno

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 385.127,69	R\$ 385.127,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 398.026,60	R\$ 398.026,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 395.363,83	R\$ 395.363,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 395.230,41	R\$ 395.230,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiο	R\$ 405.146,66	R\$ 405.146,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 396.000,80	R\$ 396.000,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 409.542,08	R\$ 409.542,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 400.979,23	R\$ 400.979,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Setembro	R\$ 397.419,17	R\$ 397.419,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 397.876,20	R\$ 397.876,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 229.447,27	R\$ 229.447,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 578.982,55	R\$ 578.982,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 4.789.142,49	R\$ 4.789.142,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

Quadro: 14.5 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - Declaração de Veracidade

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 537.799,18	R\$ 537.799,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 554.678,92	R\$ 554.678,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 550.063,49	R\$ 550.063,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 547.701,94	R\$ 547.701,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiο	R\$ 564.600,54	R\$ 564.600,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 551.895,87	R\$ 551.895,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 570.725,46	R\$ 570.725,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 558.792,87	R\$ 558.792,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 553.831,26	R\$ 553.831,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 527.493,39	R\$ 527.493,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 304.219,88	R\$ 304.219,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 781.837,79	R\$ 781.837,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 6.603.640,59	R\$ 6.603.640,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

Quadro: 14.6 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - Parecer do Controle Interno

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 537.799,18	R\$ 537.799,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 554.678,92	R\$ 554.678,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 550.063,49	R\$ 550.063,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Abril	R\$ 271.763,49	R\$ 271.763,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 564.600,54	R\$ 564.600,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 551.895,87	R\$ 551.895,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 570.725,46	R\$ 570.725,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 558.792,87	R\$ 558.792,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 553.831,26	R\$ 553.831,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 527.493,39	R\$ 527.493,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 304.219,88	R\$ 304.219,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 781.837,79	R\$ 781.837,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 6.327.702,14	R\$ 6.327.702,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

